

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITO**

Alberto Cardoso Cichella

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM SEGURANÇA PÚBLICA NO MARCO DO
CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA REDE
DE VIZINHOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA NO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA.**

CRICIÚMA

2021

ALBERTO CARDOSO CICHELLA

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM SEGURANÇA PÚBLICA NO MARCO DO
CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA REDE
DE VIZINHOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA NO MUNICÍPIO DE
CRICIÚMA.

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Direito - Mestrado da Universidade do Extremo Sul Catarinense - como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes

CRICIÚMA

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C568p Cichella, Alberto Cardoso.

Participação cidadã em segurança pública no marco do constitucionalismo democrático : uma análise do Programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma / Alberto Cardoso Cichella. - 2021.

187 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Direito, Criciúma, 2021.

Orientação: Lucas Machado Fagundes.

1. Segurança pública. 2. Rede de Vizinhos. 3. Santa Catarina. Polícia Militar. 4. Participação cidadã. 5. Constitucionalismo. I. Título.

CDD. 22. ed. 363.2


ALBERTO CARDOSO CICHELLA

**“PARTICIPAÇÃO CIDADÃ EM SEGURANÇA PÚBLICA NO MARCO DO
CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA
REDE DE VIZINHOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA NO
MUNICÍPIO DE CRICIÚMA”**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do Grau de Mestre em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense.

Criciúma, 18 de junho de 2021

BANCA EXAMINADORA



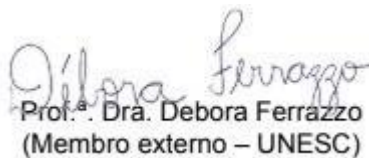
Prof. Dr. Lucas Machado
Fagundes (Presidente e Orientador
(a) – UNESC))




Profa. Dra. Ivone Fernandes Morcillo Lixa
(Membro externo – FURB)



Prof. Dr. Reginaldo de Souza Vieira
Coordenador adjunto do PPGD



Prof.ª Dra. Debora Ferrazzo
(Membro externo – UNESC)



Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
Coordenador do PPGD

Dedico este trabalho a todos os Policiais Militares que cumprem a missão de proteger a sociedade, mesmo com o risco da própria vida, regulando suas condutas pelos preceitos do constitucionalismo democrático e da moral.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela dádiva da vida e por todas as bênçãos derramadas ao longo de minha existência.

À minha esposa, Márcia dos Santos Cichella, pela confiança depositada ao longo de minha caminhada e pela estrutura de apoio em todos os momentos difíceis por mim enfrentados.

Às minhas filhas, Tamires dos Santos Cichella e Joana Vitória dos Santos Cichella, que me fortalecem com suas presenças, transformando-se em estímulo inspirador em todas as fases da caminhada, sendo o suporte nos momentos de fraqueza e cansaço para vencer os obstáculos da vida.

À minha mãe, Albertina Cardoso Cichella, e ao meu pai, Otávio Cichella, pelo esforço em mostrar o caminho do bem. Obrigado pela dedicação, compreensão, simplicidade e honestidade, pilares mestres para a formação do meu caráter e personalidade, que demonstraram, mesmo intrinsecamente, virtudes essenciais de um ser humano. Esses valores só se adquirem com uma boa educação.

Aos meus irmãos, Vanilda Cichella Minatto, Valdete Cichella Sartor e Ebertom Vitor Cardoso Cichella (*in memoriam*), por se fazerem presentes em minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Lucas Machado Fagundes, pela certeza e confiança depositada ao aceitar o desafio de me guiar no desenvolvimento desta pesquisa científica.

À Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) e, principalmente, aos Policiais Militares que labutam para fazer desta instituição um órgão de excelência em segurança pública para toda a sociedade catarinense.

Aos participantes do programa Rede de Vizinhos da PMSC, pelo papel que desempenham de responsabilidade cidadã em segurança pública.

À toda coordenação, professores e auxiliares do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Extremo Sul Catarinense (PPGD/UNESC), pelo empenho em formar alunos conscientes do valor da vida humana.

Aos amigos e colegas que pela estrada da minha vida passaram e me permitiram o convívio, dando suporte aos meus sonhos.

*“Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota”.
(Madre Teresa de Calcutá).*

*“Temos que fazer o melhor que pudermos. Essa é nossa sagrada responsabilidade humana.”
(Albert Einstein).*

RESUMO

Este estudo trata da análise do programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma, com foco na participação cidadã em segurança pública no marco do constitucionalismo democrático. Com o interesse em investigar este tema e alcançar uma compreensão significativa da sua efetividade surge a seguinte indagação: o programa Rede de Vizinhos realizado em Criciúma implica, no marco do constitucionalismo democrático, a participação cidadã nas ações de políticas de segurança pública realizada pela Polícia Militar de Santa Catarina? Para atingir os resultados, a pesquisa do tipo descritiva faz uma análise do objeto de estudo se utilizando do método indutivo. Quanto ao procedimento, é empregado o histórico, monográfico e estruturalista, usufruindo da pesquisa bibliográfica, documental e a pesquisa de campo com a coleta de dados, análise e interpretação dos resultados referentes ao Rede de Vizinhos. O objetivo geral deste trabalho é analisar as implicações da participação cidadã nas ações da Polícia Militar para as políticas de segurança pública no marco do constitucionalismo democrático, considerando o programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma. Foi realizado um questionário e enviado à 13.132 pessoas que compõem o universo de participantes do programa com um retorno de 1816, resultando em 1811 aceites em participar e 5 (cinco) se negando. Entre os resultados de maior destaque, com relação ao objeto, está a efetividade do programa para o aumento das relações entre vizinhos dentro da comunidade, o que ocasiona a melhoria do sentimento em relação a segurança pública do bairro, fortalecendo os vínculos entre cidadãos, o quais se tornam mais atentos as demandas sociais gerando aumento na confiança entre comunidade e Polícia Militar. Com a discussão da institucionalidade da Polícia Militar a luz das diretrizes constitucionais para o sistema de segurança pública, bem como a participação cidadã no marco do constitucionalismo democrático e a análise do Rede de Vizinhos no município de Criciúma/SC, infere o programa como uma atuação da PMSC desenvolvida para o fortalecimento das relações humanas, o que possibilita efetivar a participação cidadã nas balizes do Estado Democrático de Direito. A pesquisa se alinha a área de Direito, Sociedade e Estado ao discutir o marco do constitucionalismo, e, ao produzir um diálogo entre o programa Rede de Vizinhos da instituição estatal Polícia Militar e os cidadãos, numa perspectiva crítica e interdisciplinar, demonstra plena sintonia com a área de concentração Direito Humanos e Sociedade.

Palavras chave: Rede de Vizinhos; Participação cidadã; Constitucionalismo democrático; Comunidade; Polícia Militar.

ABSTRACT

This study analyzes the program Rede de Vizinhos of the Military Police of Santa Catarina in the municipality of Criciúma, focusing on citizen participation in public security within the framework of democratic constitutionalism. With the interest in investigating this topic and reaching a significant understanding of its effectiveness, the following question arises: the Rede de Vizinhos program held in Criciúma implies, within the framework of democratic constitutionalism, citizen participation in the actions of public security policies carried out by the Military Police from Santa Catarina? To achieve the results, descriptive research analyzes the object of study using the inductive method. As for the procedure, the historical, monographic and structuralist approach is used, taking advantage of bibliographical, documental and field research with data collection, analysis and interpretation of the results referring to the Rede de Vizinhos. The general objective of this work is to analyze the implications of citizen participation in the actions of the Military Police for public security policies within the framework of democratic constitutionalism, considering the program Rede de Vizinhos of the Military Police of Santa Catarina in the municipality of Criciúma. A questionnaire was conducted and sent to 13.132 people who make up the universe of program participants with a return of 1816, resulting in 1811 accepted to participate and 5 (five) refused. Among the most prominent results, in relation to the object, is the effectiveness of the program to increase relations between neighbors within the community, which improves the feeling regarding the public safety of the neighborhood, strengthening the bonds between citizens, the which become more attentive to social demands, generating an increase in trust between the community and the Military Police. With the discussion of the institutionality of the Military Police in light of the constitutional guidelines for the public security system, as well as citizen participation within the framework of democratic constitutionalism and the analysis of the Rede de Vizinhos in the municipality of Criciúma/SC, the program is inferred as an action PMSC developed for the strengthening of human relations, which makes it possible to carry out citizen participation in the foundations of the Democratic Rule of Law. The research aligns with the area of Law, Society and State by discussing the framework of constitutionalism, and by producing a dialogue between the Rede de Vizinhos program of the state Military Police institution and citizens, in a critical and interdisciplinary perspective, it demonstrates full harmony with the Human Rights and Society concentration area.

Keywords: Network of Neighbors; Citizen participation; Democratic constitutionalism; Community; Military police.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Setorização do Policiamento em Criciúma/SC.....	127
Figura 2 – Primeira placa do programa no bairro São Cristóvão em Criciúma.	127
Figura 3 – Placa de Rede de Vizinhos da PMSC oficializada pelo POP 102.3.1	128
Figura 4 – Comparativo de homicídios, roubos e furtos em Criciúma/SC	130
Figura 5 – Integrantes do programa que aceitaram participar da pesquisa	132
Figura 6 – Gênero dos participantes do Rede de Vizinhos	133
Figura 7 – Raça/cor dos participantes do Rede de Vizinhos	134
Figura 8 – Nível de escolaridade.....	135
Figura 9 – Tempo que integra o grupo rede de vizinhos	136
Figura 10 – Print de uma tela do <i>WhatsApp</i>	138
Figura 11 – Quantidade de participações em reuniões (<i>on line</i> ou presenciais)	139
Figura 12 – Forma de conhecimento do Programa Rede de Vizinhos	139
Figura 13 – Quantidade de médias de pessoas nas reuniões.....	140
Figura 14 – Tipo do imóvel.....	141
Figura 15 – Quantidade de pessoas que moram na mesma residência.	141
Figura 16 – Sentimento de segurança em andar no município.	142
Figura 17 – Sentimento de segurança ao andar na vizinhança.....	143
Figura 18 – Percepção de melhoria da segurança na vizinhança com a implantação do programa Rede de Vizinhos	145
Figura 19 – Grau de confiança na Polícia Militar depois do Rede de Vizinhos	146
Figura 20 – Estreitamento de laços com vizinhos após implantação do Programa.	147
Figura 21 – Mais atenção a segurança do bairro após implantação do programa ..	148
Figura 22 – Mais da presença da PM após implantação do Rede de Vizinhos.....	150
Figura 23 – Participantes que sabem o nome do policial de ligação.....	150
Figura 24 – Frequência de visualização do aplicativo do Rede de Vizinhos	151
Figura 25 – Assuntos mais discutidos no Rede de Vizinhos	152
Figura 26 – Informações repassadas pela Polícia Militar	152
Figura 28 – Sentimento de responsabilidade pela segurança do bairro.....	153
Figura 29 – Apresenta opiniões quanto as ações da Polícia Militar no bairro	154
Figura 30 – Atenção dada pela PM aos questionamentos dos cidadãos	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de Vizinhos por setor de policiamento em Criciúma/SC.	129
Tabela 2 – Comparativo raça/cor dos participantes da pesquisa na	135
Tabela 3 – Sentimento de segurança em andar no município	142
Tabela 4 – Sentimento de segurança ao andar na vizinhança.....	143
Tabela 5 – Percepção de segurança na vizinhança com o Rede de Vizinhos.	144
Tabela 6 – Grau de confiança na Polícia Militar depois do Rede de Vizinhos	145
Tabela 7 – Estreitamento de laços com vizinhos após implantação do Programa..	147
Tabela 8 – Atenção a segurança após a implantação do Rede de Vizinhos.....	148
Tabela 9 – Ações realizadas pelo Rede de Vizinhos	149

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 A INSTITUCIONALIDADE DA POLÍCIA MILITAR A LUZ DAS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	18
2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	18
2.1.1 A construção do significado da palavra segurança.....	18
2.1.2 Segurança pública no Brasil: do passado ao presente	26
2.1.2.1 Guarda Nacional: da criação à sua dissolução	33
2.1.2.2 O surgimento das polícias militares estaduais	36
2.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.....	42
2.3 A CONSTRUÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR E SEU PAPEL CONSTITUCIONAL.....	55
2.3.1 A missão de preservação da ordem pública na Constituição de 1988 ..	62
2.3.2 Atuação da Polícia Militar como polícia ostensiva	68
3 CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO DE 1988: UMA POLÍTICA DE CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	71
3.1 A EMERGÊNCIA DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO.....	71
3.1.1 Democracia e segurança: o direito a segurança pública no constitucionalismo democrático	85
3.2 A POLÍTICA DE CIDADANIA NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	90
3.3 CONSTITUCIONALISMO CIDADÃO: O MARCO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DO ESTADO COMO CÓDIGO PARA A PAZ E A POLÍTICA DE CIDADANIA NA SEGURANÇA PÚBLICA.....	98
4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROGRAMA REDE DE VIZINHOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA REALIZADO EM CRICIÚMA/SC.	106
4.1 A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O PROGRAMA REDE DE VIZINHOS PMSC: DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DE UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA.....	107
4.1.1 O Programa Rede de Vizinhos e suas premissas.....	114
4.1.2 Procedimento Operacional de implantação do Rede de Vizinhos	119
4.1.2.1 A forma de implantação do Rede de Vizinhos.....	119
4.1.2.2 As fases do funcionamento das reuniões ordinárias	122
4.1.2.3 Procedimento a seres adotados pelos membros da Rede	123

4.2 A ESTRUTURA MUNICIPAL DO PROGRAMA: DA SUA IMPLANTAÇÃO AOS SEUS MECANISMOS.	124
4.3 ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROGRAMA DE REDE DE VIZINHOS EM CRICIÚMA/SC.	131
4.3.1 Considerações iniciais sobre a realização da pesquisa de campo.....	131
4.3.2 O perfil dos participantes do programa Rede de Vizinhos	133
4.3.3 O programa Rede de Vizinhos: considerações sobre a estruturação .	137
4.3.4 Quando ao sentimento de segurança ao andar no município.....	142
4.3.5 O programa Rede de Vizinhos e a sua influência na vida das pessoas.....	144
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
REFERÊNCIAS.....	162
ANEXO I - QUESTIONÁRIO.....	179

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública no marco do constitucionalismo democrático deve assegurar os direitos fundamentais prescritos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e nas leis infraconstitucionais que com ela se harmonizam, por meio de políticas públicas de segurança que promovam a participação cidadã de forma democrática. A ordem jurídica brasileira sustenta que os cidadãos não são apenas titulares de direitos já estabelecidos. No Constitucionalismo democrático a participação cidadã vai além das garantias de tais direitos é, também, a atividade indispensável para criação de novos mecanismos e espaços que materialize a segurança pública Constitucional.

O programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) é uma estratégia de policiamento que se pauta pela organização entre a comunidade e o órgão militar de polícia do Estado catarinense. Trata-se de uma forma de trabalho da polícia, que objetiva a proximidade da PMSC com os cidadãos, visando a promoção de uma sociedade mais organizada, atuante e segura, fazendo com que as pessoas atuem em cooperação, fomentem parcerias, fortaleçam as relações interpessoais e a cidadania ativa do lugar onde convivem.

É um trabalho relevante na direção de uma sociedade mais humana, integrada, participativa e democrática, visto que possibilita a análise de debates entre a Polícia Militar e a comunidade focados na prevenção, atuação em rede, estratégia de policiamento, vigilância entre vizinhos, fortalecimento de vínculos, produzindo e apresentando o protagonismo do cidadão e do policial militar.

Considerando a construção constante da Democracia, evidenciada pelos inúmeros debates na direção de um mundo mais humano e participativo, é necessário a atuação dos órgãos públicos em parceria com as pessoas, que são protagonistas de suas comunidades. Isso, para que o medo de ser vítima de crime não altere a qualidade de vida dos cidadãos e todos possam usufruir das condições de vida equânimes, sem ampla diferenciação econômica ou qualquer discriminação entre seres humanos.

Delimitando a matéria, com a premissa de que as pessoas têm, nos órgãos públicos já instituídos, a esperança para a resolução das suas demandas sociais e considerando que a Polícia Militar tem a missão de preservação da ordem pública, busca-se entender a participação cidadã em segurança pública no marco do

constitucionalismo pós 1988, analisando o programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma.

As implicações da participação cidadã nas ações da Polícia Militar na segurança pública balizada pelo constitucionalismo democrático no programa Rede de Vizinhos realizado no município de Criciúma, parece indicar um processo de transformação social, que reflete na constitucionalização dos direitos humanos envolvendo a instituição estatal Polícia Militar e a sociedade. Nesse contexto, surge a indagação a ser desvendado: o programa Rede de Vizinhos realizado em Criciúma implica, no marco do constitucionalismo democrático, a participação cidadã nas ações da Polícia Militar de Santa Catarina?

Num primeiro momento, é possível perceber que o referido programa aborda questões contundentes, que levam a temas harmonizados com o compromisso de um constitucionalismo democrático. Isso porque conduz a uma relação participativa dos cidadãos nas ações do órgão militar estatual, para as políticas de segurança pública na porfia constante pela paz.

O objetivo geral é analisar as implicações da participação cidadã no programa Rede de Vizinhos da PMSC no município de Criciúma, como ação, por parte da Polícia Militar, de políticas de segurança pública no marco do constitucionalismo democrático. Para isso, explora o assunto referente a institucionalidade da Polícia Militar a luz das diretrizes constitucionais para o sistema de segurança pública, o significado da participação cidadã na emergência do constitucionalismo democrático de 1988, e, por fim, emerge a análise da participação cidadã do programa realizado em Criciúma.

O primeiro capítulo é o que explora a institucionalidade da Polícia Militar a luz das diretrizes constitucionais para o sistema de segurança pública, com considerações acerca da segurança pública no tocante a seus conceitos e historicidade. Nesse caminho, aparece a formação do sistema de segurança pública e sua estruturação na Carta Magna, bem como a sua transversalidade com os princípios constitucionais da democracia e participação cidadã. Todo esse alicerce, direciona ao leitor o entendimento do papel da Polícia Militar nas idas atuais. Para isso, é necessário se deparar com a construção da atividade policial militar no decorrer dos tempos, ao seu mister constitucional de preservação da ordem pública e polícia ostensiva.

O segundo capítulo busca analisar pressupostos da participação cidadã instrumentalizada após 1988, trazendo à tona a emergência do constitucionalismo

democrático a partir da modernidade e a construção da democracia. Além disso, explora-se a política de cidadania, com ênfase no direito e compromisso que as pessoas das comunidades devem se possuir para efetivar a construção da harmonia social local e, ao final, o constitucionalismo cidadão como condição necessária para a paz e existência da vida humana com dignidade.

Essa estrutura de assuntos leva ao conhecimento da matéria para a apreciação do terceiro capítulo, o qual produz informações por intermédio de dados quantificados e qualificados, que analisa o programa Rede de Vizinhos. Para isso, abordam-se as dimensões constitucionais desta modalidade de policiamento e descreve a sua estrutura municipal, partindo dos instrumentos e mecanismos de funcionamento para, ao final, analisar a participação cidadã do programa Rede de Vizinhos em Criciúma no marco do constitucionalismo democrático.

A pesquisa quanto ao tipo de conhecimento que se deseja produzir se classifica como descritiva, visto a estrutura descrita sobre as características e funções do assunto estudado, angariando ao final o conhecimento das informações que foram coletados, por meio da ferramenta *Google Forms*. O método científico de abordagem utilizado é o indutivo, visto que este estudo parte de dados particulares, devidamente verificados, com a finalidade de induzir uma regra geral sobre o referido programa no município de Criciúma.

Quanto ao procedimento, utiliza-se de 3 (três) principais para o enfrentamento do problema chave em cada fase da pesquisa. O primeiro se trata do histórico, devido a necessidade de investigar acontecimentos passados e os processos formativos da sociedade e de instituições, em especial da Polícia Militar, como a sua natureza, função e influência na atualidade.

O segundo é o monográfico, visto que um dos princípios é o estudo do programa realizado em Criciúma, que foca nos cidadãos e a sua relação com a segurança pública, na instituição da Polícia Militar e sua atuação no marco do constitucionalismo democrático, e a condição de participação cidadã das pessoas que compõe as células do programa, o grupo e a comunidade. Todo esse estudo do Rede de Vizinhos no município de Criciúma tende a servir de referências para os participantes do programa em outros municípios do Estado de Santa Catarina.

O terceiro procedimento trata-se do método estruturalista, que estuda a relação da Instituição da Polícia Militar com a sociedade, mais precisamente na análise realizada sobre estratégia policiamento Rede de Vizinhos, que rompe com o

modelo tradicional de ação da Polícia Militar, por intermédio de uma parceria da pessoas, cada qual na sua individualidade de problemas, para a construção das demandas sociais de toda a comunidade local. A ideia principal é compreender de forma sistemática as características principais programa quanto a participação cidadã no marco do constitucionalismo democrático.

Como técnicas de pesquisa, há a bibliográfica com base em livros, revistas, teses, dissertações, e anais de eventos científicos etc. utiliza-se também a documental, devido a necessidade averiguar materiais e normas internas da PMSC. Por fim, frente ao último objetivo específico, cerne do problema enfrentado neste estudo, realizou-se uma pesquisa de campo com a finalidade de coletar dados para analisar a cidadania participativa no marco do constitucionalismo democrático referente ao programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar realizado em Criciúma/SC. Os dados primários foram coletados de registros existentes no 9º Batalhão Policial Militar (BPM) que tem circunscrição na cidade de Criciúma, posteriormente, um questionário foi encaminhado com uma série de perguntas, com possibilidade de respostas fechadas e abertas, para que fosse possível alcançar uma solução ao problema da pesquisa.

O questionário (anexo I) foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) obtendo o parecer nº 4.560.415, e posteriormente foi enviado à 13.132 pessoas que compõem o universo de participantes do programa. Houve um retorno de 1816, o que acessaram, resultando em 1811 aceites e 5 (cinco) se negando a participar. Com a informações coletadas, é possível induzir que Rede de Vizinhos se trata de uma coprodução da segurança pública a partir da organização da vizinhança em grupos denominados células. O que, substancialmente, fortalece a ideia dos relacionamentos e vínculos comunitários, para a construção de espaços locais que estejam em conformidades com o fundamento de harmonia social e comprometidos com a solução pacífica das controvérsias estabelecidos na Constituição de 1988.

Então, a partir do problema de pesquisa se supõe, como resposta provável, que o Rede de Vizinhos é um dos programas de prevenção da Polícia Militar de Santa Catarina que possibilita a participação cidadã na premissa do constitucionalismo democrático e sedimenta estratégias de policiamento pautadas numa atuação em rede, ou seja, na construção de soluções de segurança em parceria com a comunidade

2 A INSTITUCIONALIDADE DA POLÍCIA MILITAR A LUZ DAS DIRETRIZES CONSTITUCIONAIS PARA O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Para buscar entender o papel da instituição da Polícia Militar no sistema de segurança pública, a luz das diretrizes estabelecidas na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, realiza-se uma série de considerações sobre o tema numa perspectiva histórica. Além disso, descreve-se o formato do sistema de segurança pública do Brasil e a construção da atividade policial militar a luz das diretrizes constitucionais.

Esse caminho de entendimento é preponderante para analisar a estruturação do serviço policial militar dentro do sistema de segurança pública, visto que a PM foi sendo construída conforme as normas vigentes em cada período histórico. Após 1988, a sua principal função foi desvirtuada e incompreendida pelos membros que a compõe e a própria sociedade, visto que a preservação da ordem pública, de acordo com a balizas do constitucionalismo brasileiro, tem responsabilidade com a democracia e a cidadania de todos.

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS.

Para obter uma visão abrangente do atual conceito de segurança pública, faz-se necessário, primeiramente, delinear a respeito do termo público e fazer considerações sobre os aspectos históricos que rodeiam este termo. A partir daí, traça-se um encadeamento de assuntos, que parte da apreciação da palavra segurança e perpassa por análises do seu sentido no decorrer dos tempos e de distintos povos, para, então, compreender o significado hodierno da segurança pública no Brasil.

2.1.1 A construção do significado da palavra segurança

Ao pesquisar sobre a expressão segurança é possível notar inúmeros significados. Entre outros, a palavra pode estar relacionada a um estado do que se entende por seguro, firme, com estabilidade, solidez, como uma pessoa ou coisa que serve de esteio ou de apoio a outra. Também, pode ser considerado uma crença ou

opinião firme, como por exemplo a certeza, confiança, firmeza de fé ou um entendimento. No sentido jurídico, relacionado a respectiva palavra, há o penhor de garantia de uma dívida ou caução. Existe ainda o significado de sensação de paz, tranquilidade e condição ou estado do que está livre de danos ou riscos (SEGURANÇA, 2020), sendo nesta seara o principal sentido para este estudo.

A palavra segurança é polissêmica e de intenso valor, tem tanta importância que foi inclusive classificada pelo psicólogo Abraham Maslow (considerado o pai da “psicologia humanística” ao definir cinco categorias de necessidades humanas), como a segunda motivação na hierarquia das necessidades¹, entre as fisiológicas, de segurança, sociais, de estima e de autorrealização.

Segundo o professor e investigador jubilado do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Dr. Luís Salgado de Matos (2001), ao escrever sobre a etimologia da palavra segurança no Dicionário de Filosofia Moral e Política, explica ser possível verificar a origem no Latim “se + cūra”. O autor esclarece que a essência do vocábulo “cūra” dá uma definição de inquietude e preocupação, fortalecendo a interpretação da expressão segurança, vinda de “se + cūra”, com significado de “sem preocupações”. Isso está relacionado com a ausência de riscos, previsibilidade e certeza quanto ao futuro, ou seja, a segurança como ideal é aplicável a qualquer atividade humana, seja técnica, econômica, política ou sentimental. Para José Carlos Pires (2017, p. 19) a palavra “[...] sugere o sentido de ‘ocupar de si mesmo’, isto é, cuidar de si, também podemos entender como algo não natural ao estado humano, mas que deve ser buscado para que se evite a catástrofe”.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) também trata da segurança da garantia e certeza das consequências dos atos praticados no império da lei, conforme estabelece o art. 5º, II, em que “[...] ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” e o inciso XXXVI que “[...] a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada”. (BRASIL, [2020])

¹A hierarquia das necessidades de Abraham Maslow é provavelmente a mais conhecida teoria sobre motivação. Dentro de cada ser humano existe uma hierarquia de cinco categorias de necessidades. São elas: 1. Fisiológica: inclui fome, sede, abrigo, sexo e outras necessidades do corpo. 2. Segurança: inclui segurança e proteção contra danos físicos e emocionais. 3. Social: inclui afeição, aceitação, amizade e sensação de pertencer a um grupo. 4. Estima: inclui fatores internos de estima, como respeito próprio, realização e autonomia; e fatores externos de estima, como status, reconhecimento e atenção. 5. Autorrealização: a intenção de tornar-se tudo aquilo que se é capaz de ser; inclui crescimento, alcance do seu próprio potencial e autodesenvolvimento. Na medida em que cada uma destas necessidades é atendida, a próxima, respectiva, torna-se a dominante. (ROBBINS, 2005).

A segurança como necessidade básica, tem relação com a impulsão interna para conquistar e manter o que se deseja de forma individual ou coletiva, fazendo o ser humano ou as pessoas encarnar o instinto de autodefesa. Esta tem como consequência a preservação da vida em espécie, que em tempos remotos dependia do físico do homem na luta contra seus inimigos quando de forma individual, já a defesa coletiva dependia de barreiras, a exemplo de montanhas, águas, muralhas, castelos etc. Com o passar dos tempos inventou-se as armas, que são instrumentos agressivos de auto segurança. (DALBOSCO, 2008, p. 27).

Obviamente a defesa, nesse contexto, conota a anulação, redução ou eliminação do outro. O problema é que nas épocas atuais, as armas são devastadoras e o outro pode ser toda, ou grande parte, da humanidade. Atualmente alguns países concentram grandes recursos na elevação do seu potencial defensivo, e a ansiedade pela segurança pode conduzir a uma grande destruição. Por isso a necessidade de trabalhar o conceito de segurança no encontro de fórmulas para se viver em paz e garantir o futuro da humanidade. (DALBOSCO, 2008, p. 27).

A segurança, desde a pré-história, sempre foi matéria de preocupação do ser humano. Primeiramente, organizaram-se em grupos pela necessidade de garantir a sua sobrevivência e a partir daí se originou os agrupamentos sociais que mais tarde formariam a sociedade moderna. Foi a necessidade de segurança que representou uma das causas mais relevantes para o agrupamento social. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 21-22). É perceptível a importância do ser humano se sentir seguro sobre diversos aspectos, pois a falta de tranquilidade leva as pessoas a problemas biopsicossocial² que pode afetar o interesse público.

João Carlos Pires (2017, p. 19) ao estudar a origem e trajetória da segurança pública, parte da visão de que a noção de segurança surgiu concomitante com o entendimento de propriedade e divisão do trabalho, quando surgiram, a cada momento histórico, as castas, clãs, estamento e posteriormente as classes sociais.

No transcorrer dos tempos, foi se estabelecendo um código de convivência. Por isso, foi necessário, simultaneamente, de um grupo de pessoas que o fiscalizasse para que todos cumprissem o que foi positivado e passasse a fazer pelo povo tudo

² Toda pessoa é um complexo biopsicossocial, ou seja, tem potencialidades biológicas, psicológicas e sociais que respondem simultaneamente às condições de vida. (LIMONGI FRANÇA, 1996).

aquilo que ele não poderia fazer por si só e que fosse de interesse público. (MARCINEIRO, 2009, p. 14).

Alguns teóricos clássicos trabalham as questões da relação de segurança dos seres humanos e Estado por meio da existência de um pacto, ou seja, um contrato que organiza um Estado natural (primitivo) para dar direito a um Estado que estabeleça a sociedade civil organizada. Entre eles estão Thomas Hobbes (1588-1579), teórico absolutista; John Locke (1632-1704), teórico do liberalismo e Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Todos esses autores possuem em comum a criação de um modelo teórico político e filosófico chamado de contratualismo, com a finalidade de explicar o surgimento da sociedade.

Thomas Hobbes, teórico do absolutismo, ao discorrer a respeito do homem em seu livro *Leviatã*, no capítulo XIII, explica sobre a condição natural da humanidade relativamente à sua felicidade e miséria, afirmando que na natureza do homem se encontra três causas principais de discórdia. A primeira é a competição, que leva os homens a atacar uns aos outros em razão da ganância; a segunda é a desconfiança, que tem relação direta com a segurança, e o terceiro é a glória ligada a reputação. Em qualquer situação os homens se utilizam da violência para se tornarem senhores das pessoas, mulheres, filhos, também para se defender e pela busca de reconhecimento por mais simples que seja. (HOBBS, 2003, p. 108). O autor, ao tratar o homem como um ser ávido pelo poder, inaugura, na modernidade, o homem concorrencial destacando o individualismo e a destituição de valores comunais.

Dizia Hobbes que, para a regulação dessa condição da natureza do homem, é necessário o cargo do soberano, podendo este ser este um monarca ou uma assembleia, mas com a atribuição de poderes para a obtenção da segurança do povo, sendo está a lei suprema ao qual aquele está obrigado pela lei de natureza e do qual tem de prestar contas a Deus. A segurança, neste caso, não é entendida como uma simples preservação, mas todos os outros confortos da vida que cada homem, que de forma lícita, sem perigo ou inconveniente para a república, ele adquire para si. (HOBBS, 2003, p. 283). O soberano tem a obrigação de garantir a paz aos súditos, pois, se usar o seu poder para qualquer outra coisa com objetivo diferente estará contrariando as leis da natureza, e será responsabilizado divinamente.

Para Hobbes, o homem descobriu a necessidade da constituição de um poder comum ao qual todos devem submissão, temor e obediência, ou seja, o Estado. Este seria comparado a uma multidão unida em torno de uma só pessoa representada,

simbolicamente, pelo “Leviatã”, um monstro todo-poderoso equivalente a um deus mortal. Este símbolo foi criado, especialmente para acabar com a anarquia e o caos social da sociedade primitiva. Dessa obra é possível extrair uma concepção inicial do papel do Estado na segurança pública, como garantir a paz social, evitando a guerra de todos contra todos (DE OLIVEIRA; TONELLI; PEREIRA, 2013, p. 11). Em suma, o pensamento de Hobbes era que as pessoas abandonassem o estado de natureza e entregassem ao soberano o poder de regular suas condutas em troca da segurança.

John Locke, pensador político do liberalismo, analisa a ideia de soberano para garantir a ordem e a segurança, ou seja, trata-se de um dever do Estado, contudo com poder limitado restrito aos termos do contrato social, pois, se o soberano governar por interesse próprio se torna um tirano e, nessa ótica, a sociedade tem direito à revolta para garantir seu direito natural à liberdade. Para Rousseau, os indivíduos no estado de natureza são bons, diferente do pensamento de Hobbes, e aceitam fazer um contrato, que se traduz por doar parte da liberdade civil em prol da segurança e do bem proporcionado por uma entidade, o Estado (DE OLIVEIRA; TONELLI; PEREIRA, 2013, p. 13).

Esses principais teóricos do contratualismo foram preponderantes para a construção das relações humanas e o modelo de Estado atual. Elas tentam explicar a função do Estado, a fim de legitimá-lo ou questioná-lo, independente do momento e da corrente filosófica (absolutista ou iluminista). Para esses 3 (três) autores, Hobbes, Lock e Rosseau, o Estado deve garantir a segurança, porém o foco de cada um é diferente. O primeiro enfatiza a preservação da vida em função da guerra de todos no estado de natureza, o segundo é para garantir a propriedade que se trata de um direito inato do estado de natureza, e o último para preservação da liberdade civil.

O termo segurança aparece num dos primeiros documentos Europeus datado de 1628, ainda na época do feudalismo, quando o parlamento inglês confeccionou um escrito para lembrar o rei Carlos I de suas atribuições e limites. A Petição de Direito era como se fosse um resumo das leis Inglesas que já existiam até aquele momento. Ao final desta Carta o parlamento rogava direito e liberdades em conformidade com as leis e provisões do reino, bem como a declaração da Vossa Majestade que dizia: “[...] para alívio e segurança adicionais do vosso povo, que é vossa régia intenção e vontade que, a respeito das coisas aqui tratadas, todos os vossos oficiais e ministros servirão Vossa Majestade de acordo com as leis e a prosperidade deste reino”. (CASTRO, 2007, p. 189-192).

O sentido da palavra segurança na Petição de Direito estava relacionado com a auto proteção dos cidadãos da época em relação a conduta do soberano. Esse documento, naquele contexto, significou um passo para os avanços dos direitos civis, uma vez que o rei não poderia cobrar tributos sem o consentimento dos homens livres.

[...] *petition of rights* significou o amadurecimento do sentido democrático dos direitos civis da liberdade, segundo conteúdo dos direitos individuais, dos quais o de maior importância é a vida. O direito à vida reside em todos os homens pelo simples fato de sua humanidade. Este direito estava comprometido pelo absolutismo monárquico. (MELO, 2008, p. 289)

Em 16 de junho de 1776, precedendo a Declaração de independência dos Estados Unidos, de nítida inspiração iluminista e contratualista, escreve-se, no cenário de luta pela independência, a “Declaração de direitos do bom povo de Virgínia” que representou “[...] um marco para a liberdade Individual como conceito, sendo o primeiro documento escrito, com valor jurídico, a coroar muitos dos ideais iluministas.” (CASTRO, 2007, p. 231). Estabeleceu-se que todos os homens são livres, independentes e com certos direitos inatos que são: “[...] o gozo da vida e da liberdade com os meios de adquirir e de possuir a propriedade e de buscar e obter felicidade e segurança”. A Declaração de direitos do bom povo da Virgínia de 1776 (1978) pressupõe que, para a instituição de um governo, deve estar presente os seguintes objetivos:

[...] para proveito comum, proteção e segurança do povo, nação ou comunidade; que de todas as formas e modos de governo esta é a melhor, a mais capaz de produzir maior felicidade e segurança, e a que está mais eficazmente assegurada contra o perigo de um mau governo; e que se um governo se mostra inadequado ou é contrário a tais princípios, a maioria da comunidade tem o direito indiscutível, inalienável e irrevogável de reformá-lo, alterá-lo ou aboli-lo da maneira considerada mais condizente com o bem público.

O destaque e a importância do contexto do termo, típico do contratualismo, em que o ser humano cede uma parcela de sua liberdade em troca de segurança, está presente na Declaração de direitos do bom povo de Virgínia de 1776. Não obstante o objetivo principal dessa declaração era se tornar independente da Inglaterra, a presença da expressão “proteção e segurança do povo” como sendo um dos objetivos do governo, comprova a relevância e amplitude do termo “segurança” para os seres humanos.

Nesse momento da história Europeia, a burguesia ascendia cada vez mais e, com o fortalecimento da ideia de contrato social de pensamento iluminista, resultou na Revolução Francesa, marco de mudança na história no continente Europeu e de

muitos outros países, culminando com Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 26 de agosto de 1789. Conforme Fábio Konder Comparato (2004, p. 9), a segurança pessoal como objeto de um direito inerente à condição humana foi feita, pela primeira vez na história, na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, aprovada pela Assembleia Nacional Francesa no início da Revolução. Este histórico referenciava no artigo 2º que “A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a propriedade a segurança e a resistência à opressão”. (ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA - 1789, 1978).

Uma definição do termo segurança aparece no art. 8º da Constituição Francesa de 1793, como sendo a proteção concedida pela sociedade a cada um de seus membros para a conservação de sua pessoa, de seus direitos e de suas propriedades (BOBBIO, 2004, p. 44). Este foi um dos primeiros conceitos liberais de segurança estabelecido constitucionalmente no fervor da ascensão da burguesia.

É possível perceber, pelas leituras das declarações e normas internacionais, que decorrer dos tempos foi sendo firmado o conceito de segurança como atributo essencial à dignidade da pessoa humana. Esse pensamento ganha força na primeira metade do século XX, quando se percebe e, ao mesmo tempo, conscientiza-se dos fatos, tragédias e crueldades vividas no decorrer das guerras mundiais. Tudo isso serviu de base para a criação de uma Organização de Nações Unidas, resultado de uma Carta em que os povos demonstraram a sua preocupação em preservar as futuras gerações do mal da guerra e, ao mesmo tempo enaltecer os direitos fundamentais do homem.

Em 10 de dezembro de 1948, a Assembleia Geral dessas Nações, em Paris, elaborou a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), que, embora baseada no pensamento Europeu, era formada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais das regiões do mundo. Trata-se de um documento de marco histórico, que estabelece, numa concepção ocidental hegemônica, a proteção universal dos direitos humanos. Esse texto assegura em seu artigo III que “Todo Homem tem Direito à Vida, à Liberdade e à Segurança Pessoal”. Neste momento da história a segurança pessoal se sedimenta, ao menos formalmente, como um direito humano reconhecido universalmente. (ONU, 1948).

Para chegar as considerações sobre a expressão segurança pública, é importante, além do termo segurança, ter uma noção do termo pública. Sem ir a fundo

no tema, utiliza-se de uma análise sumária da explicação elaborada por Hannah Arendt. Esta autora trata da esfera pública com a ideia de acessibilidade e o pensamento do que é o comum. Ela remete a dois fenômenos distintos e, ao mesmo tempo, correlacionados. Em primeiro momento ela explica que o termo público significa “tudo que pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível”. Trata-se do que é aparente, ou seja, aquilo visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos, que constitui a realidade. Em segundo momento, o termo público está relacionado com a ideia de comum. (ARENDT, 2007, p. 59). Essa correlação realizada pela autora do que é público, ou seja, do que é comum e que pode ser visto ou ouvido por todos, facilmente se consegue entender como pertencente a coletividade, o que pertence ao povo.

O termo <<público>> significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. [...] A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros, [...]. (ARENDT, 2007, p. 62).

Para este estudo, sem a intenção de entrar em reducionismos, é importante que a palavra pública tenha relação a tudo que é referente a povo, atribuído ao coletivo. A partir daí, aglutina-se a expressão segurança pública para a ideia de segurança do coletivo. (PIRES, 2017, p. 19).

É possível perceber que a construção do conceito de segurança junto com o público, direcionam a segurança pública para o atendimento do povo, da coletividade. Nota-se que a expressão não se refere a algo ou alguém privilegiado, bem como não tem relação com a manutenção dos poderes constituídos, exceto quando o bem coletivo está em risco.

No Brasil, a segurança pública tem, constitucionalmente, esse mister de proteção da coletividade. Porém, com base na Carta Magna ela vai além da questão de amparo da violência, ela deve ser motriz para a garantia dos direitos fundamentais, alienado a participação de todos os cidadãos de forma democrática, com a finalidade de construir, em conjunto, uma sociedade harmônica e pacificada.

2.1.2 Segurança pública no Brasil: do passado ao presente

O cenário da segurança pública, tanto nesta Nação como em qualquer outro lugar do mundo, não é possível dissociar da formação sociopolítica e cultural, entretanto no Brasil, ao buscar conhecimento do tema na historiografia, é necessário estudar as instituições públicas e a história das forças policiais nacionais. (PIRES, 2017, p. 20).

Ao analisar a concepção de segurança pública nos povos da América antes da chegada dos Europeus, a fim de buscar informações sobre o tema no passado, é algo de extremamente difícil. Lucas Machado Fagundes (2015, p. 82-83), ao tratar da construção da cultura monojurídica Latino-Americana, explica que o período pré-conquista, da concepção pré-moderna na América Hispânica, é um espaço típico dos historiadores e antropólogos, tendo em vista os predicados de ordem cultural e dos elementos históricos. Fagundes (2015, p. 89), ao tratar do direito no período pré-colonial encoberto pela invasão europeia, explica que entre os Asteca havia um sentido de interpretação jurídica baseado em costumes fundamentado na existência do ser humano e na sua corporalidade viva em conexão com outras. “As relações são aperfeiçoadas com base em um Direito que, antes de legitimar uma ordem social, preocupa-se em resgatar relações organizativas para o convívio harmônico e de desenvolvimento – resumido em uma palavra: equilíbrio social.”

A ideia de segurança dos povos indígenas pode se obter com análise dos modos próprios de organização social. Para isso, utiliza-se como base os estudos da organização original dos índios realizado pelo professor indígena Gersem José dos Santos Luciano pertencente à etnia Baniwa e doutor em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB).

É a organização original dos índios. Cada comunidade ou povo indígena possui seus modos próprios de organização social, política, econômica e jurídica. Não existe um modelo único. Mesmo em uma comunidade ou povo, às vezes há várias formas de organização social, de acordo com as regras de parentesco, famílias extensas e alianças políticas. As organizações tradicionais seguem orientações e regras de funcionamento, de relações e de controle social a partir das tradições de cada povo. Isso permite que tais organizações sejam mais dinâmicas, plurais, descentralizadas, transparentes, ágeis e flexíveis. As decisões são tomadas de forma coletiva ou por meio de acordos entre os subgrupos que compõem o povo. A organização indígena tradicional responde às necessidades e às demandas internas da comunidade indígena, como a organização diária dos trabalhos coletivos, das festas e das cerimônias, e a representação étnica diante dos outros povos, segundo a tradição do grupo. (LUCIANO, 2006, p. 62).

Ao conferir as regras de organização, é possível verificar um modelo de aparelhamento que produz segurança conforme relação e controle social de cada povo. Nota-se que a organização indígena tradicional responde às necessidades e às demandas internas da comunidade indígena, com os grupos especializados na formação de pajés e xamãs, que são responsáveis pela segurança espiritual e física dos indivíduos e do povo.

Uma das características principais da organização tradicional dos povos indígenas é a distribuição social de posições, funções, tarefas e responsabilidades entre indivíduos e grupos (*fratrias, sibs* ou tribos). Deste modo, existem os grupos especializados na formação de pajés e xamãs, que são responsáveis pela segurança espiritual e física dos indivíduos e do povo. Há os responsáveis pela formação de guerreiros e pelas técnicas de guerras, o que inclui o domínio de conhecimentos exclusivos na área de fabricação de armas. Existem ainda grupos especializados na formação de caçadores e pescadores e na fabricação de utensílios, como canoas, cerâmicas e outros bens relevantes e estratégicos para o povo e para os outros aliados próximos. (LUCIANO, 2006, p. 63).

Após a chegada do Portugueses nas terras em que viviam os índios, o Brasil foi arrendado a um consórcio de comerciantes de Lisboa, o que demonstra pouca preocupação daquele país com as terras ocidentais. Aos poucos as atenções foram na exploração da atividade econômica com a extração do pau-brasil entre os anos de 1500 e 1535. Nessa época, mais como forma de manter o domínio, desenvolver a exploração a costa, que vinha sendo alvo de comerciantes intrusos, principalmente franceses, a expedição de Martim Afonso de Sousa teve como missão estabelecer padrões nos lugares que descobrisse dentro da demarcação pontifícia, com a finalidade de tomar posse das terras e constituir capitão-mor e governador, tudo em nome do rei. Além disso, ele tinha poder para deixar qualquer a pessoa, da forma que entendesse, deixar nas referidas terras, criar e nomear tabeliães e mais oficiais da justiça, bem como ceder sesmarias a quem desejasse morar. Aos poucos vai se utilizando o modelo trazido da colonização portuguesa para a segurança das terras que estavam sendo conquistadas. (AB'SABER, ALMEIDA, *et al.*, 2007, p. 104-108).

A partir do ano 1500 no Brasil, a polícia, excluindo-se os corregedores que tinham atribuições judiciais entre as quais incluía a prisão de criminosos sobretudo de alta categoria social, tinha os seus mais importantes funcionários nos alcaides pequenos, responsável pelas diligências noturnas visando prisões de criminosos. Eram subordinados aos juízes e faziam o policiamento local, tendo às suas ordens os chamados jurados, equivalentes a policiais. Esses eram nomeados pelo rei, e havia ainda os quadrilheiros, uma polícia municipal nomeada na Câmara pelos juízes e

vereadores. Todos tinham por obrigação zelar pela paz pública, fazendo uso de armas para prender malfeitores denunciados por qualquer alarido ou brado de alarma. (AB'SABER, ALMEIDA, *et al.*, 2007, p. 32).

Os modelos de governo e instituições oficiais do Brasil tinham por base as formas originadas em Portugal ou por onde os portugueses se expandiam por áreas do Atlântico, África e Ásia. No primeiro momento, foi realizado o sistema de capitânias hereditárias para o controle administrativo colonial, conforme modelo já aplicado antes em madeira e açores (RIBEIRO, 1908, p. 45). A experiência da fraqueza e desmoralização delas induziram D. João III a criar o Governo Geral do Brasil. O primeiro foi Thomé de Souza, que chegou no Brasil em 29 de março de 1549, vindo com ele, entre outros, um ouvidor-mor, Pero Borges, que tinha a seu cargo os negócios da justiça; um procurador, Antônio Cardoso de Barros, que devia arrecadar impostos e dinheiro para a coroa; e um Capitão-mor da costa, Pero Goes da Silveira, responsável por viajar e guardar o litoral. (RIBEIRO, 1908, p. 64)

Nota-se que para a realização das tarefas, a fim de manter o controle da terra conquistada dos índios pelos portugueses e garantida nas disputas com outras nações da Europa, eram criados cargos políticos com os nomes de Ouvidor-mor para assuntos judiciais, Provedor-mor para as questões financeiras, e Capitão-mor para a defesa do território.

A jurisdição primária em cada terra era exercida pelos juízes ordinários, alterando anualmente conforme eleição dentre os "homens bons" ou pessoas mais gradas (alta posição social) do conselho, que geralmente nas cidades e vilas eram dois, auto denominados de vara vermelha em razão da cor do distintivo que detinham. Em cada concelho, havia ainda um escrivão e um almotacé encarregado da execução das posturas determinadas pelos vereadores e de fiscalizar a aferição dos pesos, medidas, os preços dos comestíveis, zelar pelo asseio das povoações e fiscalizá-las, etc. Havia, também os alcaides pequenos, que respondiam pelo sossego, as prisões e as citações. Estes eram relacionados pelo senhor da terra, que encaminhava a lista para a escolha da câmara. Neste mesmo local fica a prisão municipal. (VARNHAGEN, 1877, p. 150)

O termo "Alcaide", de origem árabe, dá a ideia do governador de uma praça ou de uma província. Formada pelo artículo *Al* e *Caydum*, derivado do verbo *Cade*, que é capitanear, e significa ter a seu cargo a guarda do castelo ou fortaleza. O Alcaide-mor jurava fidelidade nas mãos dos reis e detinham os poderes próprios

destes por delegação. A importância da função era tão grande que levou o Rei Afonso V a decretar que fossem fidalgos de pai e mãe, *in verbis*: “ [...] os Alcaides fossem fidalgos de pay, & Mãy, & que vivessem sempre nos seus castellos, & falecendo algum, lhe succedesse o parente mais chegado, que estivesse no castello.” (BLUTEAU, 1712, p. 217).

É possível perceber que o alcance do poder do Alcaide-Mor, visto que se tratava de um representante do rei com funções militares, administrativas, judiciais e, por consequência, também policiais. Aparece também na história o Alcaide pequeno, que nos primeiros tempos era como um substituto, tenente, capitão do castelo, por nomeação e provimento do Alcaide-mor, para servir em sua ausência. Com o tempo, ficou um gênero de ofício na República como membro da Justiça. (BLUTEAU, 1712, p. 217). O Alcaide Pequeno coordenava o policiamento urbano, auxiliado pelo escrivão da Alcaidaria e por quadrilheiros e meirinhos, antigo oficial de Justiça.

O primeiro governador-geral do Brasil foi Thomé de Souza, que conduziu o Brasil até 1553, seguindo por Duarte da Costa até 1558, quando este foi substituído por Mem de Sá que permaneceu até 1572. Este, após assumir, criou o Conselho de Vereança, editando as primeiras posturas referentes à atividade policial no país, ao atribuir rigorosas penas para o “vício de jogo”. Foram alvos de normas governamentais a fiscalização e a aferição de pesos e medidas, os preços dos comestíveis, o asseio da cidade e seu povoamento. Ao alcaide pequeno, acompanhado de um tabelião que anotava e atestava as ocorrências, foram atribuídas diligências noturnas com o objetivo de realizar prisões. (MINAYO, SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 42).

Após trezentos anos da invasão Portuguesa nas terras atualmente chamadas brasileiras, D. João VI, após Portugal sofrer ataques franceses, foge e desloca ao Brasil com toda uma estrutura administrativa de Estado que existia na época.

O quadro administrativo da colônia se completa com a presença de quatro figuras, que acentuam e reforçam a autoridade metropolitana: o juiz, o cobrador de tributos e rendas, o militar e o padre.

A autoridade suprema da justiça, contemporânea da fundação do governo-geral, é o ouvidor-geral. O ouvidor decide os casos crimes, até morte para escravos, gentios, peões cristãos livres. Sua competência não abrange pessoas de maior qualidade nem alcança o clero. O corregedor da corte julga os recursos de suas sentenças. (FAORO, 2001, p. 220-221).

Durante o período colonial, Caio Prado Junior (1961, p. 308) sintetiza os órgãos da administração agrupados em três setores: militar, geral e fazendário. As forças armadas das capitanias eram compostas por tropa de linha, das milícias e dos corpos de ordenanças. A primeira representava a tropa regular e profissional,

permanentemente sob as armas e era quase sempre composta de regimentos portugueses que conservavam mesmo seu nome do lugar onde tinham sido formados, a exemplo dos de Bragança e Moura, estacionados em fins do século no Rio de Janeiro, os de Estremós, em Santa Catarina, Parati e Angra dos Reis. Para completar os efetivos que vinham do Reino, havia recrutamento para a tropa na própria colônia.

As milícias eram tropas auxiliares como as de linha. Embora não havia muita uniformidade nas capitanias, elas se organizaram lá pelos fins do século XVII em regimentos, substituindo os antigos terços (unidade militar dos exércitos das nações da Península Ibérica entre os séculos XVI e XVIII) e eram recrutados por serviço obrigatório e não remunerado na própria população da colônia. Os comandantes eram oficiais, também escolhidos na população civil, que não se podiam eximir ao serviço não remunerado que prestavam. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 311-312).

A última categoria das forças armadas eram as ordenanças, que eram compostas pelos não alistados ainda na tropa de linha ou nas milícias. A ordenanças, ao contrário das milícias constituíam uma força local com um papel considerável na administração geral da colônia, inclusive, os efetivos não podiam ser afastados do lugar em que se formavam e residiam. Não havia recrutamento para esse encargo, apenas um arrolamento, pois considerava que toda a população, dentro dos limites fixados, estava automaticamente engajada. Sua organização durou até a sua extinção em 1831, com a criação da Guarda Nacional. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 311).

No Brasil colonial, as forças auxiliares, ao contrário do que sucedeu nos Estados Unidos, permitiram a participação de índios, negros e mestiços em corpos especiais e cuja atuação nas lutas contra os invasores estrangeiros tão importante papel desempenharam. Com a Guarda Nacional a inovação foi maior pela integração de todos os cidadãos eleitores, independente da cor, na primeira grande força nacional. (CASTRO, 1977, p. 6).

O modelo de Guarda Nacional no Brasil veio da França, com o axioma de que todo o cidadão tem que ser um soldado, pois, caso contrário não haveria uma constituição. Após a crise de 14 de julho de 1789, a assembleia francesa cria a *Garde Nationale* (Guarda Nacional) motivada por razões políticas num sentimento nacionalista, lançou o ideal do cidadão nacional, do "patriota". Isso conferiu à milícia burguesa, até então municipal, um aspecto nacional. Nessa época ao exército Francês é atribuído a defesa externa e à milícia, transformada posteriormente em Guarda Nacional, com atribuição a defesa interna, ou seja, cidadão armados prontos para defender suas casas e liberdades. (CASTRO, 1977, p. 7 - 8).

A formação desse órgão passa a ser identificado com dois símbolos constitucionais: o cidadão-soldado e os direitos civis. Os guardas nacionais num primeiro momento eram cidadãos como soldados amadores e, posteriormente, soldados de fato. Traço também marcante na Guarda Nacional brasileira, cuja existência se originou do modelo francês. (CASTRO, 1977, p. 9 - 10).

Com o deslocamento da família real em 1808 ao Brasil, a Segurança Pública começa a se caracterizar com a chegada da guarda real vinda de Portugal. Em 10 de maio de 1808, por intermédio de um alvará com força de lei, D. João VI cria o cargo de “Intendente Geral da Polícia da Côrte e do Estado do Brazil” da mesma forma e com a mesma jurisdição que o cargo tinha em Portugal, criado em 25 de junho de 1760. (BRASIL, [1926]a). Embora muitas de suas atribuições eram de Poder Judiciário, isso foi preponderante para a o início da organização do sistema policial brasileiro, visto que neste momento é instituído formalmente as investigações para delitos cometidos e o controle da criminalidade.

A Intendência Geral de Polícia da Corte era um órgão administrativo com poderes judiciais e encarregado de um amplo leque de tarefas na administração da cidade e de manutenção da ordem. O intendente-geral de polícia ocupava o cargo de desembargador, e seus poderes eram bastante amplos. Além da autoridade para prender, podia também julgar e punir aquelas pessoas acusadas de delitos menores. Mais do que as funções de polícia judiciária, o intendente-geral era um juiz com funções de polícia. (COSTA, 2004, p. 87).

Nessa época, Dom João VI não pretendia instituir, a primeiro momento, um mecanismo repressor de crimes comuns, pois o principal objetivo era ter uma Polícia eficiente para se precaver contra espiões e agitadores franceses. A ideia era dispor de um corpo policial, principalmente político, que amparasse a Corte e apresentasse informes sobre o comportamento do povo, a fim de preservá-los dos ideais liberais que a Revolução Francesa estava contaminando no mundo. Era de seu conhecimento que vários nobres e letrados da Corte assentiam, aos poucos, às ideias iluministas e temia que elas atingissem toda a população. Esse corpo de segurança desejado pelo rei, além de lhe oferecer cobertura política, deu origem à estrutura básica da atividade policial no Brasil. Suas atribuições incluíam, à época, muito mais que a mera vigilância e repressão a crimes, pois estavam sob sua responsabilidade as áreas de obras públicas, segurança pessoal e coletiva, ordem e vigilância da população, investigação

de crimes e punição dos criminosos. (MINAYO, SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 43-44).

Fica evidente que toda essa organização administrativa e de segurança trazida por Dom João VI objetiva a organização de instrumentos fiscalizatórios e preocupação com a estrutura política. Essa época foi a base para concepção do sistema público e, por conseguinte, a base para a formação do aparelho policial brasileiro, o que demonstra uma grande preocupação com a estrutura governamental em detrimento da atenção as necessidades do povo, nomeadamente os menos favorecidos. O Intendente Geral de Polícia tinha poderes muito além do que se entende por polícia na atualidade.

Todas as questões criminais e cíveis eram submetidas ao Intendente Geral de Polícia da Corte do Brasil, que tinha status de ministro com jurisdição ampla e ilimitada. Isso, na prática, permitiu um amplo campo de ação no controle da população, sobretudo contra escravos e pobres livres. Ele detinha em suas mãos todos os órgãos policiais do Brasil com responsabilidade, inclusive, sobre ouvidores gerais, alcaides-mores e pequenos, corregedores, inquiridores, meirinhos e capitães de estradas e assaltos. Era também sua tarefa a organização da Guarda Real da Polícia da Corte. Em suma, a Intendência Geral cobria as funções de justiça, de governo e de administração interna. (MINAYO, SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 44).

Com a “Constituição Política do Império do Brasil” em 1824, houve uma sobreposição do poder Executivo em relação aos demais, com a competência de prover tudo que fosse concernente a segurança interna, e externa do Estado. Os ministros tinham autonomia e reponsabilidade de resolver os problemas oriundos daqueles que obrarem contra a liberdade, segurança, ou propriedade dos cidadãos, contudo o chefe era o imperador. No título 8º naquela carta constitucional estabelecia as disposições gerais e garantias dos Direitos Civis e Políticos dos cidadãos brasileiros. Conforme o seu art. 179, ao cidadão ficava garantido: “A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Políticos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Império, [...]”. (BRASIL, 1824). Ressalta-se que esses direitos constitucionalmente assegurados eram mitigados, pois não abarcava todas as pessoas brasileiras e, ainda, havia o poder supremo que, de acordo com o art. 99, “A Pessoa do Imperador é inviolável, e sagrada: não está sujeito a responsabilidade alguma”. (BRASIL, 1824).

A primeira constituição brasileira oferece uma impressão da preocupação com a segurança individual dos cidadãos, mas de fato visava a segurança interna dos poderes constituído na época, com a finalidade de manter a ordem. A própria concepção de cidadão era totalmente diferente do que se entende atualmente, visto que na época existia a escravidão e, mesmos os homens livres, havia um isolamento em relação ao mundo da administração e da política.

Com a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831 em favor do filho com pouco mais de cinco anos, reuniram-se vinte e seis senadores e trinta e seis deputados que estavam na presentes na corte e, mesmo não formarem o quórum legal, investiram-se de poderes extraordinários elegendo uma regência provisória³ para iniciar o governo do Brasil. (AZEVEDO, 1884, p. 6).

2.1.2.1 Guarda Nacional: da criação à sua dissolução

O período regencial no Brasil foi bastante conturbado e ficou marcado por muitas rebeliões, no intuito de fazer frente aos problemas que haviam, por meio da Lei publicada em dia 6 de junho de 1831, a Regência Provisória, que assumiu o império em nome de D. Pedro II, busca dar providências para a pronta administração da Justiça e punição dos criminosos. Para isso autorizava o Governo, enquanto se organizam as Guardas Nacionais, a alistar e empregar cidadãos (com requisito de ser eleitor) em número que julgar necessário, fornecendo-lhes armamento e munição à custa da Fazenda Pública. (BRASIL, 1831). Com base nessa lei, a Regência Trina Provisória, que governou o país de 7 de abril a 17 de junho de 1831, criou em cada distrito de paz um corpo de guardas municipais dividido em esquadras por meio do Decreto de 14 de junho de 1831, que duraram pouco mais de dois meses. (BRASIL, 1875). Esta norma de criação estabelecia:

Art. 13. Cada um dos guardas municipaes prestará perante o Commandante de sua esquadra, este perante o Commandante do corpo, e este perante o Juiz de Paz do seu districto, o seguinte juramento: Juro sustentar a Constituição, e as Leis, e ser obediente ás autoridades constituidas, cumprindo as ordens legaes que me forem communicadas para segurança publica e particular, fazendo os esforços, que me forem possiveis, para separar tumultos, terminar rixas, e prender criminosos em flagrante; participando, como me incumbe, immediatamente que chegarem ao meu conhecimento, todos os factos criminosos, ou projectos de perpetração de crime. (BRASIL, 1875).

³ Na Regência Provisória foram eleitos Marquez de Caravellas, Francisco de Lima e Silva e Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro. (AZEVEDO, 1884, p. 6).

Por intermédio da Lei de 18 de agosto de 1831, a Regência Permanente⁴, em nome do Imperador Dom Pedro II, cria a Guarda Nacional e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. Este órgão paramilitar foi criado para defender a constituição, a liberdade, independência e integridade do Império, bem como para manter a obediência e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas. (BRASIL, 1831).

As milícias e ordenanças tinham sido dissolvidas e o Exército tinha sido praticamente desmobilizado. Contudo, o país não podia permanecer desprovido de um aparato repressivo que pudesse atuar em todo o território nacional, ou seja, que pudesse fazer com que a ordem legal e administrativa fosse garantida em todos os rincões do país. Para resolver o problema, os deputados voltaram seus olhos para a França – que já cumpria um papel de agência “civilizadora” dos nossos costumes, dos nossos códigos de conduta e sociabilidades – e resolveram copiar, quase que *ipsis litteris*, uma instituição que tinha surgido alguns meses antes naquele país: a *Garde Nationale*. Esta, em que pese a existência de inúmeros problemas ligados à sua implementação e, paulatinamente, à sua efetiva atuação, foi uma das mais importantes instituições criadas pelo Império brasileiro. (SILVA, 2010, p. 3).

A Guarda Nacional tem toda a sua estrutura copiada nos moldes da Instituição de força pública interna francesa (*Garde Nationale*), com atribuições abrangentes e das mais diversas possíveis. Nota-se que se tratava de uma força pública destinada a defender a Constituição, a liberdade, Independência e Integridade do Império, além de manter a obediência e a tranquilidade pública, o que a intitulou de agência civilizadora. Também era força auxiliar do Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas.

Como força pública de segurança interna, as suas atribuições eram abrangentes e diversificadas. Além de atuar nos casos de comoção pública ou de repressão às incursões de ladrões e malfeitores, os milicianos da Guarda Nacional também eram empregados na escolta de dinheiro ou valores do Estado, na condução de presos e de recrutas de uma cidade para outra, na guarda das prisões e até na vigilância dos chafarizes. Também eram requisitados, periodicamente, para participarem de expedições voltadas para a destruição de quilombos e para o combate ao tráfico de escravos. Outros encargos, mais hieráticos e menos onerosos, também foram deixados sob a responsabilidade dos seus milicianos, tais como a participação em festividades públicas (como, por exemplo, as revistas e paradas militares) e religiosas (que iam do acompanhamento de procissões até o enterro de oficiais do exército). Em suma, a “milícia cidadã” foi encarada mesmo como uma instituição faz-tudo. Contudo, era o serviço de policiamento dos logradouros públicos, particularmente através das rondas noturnas, o encargo que mais pesava para os seus milicianos – e, por extensão, era o que mais causava reclamações. (SILVA, 2010, p. 6).

⁴ No dia 17 de junho, reunidas as duas câmaras no paço do senado, procederam a eleição da Regência Permanente, estando presentes trinta e cinco senadores e oitenta e nove deputados, alcançaram maior votação o Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e os deputados José da Costa Carvalho e João Braulio Muniz. (AZEVEDO, 1884, p. 19).

Em 19 de setembro de 1850, por meio da Lei nº 602, a Guarda Nacional do Império, milícia cidadã, foi reorganizada, mas manteve suas competências subordinadas de acordo com o “Art. 6º A Guarda Nacional será subordinada ao Ministro da Justiça, e aos Presidentes de Província”. (BRASIL, 1850). Esta força pública era dividida de acordo com os limites de cada Município por secções de Companhia, Companhias e Batalhões.

O serviço de policiamento desenvolvido pela Guarda Nacional contribuiu para manter em calma as cidades e vilas nos tormentosos tempos da Regência, justamente quando mais necessárias se faziam tais diligências. A prestação de tais encargos pelos guardas nacionais era dificultada pela variedade de tarefas indevidamente desempenhadas por eles e que iam desde as funções de inspetor de quartirão, guarda da Alfândega, oficial de justiça, até a sua requisição para o serviço das barreiras. (CASTRO, 1977, p. 40)

Com proclamação da república, em 15 de novembro de 1889, por intermédio do Decreto nº 1, foi criado, provisoriamente, a República Federativa como a forma de governo da Nação brasileira, atribuindo a cada Estado uma soberania para criar seus corpos deliberantes e os seus governos locais, conforme o Art. 3º “Cada um desses Estados, no exercício de sua legítima soberania, decretará oportunamente a sua constituição definitiva, elegendo os seus corpos deliberantes e os seus Governos locais”. (BRASIL, 1989). Nesta época, os governos locais poderiam organizar de uma guarda cívica destinada ao policiamento do território de cada um dos novos Estados.

Movida pelo exemplo norte-americano, em 24 de fevereiro de 1891 é promulgada a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. O título IV desta vez trata, especificadamente, “Dos cidadãos brasileiros” com a seção I versando sobre “Das Qualidades do Cidadão Brasileiro” e a Seção II a “Declaração de Direitos”, estabelecendo que a “[...] Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes a liberdade, a segurança individual e a propriedade [...]”. Esta carta constitucional faz referência a competência privativa do Congresso Nacional para legislar sobre a polícia do Distrito Federal, o que existe até a atualidade. Outra referência ao termo polícia foi restrição quanto a sua atuação no direito de manifestação, visto a proibição dela intervir sem que fosse para manter a ordem pública. Conforme o § 8º do art. 72 era direito de todos “[...] associarem-se e reunirem-se livremente e sem armas, não podendo intervir a polícia senão para manter a ordem pública”. (BRASIL, [1926]).

Com a Constituição de 1891 o Brasil se firma como uma Federação e transforma as antigas Províncias em Estados e o Município Neutro, unidade

administrativa do país no império, em Distrito Federal. A partir de então, cada Estado deve prover as necessidades de seu Governo e a União prestará socorro ao Estado quando este solicitar em caso de calamidade pública, com exceção do Distrito Federal, cuja competência é privativa do Congresso Nacional de legislar sobre a organização e sobre sua polícia. (BRASIL, [1926]).

Com o advento da República, a Guarda Nacional deixa de ser subordinada ao presidente da província e passa ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, conforme estabeleceu a Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891, que reorganiza os serviços da administração federal por meio dos ministérios da fazenda; da indústria, viação e obras públicas; relações exteriores; ministério da guerra; ministério da marinha e o ministério da justiça e negócios interiores. (BRASIL, 1891).

Ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores foi atribuído todos os assuntos relativos à administração da justiça federal e da Guarda Nacional em todo país, além de outras atribuições como a justiça local, Polícia e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, instrução, educação e desenvolvimento das ciências, letras e artes, incluindo a catequese dos índios e todas as atribuições que pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios do Interior. (BRASIL, 1891).

A Guarda Nacional, por meio do Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918, passa a ser subordinada ao Exército Brasileiro e incorporada como exército de 2ª linha, acabando por ser diluída com o passar dos tempos. (BRASIL, 1918).

2.1.2.2 O surgimento das polícias militares estaduais

A gênese do formato policial da atualidade aparece na vinda da família real para o Brasil. Em 13 de maio de 1809, quando foi criado a “Divisão Militar da Guarda Real de Polícia da Corte do Rio de Janeiro” estruturado à semelhança do Exército, mas com a principal função na manutenção do sossego público. Foi dessa Guarda Real que derivou as instituições policiais uniformizadas de formato militar que ainda hoje fazem o policiamento no Rio de Janeiro e nos demais estados. (BRETAS, 1998, p. 222). Mesmo com a instabilidade política no início do século XIX, razão inclusive da necessidade de um órgão fiscalizador e confiável do imperador, foi o momento que deu contornos fundamentais para a estrutura formal das Polícias Militares do país.

No dia 17 de julho de 1831, o então ministro da Justiça Diogo de Feijó, em razão das inúmeras revoltas que criaram pânico na cidade, extinguiu a Guarda Real

de Polícia da Corte do Rio de Janeiro que havia se rebelado. Para organizar a dessa da sociedade naquele momento distribuía armas a cidadãos com qualidade de eleitor. (DE SOUSA, 1957, p. 166). Esses formaram uma organização paramilitar e civil denominada Guarda Municipal. Eram cidadãos não profissionalizados, não remunerados e recrutados entre o que tinham posse. Essa iniciativa fracassou em cerca de três meses. No seu lugar, Feijó idealizou e instituiu o Corpo de Guardas Municipais Permanentes. (MINAYO, SOUZA; CONSTANTINO, 2008, p. 45).

Pelo Decreto de 22 de outubro de 1831 é regulamentado o corpo de guardas municipais permanentes da Corte, tanto em estrutura onde constava um corpo de quatro companhias de infantaria composta cada uma de 100 soldados tendo como Comandante geral um Tenente Coronel. É normatizada também, nesta norma, a questão militar. (BRASIL, 1875).

Com a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, houve alterações e adições à Constituição Política do Império e uma considerável descentralização político-administrativa, estabelecendo as assembleias legislativa provincial competência para legislar sobre a polícia e fixar a força policial respectiva, de acordo com pedido do Presidente da Província. Além disso essa lei, durante o período das Regências, estabeleceu importantes transformações, como a substituição dos Conselhos Gerais Provinciais por Assembleias Legislativas Provinciais com poderes para atuar, por meio de decretos, em áreas como a da economia, da justiça e da educação. (BRASIL, 1834).

Com a Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, que tinha por objetivo de fixar despesa e orçar a receita para exercício de 1858-1859, em seu art. 16, § 5º, autorizava o governo a reformar o Regulamento do Corpo Municipal Permanente da Corte (BRASIL, 1857). Essa lei deu base para o Decreto nº 2.081, de 16 de janeiro de 1858, regula a organização e disciplina do, agora chamado, Corpo Policial da Corte (BRASIL, 1858). O Decreto nº 3.598, de 27 de janeiro de 1866, por sua vez, reorganiza a força policial da Corte, dividindo-a em dois Corpos, um militar e outro civil. O Corpo paisano ou civil foi o denominado guarda urbana com a vigilância continua da cidade e o Corpo militar passou a ser chamado de Corpo policial encarregado pela diligencias policiais e prestar auxílio a guarda urbana quando solicitado. (BRASIL, 1866). Eis aí a origem da divisão dos principais órgãos de polícia estadual da Segurança Pública.

No dia de 5 de abril de 1889, por meio do Decreto nº 10.222, houve uma regulamentação para o Corpo Militar de Polícia da Corte, deixando claro que lhe cabia

velar pela segurança pública, manter a ordem e fazer executar as leis em todo o município neutro⁵. Estabelecia, ainda, que em caso de guerra poderá o Governo aproveitar o referido corpo para auxiliar o Exército em operações. (BRASIL, 1889).

A Proclamação da República em 1889 marca o novo momento na ordem política, com uma reestruturação das relações existentes no território nacional. Pelo Decreto nº 958, de 6 de novembro de 1890, o Corpo Militar de Polícia passou a se chamar Brigada de Polícia da Capital Federal. Em 30 de outubro de 1891, com a Lei nº 23, o nome foi mudado para Força Policial do Distrito Federal.

Com relação aos Estados a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 incumbiu a cada Estado prover, a expensas próprias, as necessidades de seu governo e administração, regendo-se pela constituição e pelas leis que adotarem, respeitados os princípios constitucionais da União. (BRASIL, [1926]). Pela nova ordem, os Estados passam a ser administrados de forma autônoma e independente, razão pela qual muitas polícias passaram a receber diversas nomenclaturas regionais. Cada Estado, a partir de então, começa a dispor da sua Força Pública, conforme as exigências do serviço e de segurança. Passam, então, a organizá-la, distribuir e mobilizá-la, conforme as necessidades de manutenção da ordem, sustentação da independência do Estado e defesa da integridade do seu território.

No Distrito Federal, por intermédio da Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902, com o objetivo de reformar do serviço policial, o Poder Executivo fica autorizado, conforme art. 1º, inc. I, a reorganizar a polícia do Distrito Federal, dividindo-a em civil e militar. (BRASIL, 1902). Por meio do Decreto nº 4762, de 5 de fevereiro de 1903, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil estabelece o regulamento da Guarda Civil do Distrito Federal, estabelecendo a competência para auxiliar a Polícia do Distrito Federal na manutenção da ordem, segurança e tranquilidade pública, ficando, nos termos da lei n. 947, de 29 de dezembro de 1902, imediatamente subordinada ao chefe de polícia. (BRASIL, 1903).

Importante levar em consideração que o chefe de polícia era uma espécie de ministro com poderes administrativos e judiciais, conforme lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841, e todas as autoridades policiais eram a ele subordinadas e, estes, eram escolhidos dentre os Desembargadores e Juizes de Direito. Os chefes de polícia possuíam competências, entre outras, as conferidas aos juizes de paz; podiam

⁵ Uma unidade administrativa durante o Império do Brasil localizada na cidade do Rio de Janeiro.

conceder fiança aos réus que pronunciarem ou prenderem na forma da lei; tinham responsabilidades para à prevenção dos delitos e manutenção da segurança e tranquilidade pública; conceder mandados de busca e etc. (BRASIL, 1841).

Com o Decreto nº 11.497, de 23 de fevereiro de 1915, que remodelou o Exército Nacional, estabeleceu que as forças não pertencentes a ele, mas que forem permanentemente organizadas, com quadros de efetivos, composição e instrução parecidas com do Exército, poderão ser incorporados a este no caso de mobilização e ou outras manobras anuais. (BRASIL, 1915). Com base nisso, a Lei nº 3.216, de 3 de janeiro de 1917, que fixava as forças de terra para o exercício de 1917, colocou a Brigada Policial do Distrito Federal, o Corpo de Bombeiros da Capital e as polícias militarizadas dos Estados, cujos governadores estiverem de acordo, a constituir forças auxiliares do Exército Nacional. (BRASIL, 1917). No dia 17 de novembro de 1920, o Decreto nº 14.477, reorganizou o quadro do pessoal efetivo da Brigada Policial e passou a denominar “Polícia Militar do Distrito Federal”. (BRASIL, 1920).

A Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934), trouxe para a União a competência de legislar (art. 5º, inciso XIX, letra I), privativamente, sobre a organização, instrução, justiça e garantias das forças policiais dos Estados, bem como a condições gerais da sua utilização em caso de mobilização ou de guerra. Além disso, em seu artigo 167, definiu as polícias militares como consideradas reservas do Exército, com mesmas vantagens a este atribuídas, quando mobilizadas ou a serviço da União. (BRASIL, [1935]).

Com a Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936, foram reorganizada as Polícias Militares com a competência de exercer as funções de vigilância e garantia da ordem pública em conformidade com as leis vigentes, como também garantir o cumprimento da lei, a segurança das instituições, exercício dos poderes constituídos e atender a convocação do Governo Federal em casos guerra externa ou “grave comoção intestina”, conforme termo utilizado na lei de mobilização. (BRASIL, [1946]). A Polícia Militar se consolida, simbioticamente, no contexto da segurança pública e da segurança interna como força auxiliar e reserva do Exército.

Com a implantação do regime político conhecido por Estado Novo, em que o congresso foi fechado e outorgada a Constituição dos Estados Unidos do Brasil em 10 de novembro de 1937, não há mudanças da competência privativa da União de legislar sobre as polícias, conforme já havia na Constituição anterior. O que acontece é o acrescentamento do poder privativo em estabelecer normas sobre o bem-estar,

ordem, tranquilidade e a segurança públicas, quando o exigir a necessidade de uma regulamentação uniforme. (BRASIL, [1942]).

A expressão “segurança pública” aparece na Constituição de 1937, mas não com o foco na segurança da sociedade, e sim como justificativa na motivação de censura aos meios de comunicação. A Carta Magna, nessa época, assegurava aos brasileiros e estrangeiros residentes no País o direito à liberdade, à segurança individual, à propriedade, o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. No entanto, a lei poderia prescrever limites com a finalidade, entre outras, de garantir a paz, a ordem e a segurança pública (BRASIL, [1942]).

15) todo cidadão tem o direito de manifestar o seu pensamento, oralmente, ou por escrito, impresso ou por imagens, mediante as condições e nos limites prescritos em lei. (Vide Decreto nº 10.358, de 1942)

A lei pode prescrever:

- a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação;
- b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;
- c) providências destinadas à proteção do interesse público, bem-estar do povo e segurança do Estado. (BRASIL, [1942]).

As constantes alterações na ordem legal brasileira deixam claro a falta de se estabelecer uma segurança pública em que os atores principais sejam o cidadão. Com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1967, desaparece o termo segurança pública. A União continua a estabelecer diretrizes para a organização, efetivos, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais de sua convocação, inclusive mobilização. As polícias militares continuam com a sua missão atrelada a manutenção da ordem e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, e juntamente com corpos de bombeiros militares, permanecem consignados como forças auxiliares reserva do Exército. Porém, dessa vez, há uma diminuição dos órgãos militares estaduais, a exemplo do estabelecido no Ato Complementar nº 40, de 30 de dezembro de 1968, em que não poderia os integrantes da Polícia Militar perceber retribuição superior à fixada para o correspondente posto ou graduação do Exército. (BRASIL, [1969]).

Notadamente, a preocupação, nessa época, é com a segurança nacional. Inclusive o próprio Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967, que definiu os crimes contra a segurança nacional, os ordem política e social, conceituava segurança

nacional como medidas destinadas à preservação da segurança externa e interna. A segurança interna dizia respeito às ameaças ou pressões antagônicas, de qualquer origem, forma ou natureza, que se manifestem ou produzam efeito no âmbito interno do país. (BRASIL, 1967). É evidente que o objetivo era de sufocar quaisquer manifestações que atentasse o regime político da época.

As Polícias Militares, durante o período militar, foram fortemente controladas pelo Exército, principalmente, por meio da criação da Inspetoria-Geral das Polícias Militares (IGPM) instaurada com Decreto nº 61.245, de 28 de agosto de 1967 (R-187), com o objetivo de coordenar as ações das forças policiais militares estaduais no entes federados. (MARIANO, 2004, p. 28). Em seguida o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e estabelece algumas competências, atribuições e definições, como a estrutura hierárquica. Esta norma está em vigor até a atualidade, considerando os trechos não derogadas pela Constituição de 1988. (BRASIL, 1969).

Com a influência e ingerência das Forças Armadas nas Policias Militares durante o período militar, a principal preocupação permaneceu relacionada à segurança nacional, sendo, no caso dos militares estaduais, com a segurança interna, com foco na manutenção da ordem e garantia dos poderes constituídos em detrimento da efetiva segurança pública.

Com o Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, é aprovado o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Alguns conceitos relativos a segurança pública são prescritos como, por exemplo, o de manutenção da Ordem Pública, que se traduz pelo “o exercício dinâmico do poder de polícia, no campo da segurança pública, manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública”.

Em resumo, na Constituição de 1946 a função da PM aparece como “segurança interna e manutenção da ordem”, a partir de 1967, há uma inversão na denominação para “manutenção da ordem e segurança interna” e, em 1969 houve uma reformulação passando a atribuição da PM ser a “manutenção da ordem pública”, desaparecendo a expressão segurança interna.

Com a reconstrução do Estado Democrático de Direito, que iniciou com a instalação da Assembleia Constituinte em 1985, o cidadão começa, em diversas

áreas, a estar no protagonismo do pensamento político, e o resultado desse processo aparece com a Constituição Federal de 1988. Pensada de forma intersetorial e considerando as inovações, no que se refere à tradição constitucional brasileira, em busca do direito à cidadania, ela se tornou reconhecida como a Constituição cidadã. O foco da segurança pública passa por uma mudança de paradigma e inicia uma pauta na defesa das pessoas, numa direção proativa (preventiva) das ações de segurança pública, diferente da atuação meramente reativa (repressiva) sobre a violência.

O fortalecimento do valor da Segurança Pública aparece de fato no Brasil com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. De forma inédita, o direito constitucional brasileiro dedica um capítulo exclusivo à segurança pública. Trata-se do terceiro capítulo do título V que se refere “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”. A segurança pública efetivamente passa a ser tratada como um serviço público voltado para o cidadão e não mais como assunto voltado a garantir a segurança interna dos poderes constituídos. A partir Carta Magna de 1988 o “[...] foco da Segurança Pública deve ser prevenir, reduzir e combater a violência, proporcionando aos(às) cidadãos(ãs) a proteção aos direitos individuais e ao exercício da cidadania” (CICHELLA, DA ROSA e VIEIRA, 2020, p. 79).

No final da década de 1990, quando muitas organizações internacionais tentam disseminar no Brasil e em países da América Latina o conceito de segurança “cidadã” é que começa as transformações na política de segurança pública. A principal ideia é romper com o modelo policial de guerra contra o crime, que se tornou hegemônico no planeta até o final da guerra fria. Trata-se uma nova polícia legítima e focada na defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos e não de combate ao inimigo. A partir disso se passa a dar mais importância à prevenção e ao respeito aos direitos da cidadania. (ZALUAR, 2019, p. 13).

2.2 CONSTITUIÇÃO FEDERAL E O SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Ao se deparar com preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é possível perceber o destaque do tema segurança. O referido exórdio menciona que os representantes do povo se reuniram para instituir o Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a

liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça. Todos, como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias. (BRASIL, [2020]).

Apesar de não ter força normativa, o preâmbulo da CRFB/1988 reflete a orientação ideológica do constituinte. Nesse guia que retrata os propósitos da Carta Magna, a segurança é faz parte de um valor supremo fundamentado na harmonia social, diretamente relacionada com a pacificação, preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio, que constituem a segurança pública. (FOUREAUX, 2019, p. 16).

Segurança sempre foi uma preocupação dos seres humanos. No entanto, atualmente as organizações enfrentam, cada vez mais, um ambiente qualificado pelas incertezas, inovações tecnológicas, novos paradigmas de gestão e mudanças extremamente velozes nos campos da educação, informação, conhecimento e comportamento. Esse complexo transformações, evidentemente, é fator de causa de insegurança nas pessoas.

A segurança é uma necessidade fundamental do homem. É tão fundamental que quando não satisfeita eleva a tensão individual e coletiva, causando não raro, a ruptura do equilíbrio do organismo ou da estabilidade social. Consciente dessa exigência “biopsicossocial” de garantir segurança, o Estado criou organismos e mecanismos destinados a inibir as pulsões agressivas do homem a limites toleráveis, com base na lei e na justiça. (SENASP, 2002, p. 28).

Partindo para a expressão segurança pública, cuja construção histórica foi analisada no tópico anterior, segue-se para o entendimento da indispensável conformidade do tema com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para a compreensão de todo esse processo atual na Nação. Para isso, é fundamental o conhecimento de definição de sistema.

Sistema é uma palavra cuja raiz deriva do Grego *synhistanai*, e significa “colocar junto”. O termo sistema tem sido muito usado para definir a inter-relação entre partes de um dado processo produtivo com a intenção de obter determinado resultado. (MARCINEIRO, 2009, p. 55).

Trata-se de um conjunto de partes coordenadas e interagentes para alcançar um conjunto de objetivos. O ser humano é um exemplo de sistema (maravilhosamente construído e projetado) com muitas partes diferentes, que contribuem de diferentes maneiras para manter sua vida, sua reprodução e sua ação. Outra definição, pode-se

inferir a grupo de partes e objetos que interagem e que formam um todo ou estão sob a influência de forças num relacionamento definido. (BERTOGLIO, 1993, p. 54).

Com esses significados, é possível imaginar uma enorme variedade de exemplos de sistemas. Pode ser o conjunto de areia na praia, um conjunto de estrelas, um conjunto sistemático de palavras ou símbolos que podem ou não ter relações funcionais entre si. A palavra é usada de uma maneira bastante livre e geral nos contextos econômicos, sociais, políticos, mecânicos, etc. (BERTOGLIO, 1993, p. 54).

Moreira Neto (1988, p. 135) em seu artigo “revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública: uma análise sistêmica” publicado em 1988 na revista de informação legislativa do Senado Federal, aborda a sociedade como um grande sistema, ou seja, um polissistema do poder desdobrável em inúmeros sistemas que se entrelaçam do todo social.

Embora seja possível discernir as partes individuais de um sistema, essas partes não são isoladas, e a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes. O todo é mais do que a soma de suas partes, a exemplo do comportamento de um organismo vivo como um todo integrado, ele não pode ser entendido somente a partir do estudo de suas partes individuais. (CAPRA, 1996, p. 38). Nesse sentido, é necessário refletir nos componentes individuais que compõem a construção da segurança, para possibilitar a melhoria do entendimento das partes e do todo.

Na abordagem sistêmica, as propriedades das partes podem ser entendidas apenas a partir da organização do todo. Em consequência disso, o pensamento sistêmico concentra-se não em blocos de construção básicos, mas em princípios de organização básicos. O pensamento sistêmico é "contextual", o que é o oposto do pensamento analítico. A análise significa isolar alguma coisa a fim de entendê-la; o pensamento sistêmico significa colocá-la no contexto de um todo mais amplo. (CAPRA, 1996, p. 40-41).

Nesse sentido, no campo da segurança pública, o sistema deve ser analisado como uma inter-relação entre partes de um dado processo produtivo, favorecendo a compreensão de todo o complexo que envolve as comunidades e com a intenção de obter determinado resultado, a ordem pública. Por isso a importância e necessidade de colocar, no contexto social, as diversas organizações públicas para buscar o entendimento de como funciona o sistema de segurança pública. (MARCINEIRO, 2009, p. 55-56).

Apesar de o significado de segurança pública ter variações na doutrina, uma questão de fato, claro e notório, é a necessidade de envolvimento das instituições,

seus agentes e toda a comunidade. O autor Lincoln D'Aquino Filocre (2010, p. 16) conceitua segurança pública como:

[...] o conjunto das ações preventivas e reativas, de natureza pública, que, em resposta ao fenômeno da criminalidade, volta-se ao alcance ou à manutenção da ordem pública e que tem como fim último proporcionar aos indivíduos, na convivência social, a fruição de relações pautadas no direito básico de liberdade, garantidas segurança jurídica – proteção contra repressão autoritária do estado – e a segurança material – proteção contra agressões de todo tipo. A liberdade está contemplada entre os direitos fundamentais e é tida como direito de defesa frente ao Estado e ao indivíduo infrator.

Como se vê, a reposta a criminalidade e a manutenção de um estado de paz e harmonia social é o foco da segurança pública. Para isso, não é possível pensar em sistema de segurança pública sem uma interrelação entre os órgãos públicos e privados, os profissionais e as pessoas em geral que fazem parte da comunidade.

Em 1988, pela primeira vez no direito constitucional brasileiro há um capítulo exclusivo dedicado à segurança pública. Trata-se do terceiro capítulo “da segurança pública”, dentro do título “da defesa do estado e das instituições democráticas”. Os capítulos que o antecedem são os que tratam do estado de defesa, do estado de sítio e o referente às Forças Armadas.

Para além da discussão acerca da necessidade de se constitucionalizar o tema, caracteriza-se como positivo o fato de que o capítulo se insere na defesa do Estado e das instituições *democráticas*. Por outro lado, chama atenção a impropriedade de se colocar sob um mesmo título a segurança pública e as questões de segurança nacional, o que significaria uma reprodução da confusão entre uma e outra presente ao longo do regime militar e mesmo antes dele. Isto contribuiria para visão inadequada de segurança pública não como serviço público voltado para o cidadão, mas como matéria voltada a garantir a segurança do Estado. (FONTOURA, RIVERO; RODRIGUES, 2010, p. 143).

Não obstante o capítulo da segurança pública estar inserido no mesmo título em que fica as questões de segurança nacional, a matéria aparece proeminente devido o destaque que o direito constitucional prescrever a partir de 1988, atribuindo o dever ao estado, mas responsabilizando a todos o tema em questão.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019). (BRASIL, [2020]).

Com base no texto constitucional é possível argumentar que existem instâncias formais e informais de segurança pública. Com relação as informais, elas estão subentendidas na transcrição constitucional “responsabilidades de todos”. Elas podem ser referenciadas como as não instituídas pelo Estado com a finalidade precípua de garantia do bem estar da coletividade, convivência social e a manutenção da Ordem Pública. No caso das instâncias formais, são aquelas estabelecidas nos incisos do art. 144 da Constituição e em leis infra constitucionais.

Ao explicar sobre a instância formal de segurança pública, Marcineiro (2009, p. 60) conceitua:

A instância formal é composta por todos aqueles servidores públicos que são pagos pelos demais do povo para fazer por eles tudo aquilo que eles não podem fazer por si só, para terem segurança. Compõem a instância formal todos os órgãos encarregados de promover a justiça criminal, a começar pelas organizações de polícia. [...] todas as demais organizações que exercem poder de polícia, tais como o PROCON, Vigilância Sanitária, etc. são constituídas para fiscalizar, objetivamente, o cumprimento da legislação vigente, zelando para que o código de convivência social seja respeitado, e reagindo para restaurar o estado de normalidade, quando as ações preventivas de manutenção da ordem forem insuficientes.

As instancias formais, que compõe o Segurança Pública e estão prescritas na Constituição, são aquelas em que o Estado se faz presente por meio de órgãos que formam o sistema policial brasileiro, como a Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal (PRF), Polícia Ferroviária Federal (PFF), Polícias Cíveis (PC), Polícias Militares (PM) e Corpos De Bombeiros Militares (CBM) e, instituídas com a Emenda Constitucional (EC) nº 104, de 04 de dezembro de 2019, as Polícias Penais federal, estaduais e distrital. Há também outros, fora do sistema policial, mas que compõe a segurança pública como as guardas municipais, destinadas à proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios e os órgãos ou entidades executivas e seus agentes de trânsito, estruturados em carreira, na forma da lei, para a segurança viária⁶.

⁶ Art. 144 [...] § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998); IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. § 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de

Esses órgãos constitucionais, juntos e cada qual com sua competência, praticam as modalidades de polícia administrativa, polícia ostensiva, polícia de investigação, polícia judiciária, polícia de fronteiras, polícia marítima, polícia aeroportuária e, com a EC nº 104, a polícia penitenciária. Todas atividades policiais em prol da segurança pública.

A Polícia Federal aparece formalmente no Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, na terceira e última fase da era do presidente de Getúlio Vargas, época caracterizada por um caráter ditatorial. Por meio desse decreto a Polícia Civil do Distrito Federal é transformada em Departamento Federal de Segurança Pública com atuação em todo o território nacional (BRASIL, 1944). Após a transferência da capital federal para Brasília, já no período militar com o presidente Castelo Branco, é reorganizado o Departamento com a Lei nº 4.483, de 16 de novembro de 1964 (BRASIL, 1964). Com a constituição de 1967 passa a se chamar Departamento de Polícia Federal. (BRASIL, [1969]). Nesse período, a Polícia Federal ganha espaço em nível nacional com inúmeras missões, entre outras, repressão ao tráfico de entorpecentes, apurações de infrações penais contra a segurança nacional, a cesura de diversões públicas.

Atualmente, a Polícia Federal tem muitas atribuições. Constitucionalmente ela é responsável pelas funções de polícia judiciária da União e, além de exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. Trata-se de um órgão da segurança pública organizado e mantido pela União para apurar infrações penais de interesse da pátria, bem como aquelas com repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.

Além disso, aparece também muitas atribuições administrativas por força de lei, a exemplo da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que mantém a

1998). § 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. § 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019). § 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019). (BRASIL, [2020]).

incumbência deste órgão ao controle do Sistema Nacional de Armas (Sinarm) e a responsabilidade sobre a segurança de estabelecimentos financeiros, constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e de transportes de valores, conforme dispõe a Lei nº 7.102, de 20 de junho de 1983. Mesmo não haver fundamento nos art. 20 e 24 da CRFB/88 como função de atribuição da União. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 59).

Já a origem da Polícia Rodoviária Federal foi com o Decreto nº 18.323, de 24 de julho de 1928, como “Polícia das Estradas” (BRASIL, 1928). Com a Lei nº 467, de 31 de Julho de 1937, é criado o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas, que entre outras atribuições detinha a de fiscalizar a circulação e exercer a polícia das estradas nacionais (BRASIL, 1937). Com a Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990, que dispôs sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios na época, a Polícia Rodoviária Federal passou a integrar o Ministério da Justiça como um departamento autônomo. (BRASIL, 1990).

A Constituição de 1988 reservou à Polícia Rodoviária Federal (PRF) a missão do patrulhamento ostensivo das rodovias federais na forma da lei (BRASIL, [2020]). A Lei Federal 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro) já havia conceituado patrulhamento como sendo a “[...] função exercida pela Polícia Rodoviária Federal com o objetivo de garantir obediência às normas de trânsito, assegurando a livre circulação e evitando acidentes” (BRASIL, 1997).

Para o patrulhamento ferroviário, a Polícia Ferroviária Federal foi prescrita na Constituição de 1988, com a atribuição semelhante a PRF, ou seja, com a missão de patrulhamento ostensivo sobre as ferrovias federais. No entanto, com as privatizações das ferrovias federais sua existência se torna até mesmo questionada. Com a Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011, é criado o Departamento de Polícia Ferroviária Federal no âmbito da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça que prescreve:

Os profissionais da Segurança Pública Ferroviária oriundos do grupo Rede, Rede Ferroviária Federal (RFFSA), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre (Trensurb) que estavam em exercício em 11 de dezembro de 1990, passam a integrar o Departamento de Polícia Ferroviária Federal do Ministério da Justiça. (BRASIL, 2011).

Constate-se que a Polícia Ferroviária Federal limita a sua existência nos texto constitucional, pelo menos até a promulgação de uma lei que discipline a sua carreira,

pois o fato de passarem a integrar o Departamento de Polícia Ferroviária Federal não os transforma em policiais, necessitando a criação de uma carreira própria. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 63).

Com relação as Polícias Cíveis, conforme a Constituição de 1988 elas são dirigidas por delegados de polícia de carreira com as funções, ressalvada a competência da União, de polícia judiciária e apuração de infrações penais, com exceção as militares.

Quanto a polícia judiciária, o Código de Processo Penal preceitua que ela deve ser “[...] exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas circunscrições e terá, por fim, a apuração das infrações penais e da sua autoria” (BRASIL, [2019]). Ao analisar esse dispositivo, a primeiro momento, a apuração das infrações penal parece ser complementar ao função de polícia judiciária, entanto o texto constitucional elenca duas atribuições diversas, separadas pela conjunção “e”, por isso não há como entender que o conceito de polícia judiciária envolveria, naturalmente, a função investigativa. (PACHECO, 2009, p. 200-201).

Não há legislação que especifica o significado e o alcance da função de polícia judiciária da Polícia Civil e da Polícia Federal, tendendo a doutrina a considerar os atos repressivos que tem por finalidade instruir o Poder Judiciário, a fim de que este julgue os atos que chegarem a seara do Direito Penal. (HIPÓLITO e TASCA, 2012, p. 63).

O doutrinador Denilson Feitoza Pacheco (2009, p. 200-201) explica que a polícia judiciária, no sentido original, com o qual ingressou no idioma brasileiro há mais de cem anos, é um órgão que tem o dever de auxiliar o poder judiciário no cumprimento das ordens deste. Nesse sentido, cabe a essa polícia as atividades relativas à execução de mandado de prisão ou mandado de busca e apreensão, condução de presos para a oitiva pelo juiz e à condução coercitiva de testemunhas entre outras de auxílio ao poder judiciário.

A polícia judiciária consiste nas atividades que auxiliam o Poder Judiciário, no cumprimento de ordens judiciais e execução de atividades voltadas para a segurança dos trabalhos judiciais, com a possibilidade de se realizar a escolta dos presos durante a realização do um júri, em que pese na prática ser prática comum da Polícia Militar. (FOUREAUX, 2019, p. 65).

O exercício da polícia judiciária se dá de duas formas. A primeira tem relação direta no cumprimento das ordens judiciais (mandado de prisão, de busca e apreensão e condução coercitiva), a outra está no auxílio e colaboração com as

atividades do Poder Judiciário voltadas para a segurança pública e dos trabalhos judiciários (guarda de armas em cofre e escoltas de preso). (FOUREAUX, 2019, p. 65). Com o passar dos tempos, muitas dessas atribuições foram repassadas a Polícia Militar.

Além dessas funções de polícia judiciária da Polícia Civil a Constituição de 1988 a incumbiu da apuração das infrações penais, ressalvadas a competências da União e as militares. Este é o momento em que ela desempenha o papel de natureza investigativa. (GRECCO, 2012, p. 4).

A apuração de infrações penais decorre do exercício da **polícia investigativa**, que se relaciona com a investigação criminal, colheita de elementos informativos e de provas, comprovação da materialidade, da autoria e das circunstâncias em que ocorreram os crimes. (FOUREAUX, 2019, p. 65).

As polícias civis são dirigidas por delegados de polícia de carreira e cabe a União, ao Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre a organização, garantias, direitos e deveres (art. 24, XVI, da CRFB/88). Com relação a Polícia Civil do Distrito Federal, mesmo situação da Polícia Militar, compete a União organizar e a manter (art. 21, XIV, da CRFB) o correspondente ao aparelhamento logístico, de caráter financeiro, criação de cargos e a concessão de aumento e benefícios. Nos demais entes federativos essa competência é dos Estados. Da mesma forma acontece com relação a subordinação de vínculo administrativo e hierárquico das polícias civis e polícias militares, ou sejam, subordinam-se aos governadores dos Estados e Distrito Federal conforme o caso. (FOUREAUX, 2019, p. 62-63).

Em suma, dentro do sistema de segurança pública, quando em atividade de polícia judiciária, a natureza da função das polícias civis é de auxílio do Poder Judiciário e torna-se repressiva no exercício da polícia investigativa para a apuração das infrações penais, atuando na finalidade de dar respostas as comunidade, por meio da coleta de elementos informativos, sobre as circunstâncias em que ocorreram os crimes.

Com relação as polícias militares, especificamente no que tange a missão constitucional, a Constituição preceitua “[...] a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]”. (BRASIL, [2020]). Para o cumprimento de tal missão, é conferido aos policiais militares o poder de polícia administrativa, que se resume no controle exercido aos interesses, direitos e atividades individuais, em benefício da coletividade

ou do próprio Estado. No próximo tópico vai discorrido sobre a missão constitucional da Polícia Militar.

No caso do Corpo de Bombeiros Militar a Constituição de 1988, em seu art. 144, § 5º, atribui, além das missões definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil. (BRASIL, [2020]). A Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, trata sobre as ações dos Corpos de Bombeiro Militar.

[...] as atividades dos corpos de bombeiros militares serão aferidas, entre outros fatores, pelas ações de prevenção, preparação para emergências e desastres, índices de tempo de resposta aos desastres e de recuperação de locais atingidos, considerando-se áreas determinadas. (BRASIL, 2018).

A Emenda Constitucional nº 104, de 4 de dezembro de 2019, incluiu como órgão do sistema formal no capítulo da Constituição que trata da segurança pública, dentro do título “Da Defesa do Estado e das Instituições Democráticas”, as polícias penais federal, estaduais e distrital. (BRASIL, [2020]). Na essência, essa nova polícia tem fortes características de judiciária, uma vez que suas funções são de auxílio ao Poder Judiciário na guarda e escoltas de presos.

As polícias penais federal, estaduais e distrital, com a mudança constitucional tem a intenção de formalizar aos agentes penitenciários os direitos inerentes à carreira policial. Diferente do policiamento ostensivo de missão das polícias militares ou a apuração da autoria e materialidade de infrações penais realizado pelas polícias civis, ela tem a incumbência de realizar ações destinadas a segurança no âmbito da execução da pena no Sistema Prisional e na fiscalização do cumprimento nos casos de liberdade condicional ou penas alternativas.

Ainda, dentro do referido capítulo da Segurança Pública, mas fora do sistema policial, a Constituição trata sobre as guardas municipais e a segurança viária como componente do sistema. Além disso, preceitua que os órgãos responsáveis pela segurança pública são disciplinados por lei para fins de organização e funcionamento⁷. Isso demonstra uma intenção de que todos sejam padronizados a nível nacional.

⁷ Art. 144 [...] § 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. § 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. § 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998). § 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014) I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e (Incluído pela Emenda

A Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que disciplinou a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, criou a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS) e instituiu, inclusive, o Sistema Único de Segurança Pública (Susp). Trata-se de uma lei que disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, com o objetivo, prescrito no §7º do art. 144 da Constituição, de garantir a eficiência das atividades dos referidos órgãos. (BRASIL, 2018).

Fora do rol policial brasileiro a Constituição compôs, dentro da segurança pública, as Guardas Municipais, com a finalidade de proteção dos bens, serviços e instalações do contexto estrutural dos municípios.

A Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014, dispôs sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais e institui normas gerais, a fim de disciplina-las a luz do § 8º do art. 144 da Constituição Federal. Caracterizou-as como instituições de caráter civil, uniformizadas e armadas, conforme previsão legal com a função de prevenção na proteção do espaço público de responsabilidade do município, ressalvadas as competências da União, dos Estados e do Distrito Federal. Conforme a lei, a competência geral das guardas municipais é a proteção de bens, serviços, logradouros públicos municipais e instalações do Município. (BRASIL, 2014).

Os **bens** referem-se aos bens públicos, às coisas, móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, semoventes e tudo aquilo que pertence à pessoa jurídica de direito público municipal. Incluem-se nesse conceito os bens de direito privado que estejam afetados ao interesse da coletividade. (FOUREAUX, 2019, p. 118) .

As guardas municipais vinculam-se ao Poder Executivo Municipal e os bens referidos pelo do § 8º do art. 144 da Constituição são aqueles de natureza patrimonial do município.

O §10º do art. 144 da CRFB/88 fecha o rol constitucional do sistema de segurança pública formal preceituados na Carta Magna com a segurança viária, que carece ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas. (BRASIL, [2020]). Os órgãos criados para esta finalidade, bem como as entidades executivos e seus agentes de trânsito, devem ser estruturados em carreira na forma da lei, com a finalidade da segurança

Constitucional nº 82, de 2014) II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014). (BRASIL, [2020]).

viária. Nota-se que, além dos municípios, estão também incluídos os Estados e o Distrito Federal como parte do sistema, abarcando além das atividades de fiscalização e controle, as de educação e engenharia de trânsito.

Outras instâncias formais que não tem o fim precípua a segurança pública e não compõe o capítulo da Constituição estabelecido para esta finalidade, são órgãos e entidades, cujo propósito a que se destina os seus trabalhos não são policiais, mas contribuem de forma significativa para a segurança pública e o bem estar coletivo. Essas são as organizações que exercem poder de polícia, zelando pela convivência social e reage, para restaurar o estado de normalidade, quando as ações preventivas de manutenção da ordem forem insuficientes, a exemplo do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), vigilância sanitária, fiscais de posturas dos municípios, instituto do meio ambiente, e outros que são constituídos para fiscalizar o cumprimento da legislação vigente.

Além desses órgãos formais, a Constituição atual do Brasil possibilitou mais participação de todas as pessoas, seja individual ou coletiva, englobando inclusive as instituições em geral da sociedade civil, nos processos de planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de segurança pública. Nota-se que a Carta Magna foi além de estabelecer os direitos aos cidadãos de ter conhecimento das ações públicas, ela estabeleceu a responsabilidade pelos atos de segurança pública, conforme pode se notar no art. 144 da CRFB/88.

Ao referenciar a “responsabilidade de todos”, a Constituição de 1988 fortalece formalmente o contexto da segurança pública com a necessidade de ações integradas, ao repassar de maneira geral, a incumbência de preservar a ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio a toda sociedade.

Conforme a Carta Magna, o Estado tem o dever de manter a segurança pública por meio dos seus órgãos formais de controle social e inclusive prestar contas a todos do trabalho realizado. Por sua vez, todos os cidadãos, sejam individuais ou reunidos, em associações ou grupos de interesse, têm o poder/dever de fiscalizar, controlar, influenciar e contestar as ações e os atos dos administradores públicos, devendo por aqueles serem respeitado.

A Constituição ao atribuir o dever pela segurança pública ao Estado, reconhece-o como serviço público a ser garantido pelo aparelho estatal, de direito inalienável de todos os cidadãos.

[...] a definição da segurança também como responsabilidade de todos pode ser interpretada à luz da necessidade de que haja participação social nas políticas públicas relacionadas a esse campo. Adicionalmente, é possível compreender que a segurança pública não pode ser vista apenas como atribuição do Estado, uma vez que a sociedade tem um papel importante não somente na participação e controle das políticas, como também na socialização dos indivíduos, na perpetuação dos mecanismos informais de controle social e de autocontrole, a partir da perspectiva de que não é somente o controle pelo Estado que garante a segurança de todos. (FONTOURA, RIVERO; RODRIGUES, 2010, p. 143).

É possível verificar que dentro dessa “responsabilidade de todos” estabelecida na constituição, estão consideradas às instâncias informais de controle social da segurança pública. Essas são constituídas pelo cidadão individual, empresas pública ou privada, ou grupos coletivos de influência como a família, igreja, escola, imprensa, organizações não governamentais (ONGs), Conselhos Comunitários de Segurança Pública (CONSEG), associações comunitárias, grupos de vizinhos, e outros, que mesmo não formalmente constituídos para promover a segurança e a ordem pública, desempenham, direta ou indiretamente, um importante papel influenciador sobre a harmonia social e o sistema formal.

As instâncias informais possibilitam uma identidade coletiva dos seres humanos formada, intrinsecamente, de crenças e valores que constroem e conservam a moral e os costumes de um grupo ou uma comunidade, dificultando as pessoas terem a intenção de agirem contrários às leis, principalmente crimes e contravenções, ou a conflitos sociais oriundas das normas intrínsecas de convivência.

É nesse contexto, que uma participação popular efetiva dos cidadãos, valorada no sentimento comunitário, tem fundamental importância na segurança pública. Nesse sentido, de comunidade, aliado ao trabalho legítimo da polícia, que não está disposta meramente como instituição de autoridade e sim como um órgão indispensável de influência do controle social formal, os cidadãos constroem a paz e harmonia e auxiliam a Polícia, a qual entende estar ali para servir, preservar a ordem, proteger a vida e a dignidade da pessoa humana, focada exclusivamente no bem estar social do cidadão.

O Programa Rede de Vizinhos PMSC dá condições para essa integração comunitária e a possibilidade de uma efetiva participação das pessoas nas ações dos órgãos governamentais. Inclusive, na resolução de conflitos a nível local, prevenindo os problemas e melhorando o diálogo, para uma comunidade mais fraterna, com o auxílio dos órgãos de segurança.

2.3 A CONSTRUÇÃO DA ATIVIDADE POLICIAL MILITAR E SEU PAPEL CONSTITUCIONAL

Partindo do pressuposto que a necessidade de segurança representou um dos motivos mais significantes para o agrupamento social. É possível entender que a ideia de segurança que existia no passado não era a mesma de segurança pública da sociedade contemporânea. O entendimento atual é fruto da evolução da forma como a necessidade de segurança se apresentou para a humanidade nos diferentes momentos históricos. A polícia nasceu dessa necessidade social e tem evoluído concomitantemente com a sociedade. (MARCINEIRO; PACHECO, 2005, p. 22).

Sobre a origem da polícia no mundo, tem-se que:

A polícia é, no entanto, uma instituição social cujas origens remontam às primeiras aglomerações urbanas, motivo pelo qual ela apresenta a dupla originalidade de ser uma das formas mais antigas de proteção social, assim como a principal forma de expressão da autoridade. Encontra-se, portanto, intimamente ligada à sociedade pela qual foi criada, e seus objetivos, a sua forma de organização e as suas funções devem adaptar-se às características sócio-políticas e culturais (sic) da comunidade em que ela deverá atuar (RICO, 1992, p. 73).

Este apontamento de ligação íntima da Polícia Militar com a sociedade demonstra a necessidade de convivência, dessa organização militar estadual, ladeada com as pessoas de um determinado corpo social, nutrindo empatia e respeito com os problemas sentidos pelos cidadãos. É isso que vai possibilitar conhecer e se adaptar às características sócio-políticas e culturais.

A missão exclusiva ou mesmo fundamental de combate ao crime, nem era imaginado pelas primeiras estruturas profissionais de policiamento. Os trabalhos, além de prevenir ocorrências de delitos e perseguir infratores, tinham como missão principal atuar na preservação da ordem, fiscalizar os serviços públicos e privados, estabelecer regras de convivência e zelar pela moral e os bons costumes. Eram atividades que diziam respeito ao trabalho da polícia tanto quanto prevenir a ocorrência de delitos. Ou seja, o foco era a fiscalização dos atos administrativos do poder Executivo, com o intuito de garantir a Ordem Pública e a melhor qualidade de vida para as pessoas. (ROLIM, 2006, p. 28).

Sobre a origem etimológica do termo polícia, ele “[...] deriva da expressão grega politéia, pela qual se designava a arte de governar a cidade, ou a arte de tratar da ‘coisa pública’. A expressão latinizada virou politia, de onde as línguas modernas formaram police, polizia, politzei ou polícia, entre outras.” (ROLIM, 2006, p. 24)

As forças policiais modernas no Ocidente foram um fenômeno que surgiu no século XIX. Antes, as funções policiais, normalmente, acabavam sendo realizadas de maneira assistemática por grupos de cidadãos convocados. Geralmente eram voluntários ou comissionados pelos governos, para exercer a atribuição de natureza fiscalizatória ou vinculado a arrecadação de tributos. (ROLIM, 2006, p. 24). Como visto também no item anterior, o papel das polícias era mais direcionado a função administrativa de auxílio as demandas dos governos, pois não havia uma instituição formalizada e autônoma, para realizar o policiamento ostensivo com a finalidade de evitar crimes.

As polícias modernas não surgiram como resultado de uma preocupação especial com a ocorrência de crimes. Tampouco foram à consequência de uma aspiração disseminada socialmente. [...] a opinião mais comum é a de que o fator imediato responsável pela formação das modernas forças de “polícia” foi à emergência de um sem-número de revoltas populares e desordens de rua na maior parte dos países europeus e a incapacidade dos governos para continuarem lidando com elas através da convocação de tropas do Exército. (ROLIM, 2006, p. 25).

Com o desenvolvimento tecnológico, em destaque ao carro de patrulha, o telefone e o rádio de intercomunicação, os vínculos dos policiais com as pessoas começam a diminuir e se inicia uma nova estratégia de patrulhamento policial, pautado principalmente na reação. Assim, a polícia, através de uma central de comunicação, recebe a solicitação do serviço e encaminha, por meio de rádios intercomunicadores, a viatura ao local da ocorrência a fim de solucionar um conflito já existente na comunidade. Em pouco tempo, as rondas a pé e os postos policiais, unidades básicas do sistema de comando descentralizado, deixaram de existir. (REISS JÚNIOR, 2003, p. 65-66).

A criação dessa nova estratégia de policiamento transformou, de certo modo, a forma como o Estado se relacionava com a sociedade. Atualmente a atividade policial, muitas vezes, é descrita e vista como guerra contra o crime e passa a ser avaliada em termos quantitativos, ou seja, mensurada sobre a quantidade de ocorrências que foram atendidas ou o número de infratores que foram segregados do convívio social. (COSTA, 2004, p. 56).

Aliado a essa mudança de paradigma os períodos autoritários que permearam no Brasil influenciaram também os atuais agentes e instituições estatais. Somente com a derrocada desses regimes começou uma nova ordem política de participação e representação, bem como permitiu maior transparência no processo decisório.

Contudo, o país continua convivendo, em alguns lugares, com o exercício autoritário do poder por parte das polícias. (COSTA, 2004, p. 175).

A preocupação com a violência praticada pelos policiais, trouxe à discussão o desejo de modelo de polícia que respeite os direitos humanos e saiba atender às reais necessidades da comunidade. Por conseguinte, faz-se necessário buscar formas de reforçar os vínculos com a população local e outros órgãos públicos, bem como exercer um maior controle das forças policiais. (COSTA, 2004, p. 175).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 dedica atenção especial com a organização das Polícias Militares no país, pois considera da União à competência privativa de legislar sobre organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação e mobilização. Com a redação da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, houve ainda uma padronização nacional dos assuntos relativos à inatividade e pensões desses profissionais, firmando um protótipo unificado das carreiras policiais militares dos Estados brasileiros. Tudo ordenado no art. 22, XXI, da CRFB/88.

Art. 22 Compete privativamente a União legislar sobre:

[...]

XXI – normas gerais de organização, efetivos, material bélico, garantias, convocação, mobilização, inatividades e pensões das polícias militares e dos corpos de bombeiros militares;

[...]

Parágrafo único: Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (BRASIL, [2020]).

A Carta Magna brasileira constitui, de forma imperativa, um padrão nacional para as polícias militares e corpos de bombeiros militares, podendo haver, por meio de leis complementares, normas de cooperação entre os entes federativos na busca do equilíbrio do desenvolvimento e bem-estar em âmbito nacional.

No Capítulo VII, que trata da administração pública, a Constituição Federal versa, na seção III, sobre os militares preceitua conforme o art. 42 que “[...] Os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, instituições organizadas com base na hierarquia e disciplina, são militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”. (BRASIL, [2020]). Trata-se de princípios basilares que determinam a organização das polícias militares estaduais no país.

Algumas regras condicionam aos militares uma especificidade que os diferencia dos civis. Entre outras, está o fato de que, ao se candidatar a cargo eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, contando-se com menos de dez anos de

serviço, deverá afastar-se da atividade não podendo mais retornar. No caso de contar mais de dez anos de serviço, é agregado pela autoridade superior durante a campanha e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade. Além disso, há punições disciplinares militares no âmbito administrativo para aqueles cujo comportamentos infringem as regras administrativas, inclusive praticamente sem cabimento de *habeas corpus*. Ao militar estadual, também, são proibidas a sindicalização e a greve e não podem, inclusive, estar filiado a partidos políticos enquanto estiver no serviço ativo. Aos Estados cabem, por lei específica, dispor sobre as matérias de ingresso, limites de idade, a estabilidade e outras condições de transferência do militar estadual para a inatividade, bem como os direitos, os deveres, a remuneração, as prerrogativas e outras situações especiais de militares estaduais, consideradas as peculiaridades de suas atividades. (BRASIL, [2020]).

Mesmo que cada Estado da Federação tenha sua própria Polícia Militar, é possível notar que a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 arquiteta uma padronização mínima das forças públicas militares estaduais no âmbito nacional. Isso demonstra uma inteligência constitucional, uma vez, que atribui um básico de regras gerais para todos os Estados, não possibilitando que estes formem exércitos próprios e desvirtuem a principal missão das Polícias Militares, que é a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública em prol da defesa dos direitos fundamentais garantidos na Constituição para todos os cidadãos.

Como já visto, as Polícias Militares são elencadas como uma instituição democrática pertencente ao sistema de segurança pública, cuja missão está definida constitucionalmente com a imposição de ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, cabendo exclusivamente à Polícia Militar “[...] a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]”. (BRASIL, [2020]).

Uma das apreciações de destaque e extrema importância dentro dos preceitos constitucionais sobre segurança pública é o conceito de ordem pública. trata-se de um conhecimento indispensável para compreender a função do Estado, no âmbito da segurança pública, e a real missão das polícias. No entanto o texto constitucional não dá a devida definição, o que o torna um conceito jurídico indeterminado, avalizando, dessa forma, uma discricionariedade da administração pública.

No anteprojeto da Assembleia Nacional Constituinte elaborado para a Constituição de 1988 pela subcomissão (defesa do estado, da sociedade e de sua segurança), da comissão da organização eleitoral, partidária e garantia das instituições, foi relatado o conceito de segurança pública como sendo mais correto “[...] aquele onde o Estado proporciona a sociedade toda proteção, objetivando a manutenção da Ordem pública”. (FIUZA, 1987, p. 29). Para entender a missão de “Preservação da Ordem Pública” atribuída as polícias militares, é necessário ressaltar a expressão Ordem Pública, uma vez que ela oferece a sustentação para todo o trabalho do sistema organizacional desses militares estaduais, sendo esse o fim precípua da missão institucional.

“A expressão ‘ordem pública’ é um termo plurívoco. Isto é, permite que seja utilizado em diversos sentidos” (FOUREAUX, 2019, p. 27). No entanto, em que pese a imprecisão do tema, é imprescindível que todo o governante tenha uma clara ideia dessa matéria na elaboração de uma política de segurança pública para, no momento da efetivação, obter resultados satisfatórios no enfrentamento dos problemas sociais.

Álvaro Lazarini (1992, p. 278), no início da década de 1990, já expunha a ordem pública como reconhecidamente incerta, visto que varia no tempo e no espaço, de um país para outro e em épocas diferentes numa mesma nação. Na visão do autor a ordem pública é mais fácil ser sentida do que definida. O autor Moreira Neto (1988, p. 139) ao falar de ordem, explica que se trata de um pré-requisito funcional de uma organização, visto que esta não se estabelece natural ou artificialmente, ela surge sempre para desempenhar determinada função. “*A ordem é a disposição interna que viabiliza uma organização*”.

Moreira Neto (1988, p. 139) explica que caso se tratar de um sistema natural, a organização se refere aos integrantes físicos, químicos ou biológicos e a ordem deve ser descrita a partir da constatação da regularidade e da estabilidade dessas inter-relações. No entanto, se for um sistema social, a organização se refere a elementos sociológicos, psicológicos, econômicos e políticos e a ordem deve ser descrita a partir da constatação da regularidade e estabilidade das inter-relações que apresentam.

A ordem pública é o pré-requisito do funcionamento do sistema de convivência pública, uma vez que viver em sociedade é conviver publicamente. Moreira Neto (1988, p. 142) diz que:

É necessário dispor-se a convivência pública de tal forma que o homem, em qualquer relação em que se encontre, possa gozar de sua liberdade inata, agir sem ser perturbado, participar de quaisquer sistemas sociais que deseje (econômico, familiar, lúdico, acadêmico, etc.) sem outros impedimentos e restrições que não os necessários para que essa convivência se mantenha sempre possível, sem outra obrigação que a de observar a normatividade que lhe é imposta pela ordem jurídica constituída para todo o polissistema e admitida como o mínimo necessário para assegurar, na convivência, a paz e a harmonia indispensáveis..

Viver em sociedade está diretamente relacionado com o conviver publicamente e, para o funcionamento desse sistema de convivência pública, a ordem pública se torna indispensável para o conjunto que forma essa engrenagem social. Neste pensamento a ordem pública se torna categoria necessária do bem comum e a sua manutenção é condição da livre ação das leis naturais para o sistema de convivência pública.

Na visão de Moreira Neto (1988, p. 143) a ordem pública tem acepções material e formal, ambas com o objetivo de permitir um funcionamento regular, estável e assecuratório da liberdade de cada um. O primeiro, sentido material, é o descritivo, que é a situação de fato ocorrente em uma sociedade, resultante da disposição harmônica dos elementos que nela interagem. No caso do sentido formal, é a relação direta com a normatividade, onde o conjunto de valores, princípios e normas que devem ser observados na sociedade, impondo desta forma a disposição ideal dos elementos que nela interagem.

Para o entendimento do trabalho da Polícia Militar foi sempre necessário a percepção cognitiva do contexto de ordem pública. Um dos ordenamentos legais que, mesmo sendo anterior a Constituição, traçou um caminho de entendimento do que se tem na tem atualmente foi o Decreto-lei nº 667, de 02 de julho de 1969, alterado posteriormente pelo Decreto-lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983, que reorganizou as polícias militares e definiu as competências. Essa normativa para ter validade atualmente deve ser interpretado em perfeita sintonia com a Constituição Federal de 1988. A referida lei estabelecia a definição e competência das Polícias Militares:

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições:

- a) executar com exclusividade, ressalvas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituído.
- b) atuar de maneira preventiva, como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem;
- c) atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas.

d) atender à convocação, inclusive mobilização, do Governo Federal em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de polícia militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial.

e) além dos casos previstos na letra anterior, a Polícia Militar poderá ser convocada, em seu conjunto, a fim de assegurar à Corporação o nível necessário de adestramento e disciplina ou ainda para garantir o cumprimento das disposições deste Decreto-lei, na forma que dispuser o regulamento específico. (BRASIL, 1969).

A Constituição Federal de 1988 revogou parcialmente de forma tácita a “manutenção”, uma vez que ampliou o conceito para “preservação”, aumentando as atribuições das polícias militar, que, em outras palavras, além de manter tem o dever de reestabelecer imediatamente, conforme será estudado a seguir, no item 2.3.2.

O Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983, recepcionado pela Carta Magna com status de lei ordinária, aprovou o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200), e estabeleceu os princípios e normas para a aplicação do Decreto-lei nº 667/69, trazendo prescrito o conceito de Ordem Pública, no item 21) do art. 2º, como:

conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da Nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecendo um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo Poder de Polícia, e constituindo uma situação ou condição que conduza ao bem comum. (BRASIL, 1983).

Policiamento ostensivo é definido pelo mesmo diploma legal, Decreto nº 88.777/83, inclusive exemplos de tipos de policiamento:

27) Policiamento Ostensivo - Ação policial, exclusiva das Policias Militares em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes:

- ostensivo geral, urbano e rural;
- de trânsito;
- florestal e de mananciais;
- rodoviária e ferroviária, nas estradas estaduais;
- portuário;
- fluvial e lacustre;
- de radiopatrulha terrestre e aérea;
- de segurança externa dos estabelecimentos penais do Estado;
- outros, fixados em legislação da Unidade Federativa, ouvido o Estado-Maior do Exército através da Inspetoria-Geral das Polícias Militares.

O policiamento ostensivo é a forma de como os policiais militares se identificam dentro das suas mais diversas modalidades, com o objetivo de manter a ordem pública. Esses conceitos, anteriores a última Constituição, traziam uma visão limitada da dimensão da atuação das polícias militares.

2.3.1 A missão de preservação da ordem pública na Constituição de 1988

A Constituição de 1988 da relevante importância à expressão “ordem pública”, inclusive com significados distintos, conforme a situação e o momento em que se vive, uma vez que autoriza a união a intervir nos Estados para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública (art. 34, III, CF/88) e, também, serve como fundamento para a decretação do estado de defesa, quando há um objetivo de prontamente preservar ou restabelecer a ordem pública (art. 136). (BRASIL, [2020]).

Outros contextos constitucionais em que a expressão é utilizada tem relação com a segurança pública que deve exercer o seu papel (cada órgão com sua atribuição específica) para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, conforme prescrito no art. 144 da a Carta Magna. O único órgão que possui uma amplitude complexa de atribuições mencionado na constituição, é a Polícia Militar com a missão de preservação da ordem pública. Conforme Álvaro Lazarini (1992, p. 287), isso é o que a confere competência residual quando da falência operacional dos demais órgãos.

O relatório da subcomissão de defesa do estado, da sociedade e de sua segurança, escrito no anteprojeto da Assembleia Nacional Constituinte elaborado para a Constituição definiu Ordem Pública “[...] como o grau de normalidade da vida social, sendo no sentido mínimo entendida como aquele conjunto de condições elementares, sem as quais não é possível a vida em comunidade civilizada” e “[...] abrange a salubridade, a tranquilidade e a própria segurança pública”. (FIUZA, 1987, p. 29).

Os conceitos complexos estabelecidos pela Carta Magna, não foram exercidos de imediato pelas polícias militares. Passados mais de 30 (trinta) anos do novo ordenamento jurídico brasileiro, muitas instituições militares estaduais ainda demonstram a incompreensão da ordem pública pautada do ditame dos princípios constitucionais da democracia e da participação cidadão.

Com a conformação constitucional da sociedade brasileira, contextualizada num estado democrático de direito, paradoxalmente o imaginário social pautado na recordação do regime militar aponta para o não entendimento da competência e permanência da própria Polícia Militar no seio do Estado Democrático de Direito brasileiro, bem como a incompreensão dos conceitos de ordem pública e segurança pública, o que contribui para perpetuar a situação de repulsa da atuação do organismo policial, sem enfrentar adequadamente a grandeza da missão constitucional a ele reservado. (VENÂNCIO, 2013, p. 29).

O parecer GM nº 25, encomendado pelo, então, Advogado Geral da União, Gilmar Ferreira Mendes, publicado no Diário Oficial de 13.8.2001, da lavra da consultora da União, a Dra. Thereza Helena S. de Miranda Lima, sob o nº AGU/TH/02/2001, de 29 de julho de 2001, deixa claro a competência constitucional das Polícias Militares atinente à polícia ostensiva e à preservação da ordem pública. Neste, inclui os atos normativos federais que, anteriores a 5 de outubro de 1988, foram recepcionados pela Carta vigente, como, já vistos, o Decreto-lei nº 667 atualizado pelo Decreto-lei nº 2 010, de 12 de janeiro de 1983, e o Decreto nº 88 777, de 30 de setembro de 1983, que aprovou o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (R-200). (BRASIL, 2001).

O termo “ordem pública” se encontram em diversas normas dos diplomas legais do Brasil. No direito civil, há um sentido normalmente ligado a função social e da essencialidade da matéria, sobretudo quando ultrapassa o interesse das partes envolvidas e visa o interesse social, a exemplo do Código Civil em que inúmeras normas regulam a vida em sociedade. O Código de Processo Penal também prevê que uma das possibilidade para a decretação da prisão preventiva é a garantia da ordem pública (FOUREAUX, 2019, p. 30).

Luiz Flavio Saporì (2007, p. 16) explica que o combate à criminalidade constitui uma atribuição estruturante do Estado nas sociedades contemporâneas e um dos principais bens coletivos da sociedade moderna, indubitavelmente, é a manutenção da ordem pública. O Estado além de prover saúde e educação e outros serviços que garantem o bem-estar social, deve zelar pela preservação do patrimônio dos cidadãos e de suas respectivas integridades físicas.

Porém, é necessário a noção de que, a partir da Constituição de 1988, o pensamento de ordem pública deve estar direcionado ao pensamento antagônico da desordem, em razão da falta de bem-estar da população e dos descumprimentos constitucionais que afetam a democracia e toda a ordem normativa. O axioma atual da ordem pública oferecimento aos cidadãos a garantia dos direitos fundamentais harmonia e paz pública.

Uma ordem pública democrática, em contraste, é aquela estruturada pela Constituição e pelas leis. Preservar a ordem pública significa, sobretudo, preservar o direito, a ordem juridicamente estruturada, garantir a legalidade. Políticas públicas e ações policiais que desconsiderem os direitos fundamentais transgridem, até não mais poder, a própria ordem pública que pretendem preservar. (SOUZA NETO, 2007, p. 14).

A demandas do Estado Social estabelecidas a partir da Constituição de 1988, exigem da atuação policial mais do que a tradicional manutenção da ordem pública, baseada em conceitos como moralidade pública e de perturbação da ordem definidos pelas autoridades administrativas, mas, sim de uma manutenção da ordem pública fundada especialmente na garantia estatal de que a própria sociedade se organize e se manifeste. É nesse contexto, que o Estado deve resguardar a sociedade de ameaças dos interesses coletivos e dos direitos fundamentais, pois do contrário estará em risco a essência do Estado Democrático de Direito. (FILOCRE, 2017, p. 15).

A ordem pública constitucional é muito mais ampla e alcança as disposições contidas em outros diplomas legais que visam a preservação da ordem pública, independente do caráter civil, penal ou administrativo, visto que abrange o bom convívio familiar, entre vizinhos, controle de doenças e alimentos, e outros. (FOUREAUX, 2019, p. 31).

Moreira Neto (1988, p. 142) a trata como uma necessidade mínima para que as pessoas se congreguem em suas relações, na qual ele chama de “convivência pública”. Para o isso é necessária uma “ordem ética mínima” nas inter-relação entre as pessoas, seja “[...] nas ruas, nas praças, no trabalho, nas fábricas, nos escritórios, nos salões, nas salas de aula, nas estradas, nas praias, nos sítios de lazer e etc”.

A ordem pública trata-se um pré-requisito para a convivência pública harmoniosa e pacífica, fundada nos ditames constitucionais. Uma definição teórica moderna de Ordem Pública é do Francês Louis Rolland (*apud* MOREIRA NETO, 1988, p. 144), que numa acepção material atribuiu o significado de tranquilidade pública, segurança pública e salubridade pública. Algum tempo depois Paul Bernard, também Francês, distinguiu como ausência de perturbação, paz pública e disposição harmoniosa da convivência.

Álvaro Lazzarini (1992, p. 279) explica que a ordem pública é o efeito da segurança pública, tranquilidade pública e salubridade pública. Ou seja, quando essa trilogia estiver cumprindo cada qual o seu papel na sociedade, a consequência natural vai se a ordem pública. Sobre esses elementos o Álvaro Lazarini (1999, p. 284) aponta:

Segurança Pública [...] é o estado antidelitual que resulta da inobservância dos preceitos tutelados pelos códigos penais comuns e pela lei das contravenções penais, com ações de polícia repressiva ou preventiva típicas, afastando, assim, por meio de organizações próprias, de todo o perigo, ou de todo mal que possa afetar a ordem pública, em prejuízo da vida, da liberdade ou dos direitos de propriedade das pessoas, limitando as liberdades

individuais, estabelecendo que a liberdade de cada pessoa, mesmo em fazer aquilo que a lei não lhe veda, não pode ir além da liberdade assegurada aos demais, ofendendo-a.

Tranquilidade pública do latim *tranquilitas* (calma, bonança, serenidade), exprime o estado de ânimo tranquilo, sossegado, sem preocupações nem incômodos, que traz as pessoas uma serenidade, ou uma paz de espírito.

Salubridade pública refere-se ao que é saudável, conforme as condições favoráveis a vida, certo que referindo-se às condições sanitárias de ordem pública, ou coletiva, a expressão salubridade pública designa também o estado de sanidade e de higiene de um lugar, em razão do qual se mostram propícias as condições de vida de seus habitantes.

Quanto à segurança pública é possível perceber uma espécie da preservação da ordem pública que compõe uma das missões da Polícia Militar, a qual pertence ao gênero “sistema de segurança pública”. Ou seja, há uma “segurança pública” *latu senso* que envolve as espécies de elementos que compõe a ordem pública, que abrange a prevenção dos riscos de acidentes e danos a pessoas e bens.

A tranquilidade pública consiste em preservar a calma dos cidadãos para que haja uma harmonia e paz social. Sendo, então de responsabilidade da administração tomar medidas que permitam um estado de bonança para os cidadãos, como tomar providências contra ruído noturno ou contra as perturbações que o curso dos acontecimentos pode criar.

Já a salubridade pública se refere as condições favoráveis de vida saudável, inclusive aquelas situações de desastres ou decorrentes de calamidades públicas. Tem relação com o estado de sanidade e de higiene de um lugar, quando se mostram propícias às condições de vida de seus habitantes.

Esta relação direta com a saúde pública, que faz parte da tríade tradicional da ordem pública, teve experimentando crescimento na atualidade para a Polícia Militar. Pois, além de ter como missão a prevenção dos riscos clássicos de higiene, relacionados com alimentos, água, ambiente a pragas, apareceu um mais recente, que abalou o mundo, a Pandemia da COVID-19. Para garantir essa luta na saúde pública, a Polícia Militar, no exercício do poder residual na missão de preservação da ordem pública, tem a responsabilidade tomar todas as providências para a minimização de desastres relacionado a saúde pública.

Como já visto as Constituições Federal anteriores a 1988 tratavam a missão da Polícia Militar, meramente, como manutenção da Ordem Pública que era o exercício dinâmico do poder de polícia manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública. A partir da Carta Magna atual a missão da Polícia Militar passou a ser

Preservação da Ordem Pública, com uma diferença substancial na atuação a ser desempenhada pelos órgãos militares estaduais.

O parecer GM-25, da Advocacia Geral da União, que na época era Gilmar Ferreira Mendes), publicado no Diário Oficial da União nº 154-E, de 13 de agosto de 2001, explica que cabe às Polícias Militares todo o universo policial que não seja atribuição constitucional prevista para os demais órgãos elencados no art. 144 da Constituição da República de 1988.

A competência ampla da Polícia Militar na preservação da ordem pública engloba inclusive, a competência específica dos demais órgãos policiais, no caso de falência operacional deles, a exemplo de greves ou outras causas, que os tornem inoperantes ou ainda incapazes de dar conta de suas atribuições, funcionando, então, a Polícia Militar como um verdadeiro exército da sociedade. Bem por isso as Polícias Militares constituem os órgãos de preservação da ordem pública para todo o universo da atividade policial em tema da ordem pública e, especificamente, da segurança (BRASIL, 2001).

O que se nota é que, por falta de entendimento da missão atribuída pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, as polícias militares estaduais acabam, lamentavelmente, por concentrar o principal foco de atuação na repressão. Abandonaram por muito tempo (até hoje em muitos estados da federação) quase que completo a sua grande e legítima vocação, que é de preservação de crimes, delitos ou desordens (TEZA, 2011, p. 105) num papel consonante com a garantia dos direitos fundamentais e de forma democrática, garantindo a participação popular na busca de segurança e bem-estar de todas as pessoas.

Na França, berço da noção tradicional de ordem pública pertencente ao Direito Administrativo, após uma decisão do Conselho de Estado, em outubro de 1995, tem uma sensível reviravolta interpretativa no efetivo exercício do poder de polícia. Até então fundada sobre os elementos segurança, tranquilidade e salubridade, foi alargada para compreender a questão da ordem moral e a proteção da dignidade humana. Tal fato, tratava-se de um jogo de arremessar anões⁸. O Conselho de Estado Francês, em 27 de outubro de 1995, julgou um caso em que proibiu uma atividade sob o argumento de que tal espetáculo atentava contra o respeito à dignidade da pessoa humana. (TABORDA, 2008, p. 186-203).

Tal decisão é considerada um marco na proteção dos direitos fundamentais, porque ela afirma que o respeito à dignidade da pessoa humana é parte da ordem pública que o poder de polícia tem a finalidade de assegurar. Com isso, a discussão sobre a dignidade da pessoa ganhou novos contornos e

⁸ Consistia em um espetáculo onde os espectadores arremessavam, o mais longe possível, um anão vestido com um traje que permitia ao mesmo tempo prendê-lo pelos pulsos e protegê-lo na queda.

conteúdos, porque o princípio, de valor constitucional, foi auferido em uma situação concreta. (TABORDA, 2008, p. 187).

Em qualquer país, preservar a ordem pública é garantir a ordem estabelecida pela Constituição, e, no caso do Brasil, é a proteção dos direitos fundamentais do Estado democrático estabelecidos na CRFB/88. O conceito de ordem pública deve ser expandir para uma verdadeira garantia da cidadania, possibilitando que pessoas, em parceria, possam exercer substancialmente os seus direitos, inclusive sendo protegidos pelo Estado.

Com o marco da democratização política no país, é necessário haver uma inflexão na relação entre polícias e sociedade. Aquelas, pelo fato de estarem organizadas, fazerem partes das comunidades e serem representativas do Estado Democrático de Direito, necessitam tomar providências para a integração e melhoria da segurança pública.

A democracia, apesar de todas as persistências de práticas violentas e autoritárias - dentro e fora das polícias - introduziu tensões no campo da segurança pública que, se não permitem a incorporação de consensos mínimos relativos às transformações no modelo institucional vigente, fomentam o debate sobre um modelo de ordem pública baseada na cidadania, garantia de direitos e acesso à justiça. Assim, elas parecem induzir, não sem contradições e resistências, mudanças de repertório e formulação de novos enunciados políticos, nos quais mecanismos de accountability e de governança sejam compreendidos enquanto instrumentos de eficiência democrática, vinculando o respeito aos direitos humanos às práticas operacionais das polícias na prevenção da violência e no enfrentamento do crime (LIMA; SINHORETTO, 2011, p. 130).

Nesse sentido, observa-se que quando a Constituição confia às autoridades policiais militares (art. 144 § 5º) a missão de preservação da ordem pública não está apenas atribuindo o combate à criminalidade e a manutenção dos poderes constituídos, mas, conforme dizeres de Cláudio Pereira de Souza Neto (2007, p. 16), os encarregando “[...] da função de manter e promover a ordem republicana, assentada no respeito à legalidade e aos direitos fundamentais”.

Para o cumprimento do papel constitucional, a Polícia Militar deve garantir a proteção às pessoas físicas, do povo, seus bens e atividades, na preservação da ordem pública, por intermédio da execução da polícia ostensiva. Nota-se que até a Constituição de 1988 a expressão era policiamento ostensivo, que é apenas a forma como Polícia Militar exerce sua missão na sociedade, que é estudado no próximo item.

2.3.2 Atuação da Polícia Militar como polícia ostensiva

O termo “polícia ostensiva” da Constituição de 1988 foi uma expressão nova, não só na carta política brasileira, mas como na nomenclatura da especialidade. Foi adotada por dois motivos: para estabelecer exclusividade dentro da Carta Magna e para marcar a expansão da competência policial dos policiais militares para além do policiamento ostensivo. (MOREIRA NETO, 1991, p. 146).

Para melhor entendimento do termo polícia (diferente de policiamento) ostensiva, é necessário um claro entendimento de poder de polícia.

Poder de polícia é definido, como aquele que dispõe a administração para condicionar, restringir, limitar, disciplinar atividades e direitos particulares para a preservação dos interesses da coletividade. Não é um poder interno. O poder de polícia decorre da supremacia geral, da preponderância de interesse público em face de direitos individuais. Tratamos de um poder do Estado para a sociedade. (BARTINE; SPITZCOVSKY, 2015, p. 93).

O Estado desenvolve a atuação do seu exercício do poder de polícia em 4 (quatro) fases: a ordem, o consentimento, a fiscalização e a sanção. O policiamento ostensivo era apenas a fase da fiscalização, por isso a importância de entender a diferença daquele com a missão constitucional de polícia ostensiva, pois com essa amplitude, as polícias militares passaram a ter o dever de preservar a ordem pública se utilizando das 4 fases do poder de polícia. (MOREIRA NETO, 1991, p. 146).

A ordem de polícia se contém num preceito que nasce da lei e pode ser enriquecido discricionariamente pela administração conforme as circunstâncias. O consentimento de polícia é a anuência do Estado, ato administrativo discricionário ou vinculado, ao exercício de atividade ou ao uso de propriedade. A fiscalização de polícia é uma forma ordinária e inafastável de atuação administrativa, através do qual se verifica o cumprimento da ordem de polícia ou a regularidade da atividade já consentida. Por fim, a sanção de polícia é a repressão da infração por atuação administrativa auto-executória. (MOREIRA NETO, 1991, p. 147)

Então, ultrapassando os limites do policiamento ostensivo, a Carta-Magana aumentou o campo de atuação das e expandiu a missão das instituições de polícia militar estadual para a integralidade das fases do poder de polícia.

À proteção as pessoas físicas, ao povo, seus bens e atividades, há de ser exercida pela Polícia Militar, como *polícia ostensiva*, na preservação da *ordem pública*, entendendo-se por polícia ostensiva a instituição policial que tenha o seu agente identificado de pleno, na sua autoridade pública, simbolizada na farda, equipamento, armamento ou viatura. Note-se que o

constituente de 1988 abandonou a expressão policiamento ostensivo e preferiu a de polícia ostensiva, alargando o conceito, pois, é evidente que a polícia ostensiva exerce o Poder de Polícia como instituição, sendo que, na amplitude de seus atos, atos de polícia que são, as pessoas podem e devem identificar de relance a autoridade do policial, repita-se, simbolizada na sua farda, equipamento, armamento ou viatura. (LAZZARINI , 1989, p. 236).

O instrumento central do Estado para a preservação e a manutenção da ordem pública é comumente chamado pela doutrina de polícia administrativa, ou seja, é o meio utilizado pela administração para fazer cumprir a ordem pública. Percebe-se a diferença da polícia judiciária, que se trata de uma atividade repressiva de auxílio do poder judiciário e que visa apurar as infrações penais.

As duas, polícia administrativa e polícia judiciária, têm por objeto o ilícito penal, no entanto, a primeira atua, primordialmente, de forma preventiva e a segunda, na repressão. De acordo com Lazzarini (2003, p. 84):

A polícia administrativa, porém, é bem mais ampla, pois tem por objeto não só a prevenção do ilícito penal, cabendo-lhe também a prevenção e a própria repressão administrativa de toda uma gama de outros ilícitos não só penais, como os de polícia de trânsito de veículos terrestres ou moto aquáticos, os de polícia das construções, os de polícia aduaneira, [...], enfim conforme a atividade policiada esteja sujeita à disciplina das leis respectivas (toda vez que uma lei impõe uma determinada restrição ao administrado, ela concede o correspondente poder de polícia à Administração Pública para possibilitar a concretização da restrição).

A polícia administrativa, define-se pelas ações preventivas face a condutas inadequadas que visam evitar, por falta de intervenção, futuros danos, que poderiam ser causados pela insistência de um comportamento que transpõe a fronteira do permitido e proibido. O seu objetivo é a manutenção da ordem pública geral, evitando preventivamente possíveis infrações das leis.

A Polícia Militar cumprindo a missão constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, deve exercer todos os atos necessários para a prevenção, inclusive atos administrativos. Precisa atuar em toda a dimensão do poder de polícia, atuando em tudo aquilo que represente risco a quebra da ordem pública, tendo a sua conduta de ações norteadas pelos princípios, direitos e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Conta-se que a cidadania é indissociável do conceito de ordem pública, pois vai além do sujeito que respeita a lei. A noção de cidadania na perspectiva de ordem pública é, principalmente, a do sujeito respeitado com seus direitos efetivamente protegido pela lei e pelas instituições. A dimensão em voga nas políticas de

segurança, que se autodenominam como comunitárias e participativas, indicam que tais políticas devem ser públicas ao menos no sentido de que os direcionamentos políticos sejam claros e negociados democraticamente. (ZACKSESKI, 2006, p. 363).

Este capítulo, por meio de uma reflexão histórica revela as transformações das estruturas de força pública, com o objetivo de entender a institucionalidade da Polícia Militar na atualidade a luz das diretrizes constitucionais para o sistema de segurança pública. Com esse entendimento é possível compreender o papel dessa instituição militar na construção de uma política de cidadania com a participação cidadã ativa no movimento do constitucionalismo democrático após 1988 trabalhado no próximo capítulo.

3 CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO DE 1988: UMA POLÍTICA DE CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NA SEGURANÇA PÚBLICA

Para desenvolver os pressupostos da participação cidadã conforme o movimento do constitucionalismo democrático, que restou baseado positivamente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, é imprescindível analisar como se deu a construção dessa ideologia no mundo e na nação. Esse pensamento está, cada vez, mais se insurgindo, mesmo que, por vezes, acaba sendo distorcido por quem busca contrariar a lógica evolutiva do constitucionalismo democrático.

O programa Rede de Vizinhos PMSC, é um passo para uma proximidade entre os cidadãos e os órgãos estatais, por isso uma análise da política de cidadania e da concepção do movimento do constitucionalismo cidadão é importante para verificar a substancialidade da parceria Polícia Militar de Santa Catarina e os cidadãos da comunidade.

3.1 A EMERGÊNCIA DO CONSTITUCIONALISMO DEMOCRÁTICO.

Ao estudar a origem da sociedade, o professor e jurista Dalmo Dallari (2011, p. 31), procura uma justificativa para a vida social. Para isso, ele fixa um ponto de partida que permite considerar a sociedade como fruto da necessidade ou, simplesmente, da vontade humana, que com o tempo ela foi englobando mais elementos, constituindo-se grupos para desenvolver tarefas específicas, até chegar a um pluralismo social extremamente complexo.

Para a obtenção de um relacionamento harmônico entre os seres, nesse pluralismo social complexo, foram necessários códigos de atuação direcionados a cada sociedade. São regras de convivência, e ao verificá-las e relacioná-las com a aspiração humana, Dallari (2011, p. 23) explica que “[...] a sociedade é o produto da conjugação de um simples impulso associativo natural e da cooperação da vontade humana”.

Quando a ela foi dividida em classes, começaram, reciprocamente, a se tornarem hostis em razão das relações de propriedade que foram surgindo. Nesse momento aparece o Estado, baseando-se na suposição de que a coação é necessária para que o homem tenha uma atitude socialmente correta. Logo, o Estado passa a impedir a hostilidade entre as classes sociais evitando ações livres e espontâneas.

(DALLARI, 2011, p. 49). Ele começa a regular a vida das pessoas e, com sua estrutura burguesa de representação das classes dominantes, vai permanecendo na história da sociedade moderna até os dias atuais.

Dallari (2011, p. 56-57) distingue duas espécies de sociedade: uma de fins particulares e outra com finalidades gerais. Aquela tem o objetivo definido e é, voluntariamente, escolhida por seus membros. Já a com fins gerais tem o propósito indefinido e genérico, com o escopo de criar condições necessárias para que todos (indivíduos e demais sociedades) tenham a possibilidade de atingir os seus fins particulares. Essas são as que podem ser caracterizadas como sociedades políticas, “[...] exatamente porque não se prendem a um objetivo determinado e não se restringem a setores limitados da atividade humana, buscando, em vez disso, integrar todas as atividades sociais que ocorrem no seu âmbito”. É as relações sociais das pessoas que compartilham o espaço comum de sobrevivência.

Dallari (2011, p. 57-58) explica que a família, entre as sociedades políticas como fenômeno universal, é a que atinge um círculo mais restrito de pessoas. Além disso, outras espécies de sociedades políticas existem ou existiram, como é o caso das tribos e clãs. Contudo, considerando a amplitude e capacidade de influir e condicionar o contexto social, é o Estado a sociedade política de maior importância.

Com relação as principais teorias que procuram explicar a formação originária do Estado, Dallari (2011, p. 62) classifica em dois grandes grupos. Um deles é a teoria da formação natural ou espontânea, e o outro é a que sustenta a formação contratual, com as seguintes concepções: formação de origem familiar ou patriarcal; origem em atos de força, de violência e conquistas; causas econômicas ou patrimoniais e origem no desenvolvimento interno da sociedade.

Sobre a época do aparecimento do Estado, Dallari (2011, p. 60) resume em três posições fundamentais: a primeira é de que ele sempre existiu desde que o homem habita a terra, a segunda é que a sociedade existiu sem o Estado num certo período para atender as necessidades humanas e a terceira posição é que pode ser admitido como Estado apenas a sociedade política dotada de certas características bem definidas, quando surgem a ideia e prática da soberania. (DALLARI, 2011, p. 78). Em todas as formas, para a formação de um Estado, há a necessidade de um grupo de pessoas coexistindo em busca de objetivos próprios.

Entre os processos que dão origem ao Estado, a maneira mais definida de afirmar a criação de um novo é o reconhecimento pelos demais. Porém, possuir as

características comuns aos Estados é a questão mais importante, e entre elas são as que estão diretamente relacionadas a viabilidade para agir com independência e manter, internamente, uma ordem jurídica eficaz. (DALLARI, 2011, p. 66). No mesmo sentido, desta relação Estado com a ordem jurídica, os autores Streck e Morais (2006, p. 21), ao tratar da ciência política como instrumento de estudo sobre a estrutura e funcionamento e suas relações com o sistema jurídico, explica que o Estado “[...] é o *locus* privilegiado de emanção da normatividade”. Ou seja, para garantir e regular a conduta externa dos homens criou normas jurídicas de observância geral ou de parte da população, com o objetivo de caracterizar os interesses de toda a sociedade, devendo ser cumprido pela própria autoridade.

O Estado de Direito surge como o “Estado” que, nas suas relações com os indivíduos, submete-se a um regime de direito. A atividade estatal, então, apenas pode se desenvolver utilizando um instrumento regulado e autorizado pela ordem jurídica, e os indivíduos (cidadãos) têm a seu dispor mecanismos jurídicos aptos a salvaguardá-los de uma ação abusiva do próprio Estado. (STRECK e MORAIS, 2006, p. 91-92). Este modelo, emanado de normatividade, por vezes, é constituído por normas com fontes diferentes, ora com um viés mais democrático ora mais autoritário. De toda a forma, neste contexto, é imperioso a determinação de se governar segundo a lei, estando o poder político limitado pela legalidade.

A ideia de Estado de Direito carrega em si a prescrição da supremacia da lei sobre a administração. Na sua origem germânica, está embasada na autolimitação do Estado pelo Direito, pois é o Estado a única fonte deste, atribuindo-lhes força coercitiva e é o Direito criação daquele”. (STRECK e MORAIS, 2006, p. 92).

Ao analisá-lo como criador da ordem jurídica e, ao mesmo tempo, submetido a ela (diferente do Estado Absolutista, em que o poder era exercido segundo os interesses do monarca e as decisões tomadas pelo soberano eram impostas), tem-se o Estado de Direito quando consagra a afirmação do princípio da legalidade como meio limitador do poder. (MORAIS JUNIOR, 2007, p. 120).

Contudo, nos dizeres de Nicola Matteucci (1997, p. 163), o Estado de Direito garantiu ao cidadão amparo contra os abusos de poder por parte do executivo, mas não foi da mesma forma com poder legislativo. A aceitação cega das leis feitas pelo ramo mais democrático do Estado, ou seja, o legislativo, acabou por radicalizar em um legalismo positivista, que abriu o caminho para ditaduras, ocasionando o fim da

própria legislatura representativa. Ou seja, o caminho para o totalitarismo sustentou-se pelo respectivo parlamento.

Por isso, há uma necessidade de se estabelecer de maneira sólida o Estado de Direito, com fundamento nos princípios republicano, federativo e o democrático. Além disso, o valor da dignidade da pessoa humana deve nortear a lei constitucional com prescrição de direitos fundamentais garantidos e consolidados.

O português, José Joaquim Gomes Canotilho (1993, p. 360), ao tratar do Estado de Direito como um dos princípios estruturantes do Estado constitucional vigente, expõe a presunção da existência de uma constituição de ordem jurídico-normativa fundamental ao referido princípio, que vincule todos os poderes públicos. Preceituando medida e forma à ordem do Estado e aos referidos atos dele emanados. A lei constitucional não é um simples preceito incluído no sistema ou no complexo normativo, é, sim, uma verdadeira ordenação fundamental dotada de supremacia normativa.

Constituição é uma ordenação sistemática e racional da comunidade política, plasmada num documento escrito, mediante o qual se garantem os direitos fundamentais e se organiza, de acordo com o princípio da divisão de poderes, o poder político. (CANOTILHO, 1993, p. 12).

Utilizando-se da explicação elaborada pelo jurista alemão Carl Schmitt (1996, p. 29) sobre a gênese da palavra “constituição”, é possível reconhecê-la com uma diversidade de significados. Em uma acepção geral da palavra significa que tudo (qualquer homem, objeto, estabelecimento e associação) estão, de alguma forma, em uma “constituição” e todo imaginável pode ter uma “constituição”. Por isso, o autor explica não ser possível obter nenhum significado específico da palavra. Neste sentido, para alcançar uma inteligência sobre o assunto, deve limitar o entendimento do vocábulo à “Constituição do Estado”, ou seja, a unidade política de um povo.

Nos ensinamentos de Dalmo Dallari a Constituição é uma lei superior a todas as outras que revela o anseio político de um povo.

A constituição é a declaração da vontade política de um povo, feita de modo solene por meio de uma lei que é superior a todas as outras e que, visando à proteção e à promoção da dignidade humana, estabelece os direitos e as responsabilidades fundamentais dos indivíduos, dos grupos sociais do povo e do governo. (DALLARI, 2010, p. 25).

Para se chegar a uma constituição e firmar a vontade política do povo, é provável que houve um movimento, cultural, histórico ou revolucionário, podendo ser entendido como o constitucionalismo. Este, por sua vez, opõe-se ao estado arbitrário limitando a vontade própria de um governante, ou quaisquer pessoas que esteja no

poder. Trata-se de uma nova forma de estrutura do poder político limitado e autonomia garantidas por lei.

Sobre o constitucionalismo, o jurista Italiano Maurizio Fioravante (2009), o divide em 4 (quatro) fases, o constitucionalismo das origens, das revoluções, da época liberal e da democracia constitucional. Quando ao das origens, o autor (2009, p. 4) explica ser um movimento de pensamento orientado a buscar objetivos políticos concretos, consistindo essencialmente na limitação dos poderes públicos e na afirmação de esferas de autonomia, que normalmente são garantidas por lei. As explanações das fases, conforme Fioravante, será feita mais à frente.

O Italiano Luigi Ferrajoli (2010, p. 95-96) explica que o constitucionalismo é um movimento jurídico e político com a intenção de limitar o poder do Estado, fixando-o a uma constituição. Trata-se de um sistema jurídico com um conjunto de limites e de vínculos impostos a todos os poderes, inclusive ao próprio legislativo. Na teoria do direito, o constitucionalismo tem uma concepção de validade das leis, que não é apenas ancorada na conformidade da sua forma quanto às normas procedimentais sobre a sua elaboração. Deve haver uma coerência dos seus conteúdos com os princípios de justiça constitucionalmente estabelecidos. Aqui se enquadram, como normas superiores, os direitos fundamentais.

Karl Loewenstein (1979, p. 154) manifesta a distinção entre a constituição formal e material, que levou a codificação em um documento escrito das normas fundamentais de sociedade estatal, adquiriu sua forma definitiva no ambiente racionalista do iluminismo. No entanto, autor interpreta que a existência de uma constituição escrita não é identificada com o constitucionalismo, pois defende que as organizações políticas anteriores viveram sob um governo constitucional sem sentir necessidade de articular os limites estabelecidos para o exercício do poder político. Essas limitações estavam profundamente enraizadas nas convicções dos costumes comunitários e nacionais, que foram respeitados por governantes e por governados.

Importante frisar, que este entendimento de Loewenstein não traduz grande parte dos doutrinadores, permanecendo, que é o conceito de constitucionalismo emergido junto com a idade moderna, com documento que declaram os direitos e fixam os limites do poder público.

O conceito de constitucionalismo, portanto, está vinculado à noção e importância da Constituição, na medida em que é através da Constituição que aquele movimento pretende realizar o ideal de liberdade humana com a criação de meios e instituições necessárias para limitar e controlar o poder

político, opondo-se, desde sua origem, a governos arbitrários, independente de época e de lugar. (CUNHA JÚNIOR, 2012, p. 31).

Para Canotilho (2003, p. 51) uma noção básica de constitucionalismo “[...] é a teoria (ou ideologia) que ergue o princípio do governo limitado indispensável à garantia dos direitos em dimensão estruturante da organização político-social de uma comunidade”. Na mesma obra, Canotilho (2003, p. 52) esclarece que o constitucionalismo moderno legitimou o aparecimento da “constituição moderna, entendida, fundamentalmente, como uma ordenação sistemática e racional da comunidade através de documento declaram as liberdades e os direitos, bem como fixam os limites do poder político. Numa acepção histórico-descritiva, o constitucionalismo moderno é entendido como indutor de um movimento político, social e cultural. Neste contexto, ele questiona, a partir de meados do século XVIII, os esquemas até então tradicionais de domínio nos planos políticos, filosófico e jurídico e indicando, ao mesmo tempo, a invenção de uma nova forma de ordenação de fundamentação do poder político.

Ferreira Filho (2011, p. 360), doutrina que a era moderna e surgimento do constitucionalismo:

[...] com a queda de Constantinopla (1453), o que se deu, portanto, há mais de cinco séculos. O aparecimento do Estado é registrado por Maquiavel no limiar do século XVI, este aparece como um novo tipo de organização política, até então inexistente, o que dispensa o qualificativo de moderno, que muitos a ele associam. Não falta, todavia, quem, com boas razões, veja a transformação desse Estado em Estado moderno, com os tratados da Westfália, em meados do século XVII. Vêm, no final do século XVIII, as revoluções que geram o constitucionalismo, ou o constitucionalismo moderno, [...].

A raízes do constitucionalismo germinaram na transformação do sistema político medieval para o moderno, quando aparece os documentos legislativos, nomeadamente a Constituição. Para Dallari (2011, p. 197) ele foi semeado em 1215 com a Magna Carta na Inglaterra, quando o Rei João Sem Terra a assinou um manuscrito, representando a lei, jurando obedecê-la e aceitando a limitação de seus poderes.

A pré-história do constitucionalismo, nos contornos da Idade Moderna, começa a partir da Magna Carta Inglesa, que tratou de resolver o problema do domínio do Estado conforme as estruturas feudais da época. Alguns séculos mais tarde,

destacam-se o *Petition of Rights*⁹, de 1628; o *Habeas Corpus Act*¹⁰, de 1679; o *Bill of Rights*¹¹, de 1689; e o *Act of Settlement*¹², de 1701. (CANOTILHO, 1993, p. 61-92) Todos esses documentos foram com vistas a realizar o discurso do movimento constitucionalista.

A partir do século XVIII, com o enaltecimento das ideias iluministas a doutrina dos direitos naturais e do contrato social possibilitam ao constitucionalismo um significativo reforço, por intermédio das doutrinas de filósofos, que se opunham aos governos absolutistas, como John Locke (1632-1704), Montesquieu (1689-1755), Rousseau (1712-1778) e Kant (1724-1804), direcionando as revoluções liberais. (CUNHA JÚNIOR, 2012, p. 35).

A Constituição em seu sentido moderno prentedeu arraigar duas ideias básicas. A primeira foi de ordenar, fundar e limitar o poder político e a segunda de reconhecer e garantir os direitos e liberdades do indivíduo. Neste sentido, o cerne do constitucionalismo está diretamente relacionado com a fundação e legitimação do poder político e a constitucionalização das liberdades. (CANOTILHO, 2003, p. 54-55).

O Italiano Maurizio Fioravante (2009, p. 5), seguindo a linha da doutrina dominante, fundamenta que o constitucionalismo nasceu e se consolidou no contexto do processo de formação do estado moderno Europeu. Ao considerá-lo como uma figura histórica complexa, pode-se dizer que de um lado se firmou o princípio da soberania, com o processo de concentração do poder público em um território, e por outro emergiu o lado da pluralidade, dos limites, das garantias e até da participação.

Fioravante (2009, p. 15) ao fazer um perfil histórico do constitucionalismo, diferencia-o entre “constitucionalismo original” e “constitucionalismo das revoluções”. Conforme este autor (2009, p. 5-6) o constitucionalismo surgiu com o objetivo de limitar, ou seja, estabelecer regras aos poderes públicos colocados em uma posição de centralidade nos territórios a partir de Século XIV. O que caracteriza a história constitucional europeia é o fato de que o processo de concentração das autoridades públicas no território, da utilização do uso da força para cobrança de impostos e administrar a justiça, desde o início, é acompanhado com a necessidade de definir

⁹ Petição de direitos - proteções individuais contra ações específicas do Estado.

¹⁰ Garantia da liberdade individual contra a prisão ilegal, abusiva ou arbitrária.

¹¹ Declaração de Direitos com a finalidade de limitar o poder exercido pelo Estado e defesa dos direitos dos comuns.

¹² Lei para a limitação da coroa apenas para protestantes e melhorar garantia dos direitos e liberdades do cidadão.

regras e limites, na forma escrita e por meio de instrumentos de assembleias representativas, parlamentos ou cortes. Este é o 'constitucionalismo original', que já se trata de 'constitucionalismo', pois estava orientado para o propósito fundamental da limitação de poder para fins de garantia, mas que, no entanto, não havia conhecido a dimensão que seria decisiva no períodos posteriores, que é o princípio de igualdade.

O constitucionalismo das origens não engloba além igualdade, as ideias de poder soberano e de direitos individuais. É a formulação mesmo de documentos, a constituição, que busca uma estabilidade social no período de transição a Idade Média para a Idade Moderna. Tornando-se então a semente para o desenvolvimento do conceito de direitos fundamentais e liberdade individual, como também a ideia de uma estrutura do Estado para o bem comum.

A grande diferença no constitucionalismo das revoluções, com relação ao original, é o princípio da igualdade elaborada com base nas doutrinas jurídicas modernas não naturalista, em versões mais extremas, a exemplo das ideologias formadas por Hobbes e Rousseau, ou mais moderado, como de Locke e Kant. Dessas diferentes versões deriva também soluções constitucionais, para sublinhar a garantia inerente à vontade geral e, na primazia do direito geral e abstrato, ser capaz de desenvolver formas de direção moderada e equilibrada, ou técnicas limitantes de poderes, inspirados por uma lógica subjacente de um antidespótico. A complexidade do constitucionalismo das revoluções leva as diferentes soluções propostas com instrumentos diferentes. No entanto, todos com um objetivo comum: a garantia dos direitos individuais e a realização do princípio da igualdade. (FIORAVANTE, 2009, p. 7).

O constitucionalismo das revoluções foi ancorado pela constituição Americana e a Francesa no século XVIII. Nesta época surgem elementos fundamentais para a evolução do constitucionalismo baseado na igualdade entre os homens livres, no estado de natureza e os direitos naturais metafísicos são transformados em objetivos morais a serem alcançados.

O constitucionalismo norte-americano, marcante na história das colônias da América do Norte, foi grande influenciador com a *Declaration of Rights* do Estado de Virgínia de 1776 e a Constituição da Confederação dos Estados Americanos de 1781. Esse constitucionalismo evidenciou acentuada significância para nações que emergiam de regimes autoritários e totalitários, considerando a existência de uma constituição escrita e rígida, contendo uma declaração dos direitos humanos e,

sobretudo, um tribunal constitucional que busca tornar esses direitos efetivos. Nesta direção, influenciaram governos na Áustria (1945), Itália (1948, mas o Tribunal só entrou em funcionamento em 1955), República Federal da Alemanha (1949) e o Japão (1947). Estendeu-se os princípios, também, à Grécia (1975), Portugal (1976), Espanha (1978), e agora é generalizado nos cinco continentes expandindo inclusive para alguns países Europa Oriental, como Polônia e Hungria. (MATTEUCCI, 1997, p. 163-164).

No constitucionalismo moderno, a constituição foi fundamentalmente concebida como ordenação sistemática e racional da comunidade através de documento escrito. Efeito racionalizador, efeito estabilizante, efeito de segurança jurídica e de calculabilidade, efeito de publicidade, são, em maior ou menor medida, os objectivos que se desejavam obter através da fixação do conteúdo constitucional num ou vários documentos escritos — constituição instrumental. Fala-se, pois, de constituição instrumental para se aludir à lei fundamental como texto ou como documento escrito [...]. (CANOTILHO, 1993, p. 65).

No dizeres de Melquior (2016, p. 47), esse corpo de formulações teóricas que defendem um Estado constitucional, entendido por uma autoridade nacional central com poderes bem definidos e limitados e um bom grau de controle pelos governados, devora uma ampla margem de liberdade civil, pode ser toscamente entendido como liberalismo clássico ou o liberalismo em sua forma histórica original.

A luta formativa do liberalismo foi a reivindicação de direitos – religiosos, políticos e econômicos – e a tentativa de controlar o poder político. A cultura moderna é normalmente associada a uma profusão de direitos individuais; historicamente, podemos dizer que a liberdade se relaciona com o advento da civilização moderna, primeiro no Ocidente e, depois, em outras partes do mundo. Parece seguir-se a fórmula de que liberdade é igual a modernidade que é igual a individualismo. Sem medo de errar, podemos procurar as raízes do liberalismo na experiência histórica da modernidade. (MELQUIOR, 2016, p. 47).

Após revolução Americana e Francesa, aparece o constitucionalismo liberal e traz como característica a ideia de uma soberania limitada com os direitos fundamentais individuais. Também, há um fortalecimento da supremacia da lei e do Estado passa a ficar com sua superioridade limitada.

Fioravante (2009, p. 35) ao explicar o constitucionalismo da era liberal, relata o problema da revisão da constituição, ou seja, o poder do povo soberano, que deu vida à constituição, para proceder à sua reforma. Tratava-se de uma norma que não restringia o livre arbítrio do povo soberano e a possibilidade de mudança constante da constituição foi proclamada como norma suprema, ficando a mercê das circunstâncias do momento. Havia uma produção sucessiva de constituições, que com a produção de uma por detrás da outra, acabou paradoxalmente por demoli-la, pois era reduzida

a solução política do momento e válida enquanto houvesse aquele equilíbrio político particular que a dera origem.

Nos dizeres de Canotilho (1993, p. 257), as constituições liberais exaltam os direitos fundamentais do homem, porém chancelada de individualismo. A noção de indivíduo além de ser tratado como sujeito da autonomia individual, moral e intelectual, parece ser emancipado quanto a propriedade de sua própria pessoa, das suas capacidades e dos seus bens, é a liberdade econômica no meio da livre concorrência.

A intervenção do poder público na sociedade era vista pelos liberais como inimiga da liberdade individual. Qualquer restrição de um em favor do coletivo era considerada ilegítima. Essa raiz individualista do Estado liberal era reproduzida pela burguesia, que já tinha poder econômico e preconizava a interferência mínima do Estado na vida social, com pretextos da liberdade contratual ser um direito natural dos indivíduos. (DALLARI, 2011, p. 261).

Com as ideias liberais disseminadas no mundo, ao Brasil, logo após a proclamação da independência foi exigido uma constituição. Havia uma proposta federativa que chegou a ser discutida na efêmera existência da assembleia constituinte. Contudo, a assembleia foi dissolvida pelo Imperador em 1823, e ele outorgou em 1824 a primeira constituição brasileira, ou seja, de forma impositiva. Isso contrariava o que vinha acontecendo em outras nações, visto que no Brasil foi adotado um modelo de Estado unitário e centralizador. Com o fim do Império em 15 de novembro de 1889, o primeiro presidente da República, Marechal Deodoro da Fonseca, transforma as províncias em Estados federados e em 1891 é promulgada a Constituição, adotando como forma de governo a República Federativa sob o regime representativo. (TAVARES, 2012, p. 1110-1111).

O projeto liberal possibilitou o progresso, a valorização do indivíduo como centro e ator fundamental do jogo político e econômico e técnicas de poder baseado no direito estatal. Por outro lado, estas circunstâncias geraram uma postura ultra individualista sustentada por um comportamento egoísta. Ainda, a formação do proletariado, em consequência da Revolução Industrial, e suas sequelas fora devastadoras, a exemplo da urbanização sem os cuidados com um espaço público sustentável, precárias condições de trabalho, ineficácia segurança pública, de saúde etc. (STRECK; MORAIS, 2006, p. 69-70). O resultado de tudo isso, a própria história da humanidade confidenciou, pois foram um extremismo e rigidez altamente elevados, chegando a conduzir as nações às guerras e totalitarismos que devastaram o mundo.

Diante da incapacidade do constitucionalismo liberal atender as demandas sociais, as nações encontram subterfugio na promoção dos direitos coletivos, dando início ao Estado, agora com foco na promoção social e organização da economia. Neste período, começa o marco do constitucionalismo democrático. Conforme Fioravante (2009, p. 47-48), o século XX marca o início das Constituições democráticas incluindo as clássicas liberdades individuais e os novos direitos de conteúdo social, a começar pela alemã de Weimar em 1919, posteriormente as francesas de 1946 e 1958, a italiana de 1948 e o alemão Grundgesetz de 1949, até a Constituição espanhola pós-Franco de 1978.

Durante a Revolução Francesa houve uma tendência democrática, mas se tornou extrema. A Constituição Jacobina na França em 1793, sancionou o domínio do povo soberano e seus mandatários sobre os demais poderes e sobre a própria constituição. Essa explosão revolucionária mostrou a toda a Europa que à máxima expansão do princípio democrático, da soberania popular e do princípio da igualdade, correspondia a uma obscuridade da supremacia da regra fundamental, do equilíbrio dos poderes e da constituição como limite e garantia. (FIORAVANTE, 2009, p. 48).

Nota-se com isso a necessidade de um controle de constitucionalidade que ancore qualquer tentativa que possa ferir a dignidade da pessoa humana. com isso os tribunais constitucionais, tendo a constituição na condição de superioridade da demais leis, fazem a verificação da conformidade de um ato em relação à norma constitucional, diferentemente do realizado na era liberal.

No constitucionalismo democrático, segunda metade do século XX, a democracia aceita disciplinar-se dentro da constituição e, da mesma forma, esta concorda que sua própria origem política seja da derivação da vontade do povo soberano. Partindo do modelo de Weimar, as democracias constitucionais em regra são social-democracias, visto que consideram o trabalho, a educação e a assistência como bens constitucionalmente abrigados. O que importa é que o poder é limitado, independente do objetivo a ser alcançado, mesmo os de derivação popular direta. Para tanto, a revisão judicial torna-se absolutamente imprescindível, e se manifesta pelo controle da constitucionalidade. (FIORAVANTE, 2009, p. 49).

A democracia constitucional é, por seu caráter intrínseco historicamente dado, uma democracia pluralista. Desta forma, a representação do exercício do poder constituinte torna-se um processo aberto, entre diferentes sujeitos, partidos políticos, forças sociais, grupos de interesse. “A democracia não pode ser descrita como uma

besta domesticada que docilmente entra no cerco da constituição”. Ela deve entrar conscientemente nesse cerco, para que, nos limites da Constituição democrática, seja possível uma expansão renovada do princípio democrático, com ênfase no princípio da igualdade, com a universalização dos direitos políticos e a constitucionalização direitos sociais. (FIORAVANTE, 2009, p. 50-51).

No constitucionalismo democrático o conceito de democracia passa a ser um dos principais pilares do Estado e o foco deixa de ser, exclusivamente, os direitos individuais e fundamentais, sem, contudo, deixá-los de lado. A caracterização se dá pela pluralidade dos partidos políticos, a igualdade passa por interpretações não exclusivamente formal, mas sim material, fortalecendo a ideia de que na prática todos devem ser iguais, enaltecendo o respeito as diferenças na sociedade, sendo o Estado obrigado a respeitar e garantir a igualdade social. Além disso, há também uma constitucionalização dos direitos sociais que devem esta positivados na carta constitucional.

Ao pensar no constitucionalismo do “por vir”, o jurista argentino José Roberto Dromi Casas (1997 *apud* TAVARES, 2012, p. 37) explica que o futuro do constitucionalismo “[...] deve estar influenciado até identificar-se com a verdade, a solidariedade, o consenso, a continuidade, a participação, a integração e a universalização”. Parece simples de ser concretizado, visto a necessidade de deixar a hipocrisia de lado e trabalhar, conforme os dizeres de Tavares (2012, p. 37), o “constitucionalismo da verdade”. Nesta referência existem duas categorias de normas a serem analisadas:

Uma parcela, que é constituída de normas que jamais passam de programáticas e são praticamente inalcançáveis pela maioria dos Estados; e uma outra sorte de normas que não são implementadas por simples falta de motivação política dos administradores e governantes responsáveis. (DROMI, 1997 *apud* TAVARES, 2012, p. 37).

As normas que jamais passam de programáticas e inalcançáveis pela maioria dos Estados, Tavares (2012, p. 37) diz precisam ser extirpadas da constituição, podendo apenas considerar como “[...] objetivos a serem alcançados a longo prazo, e não como declarações de realidades utópicas, como se bastasse a mera declaração jurídica para transformar-se o ferro em ouro”. Parece que muitas normas são postas buscando uma finalidade, que seria lindo que acontecesse, porém fica na falta de instrumento para alcançar o que se deseja. E, ainda, há as normas que não são praticadas por falta de motivação política dos administradores e governantes. Essa,

devem ser cobradas do Poder Público com mais força, com “[...] a participação da sociedade na gestão das verbas públicas e a atuação de organismos de controle e cobrança, como o Ministério Público, na preservação da ordem jurídica e consecução do interesse público vertido nas cláusulas constitucionais”.

A partir do século XVIII, começa o caminho dos direitos contemplados pela escrita (Direito Positivo). A doutrina os divide em dimensões ou gerações de direitos. Os de primeira geração são “os direitos civis e políticos de garantia, de cunho individualista voltados para tutelar a diferença entre Estado e Sociedade e impedir a dissolução do indivíduo num todo coletivo”. Aqueles conhecidos de segunda geração é “[...] os econômicos, sociais e culturais concebidos como créditos dos indivíduos com relação à sociedade, a serem saldados pelo Estado em nome da comunidade nacional”. (LAFER, 1997, p. 57). Quanto aos direitos de terceira geração Bonavides (2011, p. 569) explica:

[...] um novo pólo jurídico de alforria do homem se acrescenta historicamente aos da liberdade e da igualdade. Dotados de altíssimo teor de humanismo e universalidade, os direitos da terceira geração tendem a cristalizar-se no fim do século XX enquanto direitos que não se destinam especificamente à proteção dos interesses de um indivíduo, de um grupo ou de um determinado Estado. Têm primeiro por destinatário o gênero humano mesmo, num momento expressivo de sua afirmação como valor supremo em termos de existencialidade concreta. Os publicistas e juristas já os enumeram com familiaridade, assinalando-lhe o caráter fascinante de coroamento de uma evolução de trezentos anos na esteira da concretização dos direitos fundamentais. Emergiram eles da reflexão sobre temas referentes ao desenvolvimento, à paz, ao meio ambiente, à comunicação e ao patrimônio comum da humanidade. Uma é a revolução da fraternidade, tendo por objeto o Homem concreto, a ambiência planetária, o sistema ecológico, a pátria-universo. A outra é a revolução do Estado social em sua fase mais recente de concretização constitucional, tanto da liberdade como da igualdade.

Esta questão do entendimento das mudanças, no decorrer da história, do constitucionalismo é importante para analisar o momento atual e fazer uma análise, a fim de entender cenários que podem rodear a humanidade, prevenindo atos que atentem contra a democracia, e efetivar os direitos fundamentais.

O sofrimento da humanidade, a violência social, o desemprego, o subemprego, e a informalidade, a descrença no poder absoluto da razão, o desprestígio das instituições e do próprio Estado, a crise de valores, a necessidade de se recorrer a ensinamentos do Evangelho do Cristo de Deus, como único alívio imediato dos males humanos, a fome, as doenças dizimando as massas, o avançado desenvolvimento tecnológico e científico, os novos recursos da comunicação e da informática, o império dos bens de consumo e os questionamentos éticos relativos a engenharia genética são alguns dos fatores que tendem a influenciar o ato de feitura das constituições do porvir. (BULOS, 2015, p. 97-98).

José Roberto Dromi (1997, *apud* BULOS, 2015) num exercício explicar sobre épocas vindouras do constitucionalismo, enaltece seis valores que devem ser identificados por meio de um consenso democrático, sendo eles:

- Veracidade: as constituições não poderão mais conter promessas impossíveis de serem realizadas, gerando falsas expectativa. Somente será constitucionalizado o que se necessita, se requer e que pode ser realizado;
- Solidariedade: trata-se de uma nova ideia de igualdade, baseada na solidariedade dos povos, sem discriminações e firmada na dignidade da pessoa humana e na justiça social;
- Continuidade: aqui tem relação direta com a irretroatividade das conquistas já consolidadas. Ao se reformar a Constituição o sentido original não deve ser destruído, e sim fortalecendo as vigas-mestras, conforme a evolução humana;
- Participatividade: participação efetiva participação dos corpos intermediários da sociedade. É o povo atuando de forma ativa, integra, equilibrada e responsável nos negócios do Estado, consagrando-se a noção de democracia participativa e de Estado de Direito Democrático;
- Integracionalidade: são órgãos supranacionais previstos nas constituições com a finalidade de desenvolver o Estado com a implementação de uma integração espiritual, moral, ética e institucional entre os povos; e
- Universalização: é a atenção aos direitos fundamentais internacionais que estarão firmados nas constituições futuras, afastando toda forma de desumanização, fazendo valer o princípio da dignidade da pessoa humana de maneira universal.

Embora o reconhecimento da dimensão e da força, cada vez mais presente na atualidade, da integração econômica e cultural dos povos no mundo, algumas discussões, de intenso valor, rodeiam o tema da globalização. Boaventura de Sousa Santos (2011, p. 26-27) doutrina que não se trata de um campo consensual, mas um intenso conflito de “grupos sociais, Estado e interesses hegemônicos”, por um lado, e grupos sociais, Estado de interesses subalternos por outro. “[...] os processos de globalização mostram-nos que estamos perante um fenómeno multifacetado com dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo”.

Isso dá a impressão que o Estado-nação parece ter perdido sua centralidade autônoma de iniciativa econômica, social e política. O que faz das soberanias dos

Estados mais fracos ficarem num contexto de ameaça, não mais pelos Estados mais poderosos, mas sim pelos atores transnacionais privados, como as financeiras internacionais e as empresas multinacionais. (SANTOS, 2011, p. 36-37).

Nota-se a necessidade de enaltecimento da democracia participativa por parte dos movimentos, visto que as instituições da democracia representativa nacional, sob a égide da globalização, estão subordinadas ao poder hegemônico global, ficando cada vez mais distantes da população. (SHETH, 2002, p. 110).

O fortalecimento da democracia é algo imprescindível para os tempos atuais. Por isso, a importância e necessidade de que na Constituição, base fundamental do constitucionalismo, esteja a positivação de direitos que possam ser alavancas para a construção de uma democracia saudável e pacificada. Uma efetiva constituição democrática.

3.1.1 Democracia e segurança: o direito a segurança pública no constitucionalismo democrático

Para tratar do assunto da democracia, utiliza-se, inicialmente, dos ensinamentos de Bobbio (2004, p. 7), que entende estar o reconhecimento e a proteção dos direitos do homem na base das constituições democráticas modernas.

Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e protegidos, não há democracia; sem democracia, não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos. Em outras palavras, a democracia é a sociedade dos cidadãos, e os súditos se tornam cidadãos quando lhes são reconhecidos alguns direitos fundamentais; haverá paz estável, uma paz que não tenha a guerra como alternativa, somente quando existirem cidadãos não mais apenas deste ou daquele Estado, mas do mundo. (BOBBIO, 2004, p. 7).

Neste pensamento, a democracia trata de uma sociedade dos cidadãos e, como pressuposto para a paz, há uma necessidade de que todos tenham seus direitos reconhecidos e protegidos, para uma concreta e harmoniosa convivência humana. Trata-se de um instrumento para a realização dos valores essenciais de convivência humana, sempre com ênfase na garantia dos direitos fundamentais e em um regime político em que o poder esteja protagonizado na vontade do povo. Neste sentido é importante a conceituação de José Afonso da Silva (2001, p. 129-130):

Democracia é um conceito histórico. Não sendo por si um valor-fim, mas meio e instrumento de realização de valores essenciais de convivência humana, que se traduzem basicamente nos direitos fundamentais do homem,

compreende-se que a historicidade destes a envolva na mesma medida, enriquecendo-lhe o conteúdo a cada etapa do envolver social, mantido sempre o princípio básico de que ela revela um regime político em que o poder repousa na vontade do povo. Sob esse aspecto, a democracia não é um mero conceito político abstrato e estático, mas é um processo de afirmação do povo e de garantia dos direitos fundamentais que o povo vai conquistando no correr da história.

A democracia está em constante construção e deve alargar sempre na direção de um sistema normativo, tendo como fundamento principal a soberania popular, em que todo o poder emana do povo, influenciando nas diretrizes do Estado diretamente ou por meio de seus representantes legítimos.

É importante, também, analisar o passado e entender que, em muitos momentos da história, a democracia foi interpretada de forma a causar dor e sofrimento nos seres humanos. Para isso, Pietro Costa (2012, p. 279) ela foi de fato alvo do nacional-socialismo e do facismo, ou seja, colocando a nação e o povo-raça, sobre o indivíduo. Nos anos trinta, as forças contra totalitarismo adotaram a democracia como um ponto de referência na oposição aos referidos regimes.

Para Costa (2012, p. 280) é necessário aspirar uma democracia nova, que não seja uma restauração do passado, mas sim o início de uma ordem nova, capaz de contrapor, ao mesmo tempo, o totalitarismo e resolver os problemas deixados abertos pelo liberalismo do século XIX.

A democracia do século XIX tendia coincidir com a igualdade dos direitos políticos; a nova democracia pretende reclamar, para os cidadãos, não somente os direitos políticos, mas uma multiplicidade muito mais articulada de direitos. Na realidade, mesmo no século XIX, quem lutava pelo sufrágio universal lutava também, de fato, pelos outros direitos implicitamente ligados àquela luta, como a liberdade de palavra e de associação. (COSTA, 2012, p. 280).

Partindo para o cenário nacional, o Brasil também tem sua história no chamado constitucionalismo democrático, na busca de conquistar, além dos direitos políticos, uma cidadania fortalecida com respeito aos direitos fundamentais.

[...] referido como Estado constitucional ou, na terminologia da Constituição brasileira, como Estado democrático de direito, ele é o produto da fusão de duas ideias que tiveram trajetórias históricas diversas, mas que se conjugaram para produzir o modelo ideal contemporâneo. Constitucionalismo significa Estado de direito, poder limitado e respeito aos direitos fundamentais. Democracia, por sua vez, traduz a ideia de soberania popular, governo do povo, vontade da maioria. O constitucionalismo democrático, assim, é uma fórmula política baseada no respeito aos direitos fundamentais e no autogoverno popular. E é, também, um modo de organização social fundado na cooperação de pessoas livres e iguais. (BARROSO, 2018, p. 1-2).

No preâmbulo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foram enunciadas o direcionamento ideológico a ser seguindo pelo constituinte, cujo compromisso é da sustentação de uma sociedade democrática, pluralista e orientada à promoção dos direitos individuais e sociais. Ele começa ressaltando o fato de que a Constituição foi elaborada por representantes do povo, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte, o que fortalece o fundamento da democracia representativa, deixando claro que é o povo que estava decidindo e instituindo o Estado Democrático. (DALLARI, 2001, p. 267-268).

O constitucionalismo democrático brasileiro é consagrado no art. 1º da CRFB/88. Estabelece que a República Federativa do Brasil é forjada no Estado Democrático de Direito. Segundo Luís Roberto Barroso (2019, p. 101), este percurso brasileiro é a síntese histórica dos conceitos de constitucionalismo e democracia. O primeiro significa, em essência, limitação do poder e supremacia da lei e o segundo se traduz em soberania popular e governo da maioria.

O Estado Democrático de Direito tem um conteúdo transformador da realidade, não se restringindo, como o Estado Social de Direito, a uma adaptação melhorada das condições sociais de existência. Assim, o seu conteúdo ultrapassa o aspecto material de concretização de uma vida digna ao homem e passa a agir simbolicamente como fomentador da participação pública no processo de construção e reconstrução de um projeto de sociedade, apropriando-se do caráter incerto da democracia para veicular uma perspectiva de futuro voltada à produção de uma nova sociedade, onde a questão da democracia contém e implica, necessariamente, a solução do problema das condições materiais de existência. (STRECK; MORAIS, 2006, p. 97).

E nesse sentido de participação do cidadão na construção e reconstrução da sociedade, mais precisamente partindo da construção da relação de confiança entre a Polícia Militar e a comunidade em uma esfera local, que é foco deste estudo. Visto, pois, que vai analisar (no próximo capítulo) o programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina realizado em Criciúma.

O art. 14 da CRFB/88 trata da soberania popular, ou seja, do poder exercido pelo povo por intermédio do sufrágio universal e pelo voto direto e secreto. Este direito é estendido a todos independente de raça, sexo ou condição social, e tem o mesmo valor para todos. Outra marca é o exercício da soberania popular, de acordo com a lei, nos plebiscitos, referendo e iniciativa popular. (BRASIL, [2020]). Isso, confere formalmente ao sistema político do constitucionalismo democrático brasileiro o primado da soberania popular.

A Constituição brasileira de 1988 é retrata o marco do constitucionalismo democrático brasileiro, considerando a referência formal civilizatória, social nacional, democrática, dirigindo o ser humano ao centro de convergência de todo o aparato constitucional. As diretrizes jurídicas balizadas pela Carta Magna conduzem para a construção da cidadania, com inclusão de direito e deveres individuais e coletivos, como também, os direitos sociais, estabelecidos nos art. 5º e art. 6º da CRFB/88, respectivamente.

Os direitos e garantias fundamentais preceituados no art. 5º tratam de assegurar que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes”. Já no art. 6º da Carta Magna é tratado dos direitos sociais, os quais “[...] a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, [2020]).

Mesmo com os avanços formais do texto constitucional, a situação de fato é falta de materialidade do que está estabelecido. Permanece no Brasil uma desigualdade abissal, com recordes mundiais de concentração de renda e déficits dramáticos em moradia, educação, saúde, saneamento. O país é constantemente mergulhado em corrupção, deficiências nos serviços públicos em geral e há patamares de violência que tiram mais vidas que qualquer guerra. E os desprovidos financeiramente são os que mais sofrem com todo esse descaso. (BARROSO, 2019, p. 412).

A previsão formal da democracia, dos direitos humanos e fundamentais, nas Constituição de 1988, incorporada a uma espécie de patrimônio universal cultural, político, ético e jurídico comum, aparentemente não saíram dos textos normativos, dos livros, artigos científicos e do ambiente acadêmico (SARLET, 2018, p. 20-21). Essa falta de substancialidade dos direitos constitucionais, acabam por desaguar em algum momento na segurança pública.

[...] o que se percebe em cada vez maior escala, é que a falta de efetividade dos direitos (e a correspondente crise) conduz a uma crescente desvalorização de sua força normativa e na falta de confiança no discurso dos direitos fundamentais e nas próprias promessas e instituições do constitucionalismo democrático de direito, que nutre a intolerância, o sectarismo, a radicalização extrema, dentre tantos outros problemas vivenciados pelo Brasil [...] (SARLET, 2018, p. 24).

Em que pese a ultra dimensão dos problemas, que ultrapassam as atribuições de resolução dos órgãos de segurança pública, é necessário por parte desses o conhecimento das demandas sociais que surgirem, bem como a causas e consequências em virtude da mitigação dos direitos constitucionais. Pois, a própria ineficiência do Estado, mais cedo ou mais tarde, vai inferir no direito de segurança pública das pessoas.

O direito a Segurança Pública é instrumento de garantia dos outros ramos: direito natural, supra-estatal, positivo: constitucional e infraconstitucional. Ad exemplum: o direito a soberania, à cidadania, à dignidade humana, aos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e ao pluralismo político como fundamentos do Estado Democrático de Direito (CF, art. 1º, I a V); bem como ao direito à vida, à liberdade, à igualdade, à própria segurança e à propriedade como garantias fundamentais (CF, art. 5º, caput). (SANTOS, 2006, p. 98).

Assim, a Segurança Pública como instrumento de garantia deve tratar o problema de forma transversal e integrada, visto a correspondência em várias áreas do poder público. O foco não deve ser a repressão, mas, principalmente, a prevenção. E, neste caso, a instituição com a missão constitucional de preservação da ordem pública é a Polícia Militar, devendo identificar as demandas e, em parceria, buscar soluções junto aos poderes constituídos.

Importante frisar que a Ordem Pública deve estar de acordo com os preceitos constitucionais da democracia, direitos humanos e direitos fundamentais. Então, quando qualquer dos princípios basilares da Carta Magna estiverem mitigados, a própria segurança, como direito fundamental, estará sendo afetada, devendo a Polícia Militar não se eximir de sua responsabilidade para com o cidadão. Contudo, o que acontece é a falta, por parte de algumas polícias dos Estados, do conhecimento da missão estabelecida na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Encaixando o sentido da Constituição brasileira e a responsabilidade do Estado para uma excelente harmoniosa convivência humana, o entendimento do professor Schmidt (2016, p. 56) encaixa perfeitamente na explicação de que o Estado tem a função de promover a paz, regular a economia e articular e coordenar as políticas públicas. Além disso, ele deve evitar a hegemonia dos interesses particulares sobre o interesse público, analisar os interesses específicos em prol do bem comum e tolher aqueles que lhe são incompatíveis.

Ainda, quanto à execução dos serviços públicos é importante que sejam os mesmos prestados em cooperação entre entes estatais, do terceiro setor e do setor privado. Essa cooperação reforça a pluralidade socioeconômica e política e ao mesmo

tempo consolida a ideia de que há um bem comum construído pelas diferentes esferas. Nesse caminho, a Polícia Militar, atuando conforme a missão constitucional, deve formentar parcerias e estimular aos cidadão a política de cidadania.

3.2 A POLÍTICA DE CIDADANIA NA SEGURANÇA PÚBLICA.

O sociólogo Thomas Humphrey Marshall¹³ (1967, p. 64), ao descrever sobre “O desenvolvimento da cidadania até o fim do século XX”, dividiu o conceito de cidadania em três partes, ou elementos: civil, político ou social.

O elemento civil é composto dos direitos indispensáveis a liberdade individual – liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito a propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros devido o encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais intimamente associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político, como um membro de um organismo investido da autoridade política ou como um eleitor dos membros de tal organismo. As instituições correspondentes são o parlamento e conselhos do Governo local. O elemento social se refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais. (MARSHALL, 1967, p. 64-65).

Os direitos sociais, que no passado tinham se enraizado nas comunidades locais, foram, pouco a pouco, sendo dissolvidos pela mudança econômica, até que nada restou senão a lei dos pobres (*poor law*)¹⁴, que embora fosse administrado localmente se institucionalizou nacionalmente na Inglaterra na época. Quando as instituições (tribunais, parlamento, governo e etc.), de que dependiam os três elementos (civil, político ou social) da cidadania, desligaram-se entre si, cada um deles seguiu um caminho e velocidade individual sob a direção dos seus próprios princípios

¹³ O sociólogo Thomas Humphrey Marshall, após uma conferência dedicada a Alfred Marshall (The Marshall Lectures), em Cambridge, no ano de 1949, publicou, no ano seguinte, um ensaio que que foi utilizado como ponto de partida para o desenvolvimento de uma série de considerações a respeito dos conceitos de cidadania e classe social no século XX.

¹⁴ “Poor Laws ou Lei dos Pobres era um conjunto de regras assistenciais que visava fornecer auxílio aos mais necessitados. Tanto a Old Poor Law (1601) como a New Poor Law (1834), tinham por objetivo principal prestar assistência social para aqueles indivíduos que comprovadamente não possuíam condições de sustentar a si próprios e nem parentes e amigos a quem pudessem recorrer. O principal critério eletivo para o recebimento de tais auxílios era a pobreza extrema e, para recebê-los, seus beneficiários deveriam prestar serviços obrigatórios em instituições de caridade. Com forte caráter estigmatizante, ambas as leis ficaram sobre a administração das igrejas e das instituições de caridade que vasculhavam e vigiavam a vida de seus beneficiários como uma forma de garantir que os mesmos se adequassem às normas e aos padrões do mundo burguês.” (ALVES, 2015).

peculiares. As instituições, de caráter nacional e especializado, não poderiam pertencer tão intimamente a vida dos grupos sociais, a qual elas serviam, como aquelas que eram locais ou de um caráter geral. (MARSHALL, 1967, p. 65).

A distância do Parlamento era devida ao tamanho de sua assembleia; a distância dos tribunais era devida aos tecnicismos do direito e de seu processo que fez com que o cidadão ordinário tivesse de lançar mão de especialistas para orienta-lo quanto a natureza de seus direitos e para auxiliá-lo a obtê-los. (MARSHALL, 1967, p. 65).

Quando há esse distanciamento dos três elementos da cidadania, em seguida começam a se tornarem estranhos entre si, isso foi tão intenso e perceptivo que, sem distorcer os fatos históricos, é possível visualizar o período de formação de vida de cada um. Sendo os direitos civis vivido no século XVIII, os políticos perdurado no século XIX e os sociais experimentado no século XX. (MARSHALL, 1967, p. 66). Desta análise dos elementos que formam a cidadania, Jaime Pinski (2012, p. 9) explica o que é ser cidadão:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direito políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranquila. Exercer a cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais.

A história dos direitos civis é marcada, em seu período de formação, pela soma gradativa de novos direitos a um *status* que já existiam a todos os membros adultos da comunidade, com exceção das mulheres. Esse *status* se originou naturalmente como caráter democrático e universal pelo fato de que era essencialmente o *status* de liberdade. (MARSHALL, 1967, p. 68). Os direitos civis estão diretamente relacionados com a propriedade si mesmos, envolvendo os direitos das pessoas sobre seu próprio corpo, pensamento e vida. Foi reclamada a liberdade jurídica do cidadão, estando diretamente relacionados com o direito de ir e vir, com a liberdade de expressão e de se associar com outros indivíduos. Com esses direitos há uma diminuição do poder e da ação do Estado sobre as pessoas.

Sobre os direitos políticos, no século XVIII, era deficiente, não no conteúdo, mas, sim, na distribuição, considerando os padrões da cidadania democrática. No século XIX, o conceito de cidadania englobava a universalidade dos direitos civis, no entanto, os direitos políticos não estavam incluídos na cidadania, uma vez que, era privilégio de uma classe econômica. Nota-se que nenhum cidadão era proibido de votar, todos eram livres (direito civil – universalidade) para receber remuneração e

adquirir propriedades e assim gozar de seus direitos políticos. (MARSHALL, 1967, p. 69-70).

Com relação aos direitos sociais Marshall (1967, p. 70-71) explica que:

A participação das comunidades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais. Esta fonte foi complementada e progressivamente substituída por uma *Poor Law* (Lei dos Pobres) e um sistema de regulamentação de salários que foram concebidos num plano nacional e administrados localmente. Este último — o sistema de regulamentação de salários — entrou rapidamente em decadência no século XVIII, não apenas porque a mudança industrial o tornou impossível do ponto de vista administrativo, mas também porque era incompatível com a nova concepção de direitos civis na esfera econômica, com sua ênfase no direito de trabalhar onde e em que fosse do agrado do indivíduo e sob um contrato livremente estipulado. A regulamentação de salários infringia esse princípio individualista do contrato de trabalho livre.

A cidadania se desenvolveu, no primeiro momento, com a construção do princípio da igualdade, em que teoricamente todos os homens era livres e com possibilidade de gozar de direitos que foram se desenvolvendo com o passar do tempo. Cada um, com seu *status* individual, detinha o poder de participar na concorrência econômica como uma unidade independente. Isso possibilitou o argumento da negação à proteção social com base na suposição de que o homem estava capacitado a proteger a si mesmo. Os direitos de cidadania, na sua formação inicial, “[...] não estavam em conflito com as desigualdades da sociedade capitalista; eram, ao contrário, necessários para a manutenção daquela determinada forma de desigualdade”, visto que os direitos civis eram indispensáveis para uma economia de mercado competitivo. (MARSHALL, 1967, p. 79).

A cidadania exige um elo de natureza diferente, um sentimento direto de participação que é um patrimônio comum. Compreende a lealdade de homens livres, imbuídos de direitos e protegidos de uma lei comum. Seu desenvolvimento é estimulado tanto pela luta para adquirir tais direitos quanto pelo gozo dos mesmos, uma vez adquirido. (MARSHALL, 1967, p. 84).

Na segurança pública, assunto central desse estudo, esta participação do cidadão está positivada na Constituição da República Federativa do Brasil quanto preceitua a responsabilidade de todos. Nesse sentido, além de possibilitar o exercício da participação cidadã, há uma obrigação para que todas as pessoas sejam ativas na consolidação efetiva de uma política de cidadania.

Se se invoca a cidadania em defesa dos direitos, as obrigações correspondentes da cidadania não podem ser ignoradas. Estas não exigem que um indivíduo sacrifique sua liberdade individual ou se submeta, sem motivo, a qualquer exigência feita pelo Governo. Mas exigem que seus atos sejam inspirados por um senso real de responsabilidade para com o bem-estar da comunidade. (MARSHALL, 1967, p. 104).

O professor da Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo Fabior Konder Comparato (1993) ao buscar um sentido para a questão da cidadania nos tempos hodiernos, traça uma reflexão histórica sobre a cidadania greco-romana, a do Estado Liberal e no Estado social. Na primeira, a participação dos cidadãos se fazia de forma direta, sem a mediação de representantes, porém, naquela época, cidadãos eram apenas aqueles homens que participam do funcionamento da cidade-Estado, ou seja, os titulares de direitos políticos.

Com a decadência da civilização greco-romana, houve uma supressão da cidadania no mundo ocidental em troca de um complexo de relações hierárquicas de dominação privada. Com o surgimento dos movimentos revolucionários contra o absolutismo, principalmente, os ingleses e franceses, há um restabelecimento da cidadania política anteriormente abolida pelo absolutismo monárquico, e, ao mesmo tempo se abaliza o reconhecimento de que todo indivíduo, independente de sexo e condição social, seja titular de seus direitos naturais, e que o Estado deve respeitar, em todo tempo e lugar. “A afirmação da naturalidade dos direitos humanos implica, correlatamente, a de sua universalidade”. (COMPARATO, 1993).

Comparato (1993) relata duas correntes de pensamento que a Assembleia Nacional Francesa encarou em 1789, devido a confluência de duas correntes de pensamentos político-ideológico. Uma foi a de John Locke, que considerava os cidadãos, em qualquer época e país, com os mesmos direitos fundamentais, ainda que não reconhecidos pelo Estado e, no norte estava Jean-Jacques Rousseau. Este tinha o entendimento de que no "estado civil" todos os direitos são fixados pela lei, como legítima expressão da vontade geral, diferente do estado de natureza. Dessa divergência nasce duas dimensões: a universalidade e a nacionalidade. “Todo homem é, doravante, protegido em seus direitos naturais, independentemente de sua nacionalidade; mas somente os nacionais são titulares de direitos políticos”.

O mecanismo de representação política do Estado liberal, mesmo com o sufrágio universal, não possibilitou ao cidadão intervir, de modo direto e oficial, no funcionamento das instituições públicas, pelo contrário, condenou-os a passividade com a soberania, independentemente de ser ela atribuída a nação ou ao povo, monopolizada pelos representantes eleitos. (COMPARATO, 1993).

A cidadania no Estado social está relacionada com o surgimento da sociedade de massas, que pôs em foco os interesses difusos sem levar em conta especificamente um grupo ou uma classe social. O autor aponta que “A idéia-mestra

da nova cidadania consiste em fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção social: é a idéia de participação”. (COMPARATO, 1993).

Entre algumas as opiniões ou propostas mais relevantes de Fabio Konder Comparato (1993) sobre a questão da nova cidadania, que estão diretamente relacionadas ao tema desse estudo, é a ideia-mestra da “[...] participação direta da pessoa humana e do povo no processo histórico de seu desenvolvimento e promoção social”. Além disso, é necessário que estejam tipificados, no ordenamento jurídico, normas que sejam destinadas a garantir aos cidadãos o exercício de direitos fundamentais e das prerrogativas ligadas à soberania popular.

Para o aperfeiçoamento da democracia, é necessário, nessa sociedade de massas, normas que regulem o direito de comunicação social, bem como a imperiosidade de regulamento para a concretização do princípio da participação da comunidade na gestão administrativa, a exemplo dos serviços de seguridade social e outros setores da administração pública. Para uma cidadania universal é imprescindível o reconhecimento da legitimidade ativa de pessoas, na defesa dos direitos humanos, que têm por objeto bens ou interesses de natureza transnacional. (COMPARATO, 1993).

Quanto à segurança pública dentro do contexto da cidadania, Comparato (1993) fortalece a ideia da polícia mais próximo dos cidadãos, inclusive com alteração do sistema policial para o nível dos municípios. Diz ele:

Para implementar o direito fundamental da pessoa humana à segurança, é indispensável descentralizar a organização policial para o nível dos municípios, bem como introduzir o sistema da eleição popular e *recall* ao chefe de polícia local, cuja atuação seria acompanhada por um conselho de cidadãos, igualmente eleitos pelo voto popular. (COMPARATO, 1993).

A importância de uma polícia voltada para os níveis locais, tendo por conhecimento as características de cada localidade e acompanhada por um conselho de cidadãos é extremamente importante para o fortalecimento de vínculos entre comunidade e os órgãos policiais.

Nesse sentido, é certo que uma polícia municipal possui vantagens por estarem mais próximas da realidade local. Porém, da mesma forma, também teria vantagens uma Justiça e um Ministério Público municipal, mas, ainda não há algo consistente, levando em consideração o sistema jurídico e social, que possa indicar o melhor caminho a seguir. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 101-102).

Neste caso, seria importante uma mudança de paradigma, alterando as regras atuais de uma democracia representativa elitista, tendo o Estado como uma única fonte do direito, para grau de maturidade e respeito direitos de processos comunitários. Para uma transição de tal valor, faz-se necessário das explicações do professor e doutrinador Antônio Carlos Wolkmer (2015, p. 402) sobre fundamentos para uma nova cultura no direito em que:

[...] o reconhecimento de outra cultura jurídica só pode ocorrer sob a condição de deslocamento, ruptura e transformação substancial com as formas tradicionais e centralizadoras de se fazer o “jurídico”. Daí que pensar em mudança paradigmática no Direito a partir de fundamentos de efetividade “material” e “formal” encaminha para uma proposta “prático-teórica” de pluralismo viabilizador das condições do Direito e da Justiça produzidos pela força do poder da sociedade.

Enquanto não chegar nessa maturidade política, social e jurídica, faz-se necessário, analisar que no Brasil os municípios tem pouca participação da receita tributária, dependendo, em grande medida, dos repasses dos governos estaduais e federal. A polícia é uma atividade bastante onerosa para os cofres públicos, tendo em vista a necessidade de preparação, remuneração e equipamentos, e com a criação de policiais municipais, sem a correspondente redistribuição dos recursos, o município tende a retirar recursos de outras áreas imprescindíveis para as comunidades locais (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 101-102).

Outra questão, que normalmente vem à tona, é o autoritarismo das estruturas policiais. Neste caso, David H. Bayley (2017, p. 87), em sua tese acadêmica comparativa, que analisa várias instituições policiais no mundo, explica que governos locais não são, necessariamente, menos autoritários que os centrais.

Se o grau de centralização da polícia for usado para indicar o autoritarismo político, então o caráter do regime e a estrutura do policiamento nacional estarão relacionados por definição. Por outro lado, se o caráter do regime e a estrutura de policial forem mantidos conceitualmente distintos, então é claro que a descentralização também é compatível com uma autoridade repressora. Governos locais não são necessariamente menos autoritários do que os centrais. Servos, escravos, dissidentes e não-conformistas de todos os tipos têm apreendido dolorosamente essa lição ao longo da história. As estruturas policiais não devem ser vistas como sintomas do caráter do governo, porque estruturas de comando idênticas podem acomodar regimes extremamente diferentes. (BAYLEY, 2017, p. 87).

É possível perceber a importância e necessidade de uma segurança pública voltada para os problemas das realidades locais. Isso está perfeitamente em consonância com as diretrizes constitucionais brasileiras. Então, considerando a forma como está estruturada a nação, e a carência de uma pluralidade normativa e jurídica de base local e participativa, é fundamental que as polícias militares estaduais

trabalhem de forma comunitária, possibilitando a todos o pleno exercício da cidadania no campo da segurança pública.

Esse trabalho realizado pela Polícia Militar de forma mais localizada, torna-se indispensável para entender as demandas de cada comunidade e possibilitar, de forma democrática, alternativas para a melhoria da segurança pública nas áreas ou aglomerados sociais que possuem características e interesses comuns.

Nota-se, que o processo de constante mudança da sociedade parece ter chegado em um momento de esgotamento do simples cumprimento de um direito positivo, por parte do Estado e de órgãos. Bonavides (2001, p. 8), com certa preocupação, explica que “[...] o velho e clássico Direito Constitucional do positivismo formalista e burguês professa uma neutralidade normativista já em fase de dissolução, descrédito e desintegração.” (BONAVIDES, 2001, p. 8). Por isso há necessidade de um fortalecimento da cidadania na Constituição e uma Polícia Militar construtiva, trabalhando em prol das comunidades, em busca da garantia dos direitos fundamentais.

Há quatro princípios cardeais que compõe a estrutura constitucional da democracia participativa. São eles, respectivamente: o princípio da dignidade da pessoa humana, o princípio da soberania popular, o princípio da soberania nacional e o princípio da unidade da Constituição. Cada um tem sua peculiaridade conceitual no contexto do sistema e todos são de suma importância para a nova hermenêutica constitucional. (BONAVIDES, 2001, p. 10).

É necessário a que as pessoas sejam parte do processo de construção de uma sociedade cada vez mais justa e democrática, para que se possa existir uma soberania popular. “Não há democracia sem participação. De sorte que a participação aponta para as forças sociais que vitalizam a democracia e lhe assinam o grau de eficácia e legitimidade no quadro social das relações de poder.” (BONAVIDES, 2001, p. 51).

Para o fortalecimento da democracia participativa é necessário um envolvimento dos cidadãos na gestão local e que os trabalhos dos agentes públicos sejam legitimados por aqueles. “O abraço com a Constituição aberta, onde, sem cidadania não se governa e sem povo não se alcança a soberania legítima. As derradeiras instâncias decisórias hão de permanecer ali sempre vinculadas à emancipação direta da vontade popular.” (BONAVIDES, 2001, p. 36).

A Cidadania está relacionada com a atuação do povo na sociedade e os direitos e deveres dos seres humanos. Uma forma dessa atuação é por meio da constituição. De acordo com Silva, Jaccoud e Beghin (2017, p. 247-248), a partir de 1988, houve grandes inovações institucionais, com as experiências dos conselhos de políticas públicas e de defesa de direitos no Brasil. A criação deles fez parte de uma onda democrática no Brasil e no mundo. Nessa estratégia foram e são depositadas as melhores energias de sujeitos políticos e movimentos sociais com compromissos democráticos.

Os autores Silva, Jaccoud e Beghin (2009, p. 374) ainda explicam que “[...] a participação social tem sido reafirmada no Brasil como fundamento dos mecanismos institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades, assim como a vigência dos direitos sociais”. Nessa perspectiva três enunciados sintetizam os sentidos que passa a tomar a participação no que se refere aos direitos sociais, à proteção social e à democratização das instituições que lhes correspondem:

- a) a participação social promove **transparência** na deliberação e visibilidade das ações, democratizando o sistema decisório;
- b) a participação social permite **maior expressão e visibilidade das demandas sociais**, provocando um avanço na promoção da igualdade e da equidade nas políticas públicas; e
- c) a sociedade, por meio de inúmeros movimentos e formas de associativismo, permeia as ações estatais na **defesa e alargamento de direitos**, demanda ações e é capaz de executá-las no interesse público. (SILVA; JACCOUD; BEGHIN, 2009, p. 375, sem grifo no original).

As normas constitucionais foram fortemente marcadas pela participação cidadã nas políticas sociais. Isso possibilita uma maior presença das pessoas na gestão de políticas públicas. Entretanto, o problema recai é na instrumentalização desses preceitos para satisfazer o bem comum, visto que o tema é amplo e complexo.

Para que a participação social seja ato contínuo e aberto a todos os cidadãos, é fundamental que as oportunidades para participar sejam múltiplas tanto no espaço como no tempo. Desse modo, as formas participativas devem estar presentes em múltiplas arenas, seja no Estado ou na sociedade civil, em suas múltiplas acepções. (FONSECA, 2019, p. 29).

A participação social deve estar presente tanto no âmbito de um governo regional, nacional e até mesmo global. Ela pode e deve ser promovida em múltiplos níveis, no entanto é no âmbito local que ela primeiro se manifesta e garante sua base de sustentação e legitimidade. (FONSECA, 2019, p. 30). Quanto à segurança, o tempo já comprovou, devido os problemas de violência urbana presentes na

sociedade, que o Estado sozinho não faz frente as demandas sociais de insegurança que assola as comunidades.

Esperar que o Estado, se chamado ou pressionado adequadamente, fará algo palpável para mitigar a insegurança da existência não é muito mais realista do que esperar o fim da seca por meio de uma dança da chuva. Parece cada vez mais claro que o conforto de uma existência segura precisa ser procurado por outros meios. A segurança, como todos os outros aspectos da vida humana num mundo inexoravelmente individualizado e privatizado, é uma tarefa que toca a cada indivíduo. A “defesa do lugar”, vista como condição necessária de toda segurança, deve ser uma questão do bairro, um “assunto comunitário” (BAUMAN, 2003, p. 102).

Por isso a necessidade de uma Participação social comunitária, em que as pessoas solidariamente sejam capazes de fortalecer o seu território e, assim, garantir a segurança pública, conforme prescreve a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

3.3 CONSTITUCIONALISMO CIDADÃO: O MARCO DO DIREITO CONSTITUCIONAL DO ESTADO COMO CÓDIGO PARA A PAZ E A POLÍTICA DE CIDADANIA NA SEGURANÇA PÚBLICA

O constitucionalismo avançou e modernizou, ou seja, pelo menos foi influente para a alimentação do pensamento, do conhecimento e da linguagem política de relações entre as pessoas surgindo divergências de pensamento e conflitos que marcaram a história da humanidade. É nessa esfera que Ferreyra (2017, p. 1048) fala do propósito da linguagem do direito constitucional de reduzir (visto que ninguém fica totalmente isento da força bruta irresistível individual ou à franca e desvalida mercê dos poderes fáticos) o âmbito do mais forte na busca de articular a paz, por se tratar do único processo que autoriza a coexistência de cidadãos com igual e semelhante dignidade.

É imprescindível entender a língua do direito constitucional do Estado como um código para a paz, sendo fundamental para a existência e integração harmônica dos cidadãos e servidores públicos. Nesse contexto, no marco de uma escrita sem despotismos, o discurso que contém as palavras “constituintes” deve estar aberto a realidade comunitária, e o governo dessa realidade deve ser pautado no consenso, sobre o marco de referência das determinações sobre a conduta humana. Isso deve ser tratado de maneira coerente, visto que a existência dos cidadãos na formação

precisa da língua constituinte do Estado deve configurar o próprio domínio de realidade. (FERREYRA, 2017, p. 1049).

O cidadão é o protagonista da língua do direito constitucional do Estado, e todo o trabalho na construção das normas deve estar focado nele.

A filiação desta escrita é de caráter normativista; quero dizer, que responde a um modelo de direito no qual somente se reconhece como tal a toda combinação de enunciados normativos e não normativos produzidos pelo sujeito autorizado a criar ou realizar a ordem jurídica da qual se tratar. Significa dizer, que essa compreensão executa-se no âmbito de um *constitucionalismo cidadão*, no qual a direção suprema da ordenação estatal que deve produzi-la reside nos cidadãos que integram o povo, os quais, em geral, possuem ideias diversas e, em muitas ocasiões, não coincidentes. (FERREYRA, 2017, p. 1049-1050).

De acorno com Maturana e Verden-Zöller (2004, p. 9), o que diferencia o ser humano dos demais animais é o modo de como aquele se relacionam uns com os outros e com o mundo que configura enquanto vive. Na atualidade, essa relação está positivada por meio de normas que formam a ordem jurídica, estas devem ser analisadas e constantemente direcionadas para a harmonia e o bem-estar dos cidadãos. Ferreyra (2017, p. 1050) explica que “[...] uma ordem jurídica constitucional deixaria de existir no momento preciso que deixasse de garantir a paz social”. Para o autor o único instrumento para a pacificação relativa na comunidade é o Estado constitucional.

O Estado constitucional é o único instrumento que dispõe a razão e a experiência humanas para procurar uma pacificação relativa na comunidade. O Estado constitucional é instituído por cidadãos livres e, também, sustentam-no por intermédio do processo democrático (um mero consenso geral, sobre regras gerais, em relação a quem governará) que abre, regula, capta e distingue a prevalência circunstancial de um estado de opinião cidadã majoritária, até nova ordem. Assim, a norma constitucional, processual, por excelência, pode ser uma verdadeira chave para instituir e ilustrar o processo da paz social. (FERREYRA, 2017, p. 1050).

Ferreyra (2017, p. 1050-1051) explica que “[...] A paz deve ser construída e sustentada pelos homens com fundamentos e progressividade”. Esta paz pode ter inúmeros significados e amplitude, porém neste caso se trata da paz interna, que tem relação direta com uma comunidade determinada, com “[...] claríssima expressão da soberania política e da autodeterminação. Nesse sentido, a paz interna constitui um pressuposto para a liberdade, a igualdade e a solidariedade [...]”.

Sobre o conceito de paz e seu vínculo com o direito, Ferreyra (2017, p. 1051) parte da tese que ambos (Direito e paz) são fruto da criação humana e ambos possuem identidade artificial. O direito pode entender basicamente como um conjunto de regras, “[...] que se materializa pelo discurso dos poderes estatais e constitui o meio

mais idôneo para perseguir um objetivo mínimo: a paz relativa, dado que se relaciona com uma comunidade determinada de homens”.

A paz, no contexto descrito, é o estado de coisas no qual por convicção e determinação não se faz uso da violência sem regulação centralizada e monopolizada. Assim, a produção da ordem descansa, ainda que, minimamente, na participação de cidadãos igualmente livres, que ficarão submetidos à própria ordem gerada. [...] o direito constitui uma das ferramentas mais específicas para tentar a resolução das disputas. (FERREYRA, 2017, p. 1052).

A cultura de paz é a linguagem atual que, além de estar presente nos ditames constitucionais, deve estar diretamente relacionada a segurança pública, sendo assim deve ser pauta constante nos planejamentos e treinamentos do órgão estatal que tem por missão a preservação da Ordem Pública, a Polícia Militar. A cultura da paz está intrinsecamente conexas à prevenção e à resolução de conflitos de forma não violenta, baseada em tolerância, solidariedade e fraternidade. Utilizando das palavras de Marlova Jovchelovitch Noleto (2010, p. 12) “A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a guerra e a violência inviáveis”, pode-se induzir esta cultura para as pessoas nas comunidades nos espaços locais, a fim de produzir uma harmonia social e uma melhor qualidade de vidas para todos no que tange a segurança pública.

Aliando este pensamento para uma ordenação das comunidades humanas, faz-se necessário que as normas positivadas, principalmente a Constituição, cumpram o papel de erradicar ou minimizar a violência e estabelecer uma ordem que possibilite a paz. Segundo o Farreyra (2017, p. 1053):

O direito procede diretamente da natureza humana. Significa o maior invento para a ordenação das comunidades humanas. Em seu interior, as Constituições são as tecnologias mais desenvolvidas que suportam toda a arquitetura da ordem instituída hierarquicamente através do escalonamento gradual de enunciados normativos. O direito é uma ordem para a erradicação, eliminação ou limitação máxima possível da violência como meio para afrontar os conflitos individuais ou plurais desenfiados numa comunidade de indivíduos. Ao regulamentar o poder estatal e definir a liberdade cidadã, pode-se erigir uma ordem para se obter a paz, uma paz relativa. Em resumo, o direito, por um lado, é a sintaxe da força e, por outro, pode se constituir numa apropriada semântica da paz. Sua morfologia sempre é positiva, entendida como a coisa que é, o fato da autoridade existente e que nos poupa de pensar em cantilenas metafísicas. [...] A paz é a condição necessária para qualquer outro fim: liberdade, igualdade ou fraternidade. O direito, então, é uma procura de ordenação da paz relativa de uma comunidade.

Falar em cultura de paz é referenciar os valores essenciais à vida democrática, como a igualdade, respeito aos direitos humanos, respeito à diversidade

cultural, justiça, liberdade, tolerância, diálogo, reconciliação, solidariedade, desenvolvimento e justiça social. (NOLETO, 2010, p. 12).

Paulo Bonavides (2006) ao escrever uma reflexão na Folha de São Paulo em 2006, dá ao sentido da paz o axioma da democracia, sendo ela o supremo direito da humanidade. Explica o autor que é necessário requerer o direito à paz como o da igualdade, da moralidade administrativa, da ética na relação política e da democracia no exercício do poder.

A ética social da contemporaneidade cultiva a pedagogia da paz. Impulsionada do mais alto sentimento de humanismo, ela manda abençoar os pacificadores.

Elevou-se, assim, a paz ao grau de direito fundamental da quinta geração ou dimensão (as gerações antecedentes compreendem direitos individuais, direito sociais, direito ao desenvolvimento, direito à democracia). (BONAVIDES, 2006).

O propósito de criar e realizar o direito pode consistir na arquitetura básica para a paz comunitária, contudo ele não é um instrumento neutro, já que sua normativa e aplicação vêm sempre precedidas de pressupostos filosóficos e ideológicos. “Uma sociedade controlada somente pelo direito é um ideal inalcançável, porque a observação e compreensão mundana da realidade que se objetiva, sem preconceito, o contradiz (em todos os tempos)”. Por outro lado, uma comunidade com leis sociais se orienta para sobreviver conforme a necessidade de conservação do grupo social. Nesse plano, atribui-se a cada indivíduo um poder próprio soberano, e se determina e delimita o poder de cada cidadão com relação ao poder próprio dos demais. (FERREYRA, 2017, p. 1054).

Luigi Ferrajoli (2011, p. 445) diz que é proibido o uso da força que não for disciplinado pelas normas legais. Isso significa que a lei é a negação da força desregulamentada e que a força desregulamentada é a negação da lei. Pode-se chamar esse princípio de "princípio da paz". Sobre o conceito de paz o Autor (2011, p. 837) explica:

‘Paz’ es la expectativa del no uso desregulado y ofensivo de la fuerza, garantizada en vía primaria por la correspondiente prohibición y, en vía secundaria, por la obligación, efecto de su ilícita violación, de un uso de la fuerza predispuesto por específicas normas hipotético-deónticas.¹⁵

Portanto, a paz é a expectativa da ausência de violência não regulamentada e consiste somente no uso da força regidas normalmente (monopólio legal força). Para

¹⁵ ‘Paz’ é a expectativa do uso não regulado e ofensivo da força, garantido primordialmente pela proibição correspondente e, secundariamente, pela obrigação, efeito de sua violação ilícita, de um uso da força predisposto por normas específicas hipotético-deontico.

Ferrajoli (2011, p. 837) esse monopólio jurídico requer, conseqüentemente, uma garantia primária e secundária por meio de dois imperativos, que são os princípios constitutivos do direito como ordenamento. O primeiro é a proibição, em geral, da força não regulamentada, ou seja, de guerra e crime, e o segundo é a obrigação de usar a força apenas nos casos em que é normativamente prevista como uma resposta, regulamentada e limitada a um ato ilegal.

A paz é, portanto, a expectativa da ausência de violência não regulamentada. Sendo então o princípio especificado como a exclusão da força, portanto, da violência, exceto nos casos em que o uso da força legalmente previsto e regulamentado como alternativa frete à uma violência maior que ocorreria na sua ausência. (FERRAJOLI, 2011, p. 838). A garantia da paz, juntamente com os direitos sociais e o respeito pelos direitos de liberdade e autonomia, são partes do que Ferrajoli (2011, p. 875) chama de dimensão "substancial" da democracia constitucional. Este é aquele sistema político cuja razão social é a garantia dos direitos vitais nela estipulados, que estão entre direitos fundamentais e paz, ou seja, a garantia da paz implica a garantia de todos os direitos configurados como vitais.

Trabalhar a dimensão substancial da democracia constitucional é imprescindível, a fim possibilitar limites e vínculos substanciais impondo a todos os poderes, públicos ou privados, a garantia de todos os direitos fundamentais, tanto de liberdade como sociais. Diferente da dimensão formal ou processual que se entende por autogoverno político (submissão às leis produzidas pelas próprias pessoas, as leis permanecem sempre heterônomas - sujeição do indivíduo à vontade de terceiros ou de uma coletividade - mesmo para as majorias que, direta ou indiretamente, as votaram) e autonomia privada (FERRAJOLI, 2011, p. 415).

A noção atual de democracia é a que se chama de formal ou processual, visto que a identifica, somente, a partir de formas e procedimentos adequados para garantir que as decisões produzidas sejam a expressão direta ou indireta dessa vontade. Em outras palavras, a democracia é identificada a partir do povo ou seus representantes como regras da maioria que formam as decisões, independentemente de seu conteúdo ou do que está sendo decidido, mesmo que tal conteúdo sejam reacionários, antissociais e até antidemocráticos. (FERRAJOLI, 2016, p. 95).

Clama-se uma perspectiva de democracia constitucional que deve ir além da simples dimensão formal, bem como reivindica-se uma demarcação substancial que ultrapasse um conceito simplista de governo do povo como um sujeito político, de um

sujeito macro que agrega as individualidades de cada um como uma vontade homogênea que despreza cada ser humano como unidade. É necessário um uma democracia efetiva com resultados claros e reais.

A Constituição é uma categoria jurídica única na existência da humanidade, e de tudo o que seja conhecido e criado pelos seres humanos, elas são o maior instrumento de ordenação da vida comunitária. Ao criar procedimentos cumpre uma função de mais alta estirpe atribuível às formas jurídicas ou ao direito, que é, conforme Ferreyra (2017, p. 1056), de “animar a paz”.

A prosa do direito constitucional, sua expressão objetiva posta no mundo (que muitos chamam de *positiva*), pretende determinar marcos para colaborar com as ilusões sobre a esperança de uma coexistência pacífica na qual todos os cidadãos desfrutem ou possam desfrutar do quase inalcançável *bem-estar geral*, numa sociedade de cidadãos iguais não somente em liberdade. (FERREYRA, 2017, p. 1056).

A professora Vera Maria Ribeiro Nogueira (2002, p. 107-108) argumenta que a palavra bem-estar é uma daquelas polissêmicas que foram usadas ao longo do tempo, tanto no plano teórico quanto no cotidiano, e acabam por conter significados variados que obscurecem seu sentido. Inicialmente a expressão tinham com conteúdo individual, transitou para o coletivo e para o público, retomando, nas duas últimas décadas, seu conteúdo original. O que se busca com esta palavra é “[...] identificar como ocorre uma qualificação sobre o que é viver bem ou o bem-viver, ampliando e alterando seu significado e quais as determinações que favorecem esse processo”.

Para a busca de bem-viver, é importante que o Estado constitucional cumpra o seu papel com o estabelecimento de eficientes leis sociais. Estas, devem conferir a ordenação e fundamento básico para viver, por intermédio da Constituição. “O Estado constitucional, fundado numa Lei Fundamental, pode prescrever, apropriadamente, os processos para alcançar, garantir e desenvolver a paz comunitária”. (FERREYRA, 2017, p. 1057-1058).

O texto, ou escrita, do direito constitucional é a literatura dos cidadãos que integram o povo da comunidade estatal. Conforme Ferreyra (2017, p. 1065), ele fundamenta o Estado e busca cumprir uma tarefa de articular e manter o fundamento constituinte supremo da paz, pois sem esta não haverá liberdade nem justiça. A língua do direito constitucional deve ser conduzida e entendida como um código para a paz.

A violência pode-se destruir e desocupar o lugar, as pessoas devem em sua comunidade trabalhar palavras como tolerância, solidariedade e paz, que, uma vez conquistada deve desenvolvê-la e mantê-la. As expressões como guerra, terror,

racismo, morte e outras que expressa intolerância ou ódio não devem se fazer presentes no cotidiano das comunidades. Apenas termos que buscam ordenar-se no sentido da paz, com seus cidadãos entregues à benevolência mútua e à concórdia emergente dos significados racionais de suas palavras. (FERREYRA, 2017, p. 1065-1067).

O caminho de orientação para o cidadão a fim de que possa ser direcionado no seu comportamento junto à comunidade é a Constituição. E para clarear o sentido desta para aquele, Ferreyra (2017, p. 1067) faz uma analogia a um manual de usuário de um produto tecnológico.

Todos os objetos tecnológicos inventados pelo homem possuem um *manual de usuário*. A Constituição do Estado resulta também num objeto tecnológico que, todavia, não contém um manual de uso, porque ela mesma é o *manual do cidadão* para o desenvolvimento e manutenção de um constitucionalismo em procura da paz.

Num estado constitucional, que representa a comunidade política soberana, o processo de disciplina, regulação e aplicação da violência se decide, basicamente, pelo instrumento constitucional. Com a configuração deste poder, a paz, o primeiro pressuposto da comunidade política, “[...] lograria um critério de razoável efetividade, desde que os cidadãos participem ativamente no nascimento, no desenvolvimento e no aprofundamento de tal constitucionalismo”. (FERREYRA, 2017, p. 1068).

A constituições devem estabelecer as diretivas básicas para a edificação da vida comunitária dentro dos pressupostos da paz, ou seja, trate-se dos manuais para buscar a resolução pacífica dos conflitos.

O melhor modo para preparar o presente e iluminar um futuro reside em dispor de lucidez suficiente para atuar com energia e reunir, definitivamente, a ideia cidadã de que as Constituições, em princípio, *são manuais para uma procura de paz relativa comunitária*. Certamente, a vida política de qualquer comunidade se desenvolverá, sempre, sobre um imaginário de conflitos cidadãos, cuja totalidade jamais serão resolvidos por completo. Talvez, então, possa parecer pouco ambicioso postular um *constitucionalismo cidadão* que simplesmente procure uma paz relativa. Por amor à verdade, penso que é uma condição necessária para a existência da vida humana com dignidade. A necessidade, pois, deste tipo de *constitucionalismo cidadão* permite-nos auspiciar procedimentos para evitar e regular os conflitos. [...] Cidadãos que decidam à luz do dia, condição básica para levar conduzir sua própria existência em paz. (FERREYRA, 2017, p. 1069).

Todos os seres humanos tem compromisso, por natureza, com a paz e a consequente harmonia social. É imprescindível que cada um tome a posição de cidadão, de sujeito político exercendo seus direitos e cumprindo seus deveres na constituição de um mundo justo equilibrado, sendo cada qual responsável pela tomada de decisão capaz de construir as direções de seu próprio cotidiano.

Segundo Ferreyra (2017, p. 1070) a constituição, com seus processos devidamente orientados para a paz, apresenta-se como o único instrumento possível para dar respostas e evitar o mal da guerra. “Não é um mistério: nossa única providência é a Constituição e seus processos, cuja religiosidade – pontualidade, exatidão em fazer, observar ou cumprir algo – busca a paz para o indivíduo e para comunidade que cada um deles integra”.

A Constituição de 1988 demonstrou um alcance e fortalecimento de princípios e finalidades amplas para o cidadão, refletindo no poder da sociedade para um Estado mais justo e harmônico. A Carta Magna ao definir em art. 1º, inc II, a cidadania como um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, deixa claro a necessidade de que o Estado, por meio de suas estruturas e instrumentos, possibilite espaços democráticos para a materialização das substâncias dos direitos fundamentais, por intermédio da participação cidadã.

Este capítulo procurou demonstrar o constitucionalismo democrático de 1988 e a sua referência formal diretiva para as efetivações de uma política de cidadania e participação cidadã na segurança pública. Para isso, foi demonstrado de forma geral as fases do constitucionalismo divididos em das origens, das revoluções, da era liberal, da democracia e a análise dos instrumentos necessários para e efetivação dos direitos constitucionais a ser alcançados. A importância do fortalecimento de democracia e a sedimentação de política de cidadania ativa, são requisitos para a edificação do constitucionalismo cidadão. Assim com a soma de esforços de cada um, na busca do bem-estar e da paz, o processo de construção da sociedade do amanhã, dar-se-á na direção de consubstanciar a participação cidadã na segurança pública.

O programa Rede de Vizinhos institucionalizado pela Polícia Militar de Santa Catarina tem este perfil formal, que visa, no marco do constitucionalismo democrático, uma segurança pública voltada a participação cidadã. Neste sentido, que análise do Rede de Vizinhos dentro do município de Criciúma, realizada no próximo capítulo, busca entender a efetividade do programa e a sua materialidade na prática.

4 ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROGRAMA REDE DE VIZINHOS DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA REALIZADO EM CRICIÚMA/SC.

Conforme já citado, as Polícias Militares possuem como missão constitucional a Preservação da Ordem Pública por meio de ações de Polícia Ostensiva. No Estado de Santa Catarina, a PM instituiu um conjunto de programas para encarar de frente a sua missão constitucional, sedimentados na filosofia de Polícia Comunitária, voltadas a prevenção e a coprodução de soluções para os crimes e desordens públicas. Esses programas são as Redes de Prevenção PMSC.

Sobre o conteúdo da prevenção, entende-se como a atuação de forma pré-delitual, que busca resguardar a Ordem Pública dentro dos ditames constitucionais e democráticos, tornando um mister institucional contínuo das polícias militares de todos os Estados da federação.

As Redes de Prevenção PMSC são programas que atuam nas causas dos problemas e não, somente, nas consequências. Dentre eles estão o Rede de Segurança Escolar, em que o policial militar é um consultor da comunidade escolar; a Rede Catarina, para a prevenção da violência doméstica e familiar; e a Rede de Vizinhos, objeto deste estudo, que se entende pela “[...] coprodução da segurança pública a partir da organização em grupos denominados células, que se utilizam das redes sociais (Whatsapp ou telegrama, por exemplo) para facilitar a comunicação e a interação comunitária”. (VIEIRA; VENDRAMINI, 2018, p. 89).

Para desenvolver o entendimento do programa Rede de Vizinhos PMSC realizado no município de Criciúma/SC é necessário, primeiramente, entender a dimensão institucional da Polícia Militar de Santa Catarina numa perspectiva democrática, situando o programa como uma das estratégias de policiamento e possibilidade de construção da cidadania.

A partir disso, faz-se a avaliação da estrutura do Rede de Vizinhos PMSC no município de Criciúma/SC, partindo da forma de implementação e os mecanismos de funcionamento, para conferir a efetividade da participação cidadã do Programa no íntimo do marco do constitucionalismo democrático.

4.1 A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA E O PROGRAMA REDE DE VIZINHOS PMSC: DIMENSÕES INSTITUCIONAIS DE UMA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA.

A Polícia Militar de Santa Catarina é um órgão da administração direta do Governo do Estado, com jurisdição em todo o território catarinense e consolidada como uma instituição na área de segurança pública.

Criada por Feliciano Nunes Pires, então Presidente da Província de Santa Catarina, através da Lei Provincial Nº 12, de 05 de maio de 1835, com o nome de Força Policial, substituindo os Corpos de Guardas Municipais Voluntários que tinham sido criados em 10 de outubro de 1831, no período da Regência, a nível nacional para substituir a guarda real. A missão da Força Policial era de manter a tranquilidade pública e atender às requisições de autoridades policiais (as autoridades policiais na época detinham poderes administrativos e judiciários). Sua área de atuação ficava restrita à vila de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) e vilas vizinhas. (SANTA CATARINA, 1835).

A missão da PMSC, desde o início, já era ampla e complexa, pois estava além do papel de combate ao crime e a violência. Havia, também, a responsabilidade que passava pelo combate e prevenção a incêndios (hoje realizada pelo Corpo de Bombeiro Militar) a detenção de autores de delitos relativos a posturas municipais.

Em alguns momentos da história de Santa Catarina, a PMSC, a época Força Pública, atuou em conjunto com o Exército Brasileiro no campo da Defesa Interna e Segurança Nacional, na contramão de uma polícia voltada para a segurança pública e defesa do cidadão. Entre os eventos estão a Guerra dos Farrapos e a Guerra do Paraguai, que no período imperial foram as revoltas que atingiram mais diretamente o Estado de Santa Catarina.

Como já visto no Capítulo 2, a grande mudança formal das polícias militares do Brasil acontece em 1988, quando é ampliado o rol de competências com a missão de polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. No mesmo contexto político, a unidade federativa barriga verde se reorganiza, política e administrativamente, no intuito de sedimentar o nos novos princípios da Constituição Federal.

Assim, a Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989 firmou a Polícia Militar como órgão permanente, organizada com base na hierarquia e na disciplina, com atribuições de exercer: a polícia ostensiva relacionada com a preservação da

ordem e da segurança pública; radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial; o patrulhamento rodoviário; a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais; a guarda e a fiscalização do trânsito urbano; a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal; a proteção do meio ambiente; a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, especialmente da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural; a cooperação com órgãos de defesa civil; e a atuação preventiva como força de dissuasão e repressiva como de restauração da ordem pública. (SANTA CATARINA, [2020]).

A Constituição do Estado esmiúça e especializa as responsabilidades deste órgão militar estadual, partindo da missão precípua da Carta Magna da Nação. Assim, com base nos direcionamentos do constitucionalismo democrático positivados na Carta Magna, conforme trabalhado nos capítulos anteriores, é imprescindível o entendimento de que o cidadão é o principal protagonista na segurança pública. Seja no benefício do fruto do trabalho exercido pela PMSC, como também, de forma ativa e responsável, na parceria para construção das políticas públicas de segurança. Os policiais militares devem servir como assessores de cada indivíduo da comunidade, para que juntos alcancem o bem-estar e a paz.

Todo policial militar ao ingressa na Polícia Militar de Santa Catarina deve prestar um compromisso, que além de regular sua conduta pelos preceitos da moral, seguindo as ordens das autoridades, devem se dedicar inteiramente ao serviço policial militar para manutenção da ordem pública e segurança da comunidade. Tudo isso com o risco da própria vida. Conforme estabelece o juramento, no art. 34 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983, que todo PM deve fazer ao ingressar nas fileiras da PMSC, segue *in verbis*:

Ao ingressar na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida. (SANTA CATARINA, [2020]).

Para trabalhar a segurança pública na comunidade é imprescindível estar próxima a ela, a fim de entender todo o complexo que envolve os cidadãos de uma determinada área, e, a partir daí, buscar soluções em parceria, visando a solução preventiva das demandas sociais locais, gerando uma segurança pública efetiva para todos. Nesse contexto, a descentralização do serviço da Polícia Militar de Santa Catarina em nível de comunidade local se faz estritamente necessário.

O policial militar é o profissional de segurança pública que tem de representar o Estado e ser capaz de criar alternativas para executar com qualidade a missão da Polícia Militar de preservação da Ordem Pública. Seja qual for o caminho, ele deve ser pautado no objetivo de proteger as pessoas, assessorando os cidadãos a exercerem de forma substancial os seus direitos e deveres, para alcançar a paz e a harmonia social.

O profissional de Segurança Pública é um cidadão qualificado para representar o Estado em seu contato mais imediato com a população. Por ser a autoridade mais comumente encontrada tem, portanto, a missão de ser uma espécie de porta voz popular do conjunto de autoridades das diversas áreas do poder. Segundo Balestreri (1998, p. 4) a parceria entre a comunidade, que se expressa através de suas organizações, e a polícia é fundamental para que alcançar um patamar democrático mais pleno.

Então, sedimentado na filosofia de Polícia Comunitária (de proximidade) a Polícia Militar de Santa Catarina fortalece a ligação com as comunidades, traçado como estratégia de policiamento, por intermédio da formação de uma rede de vizinhos organizada, ações baseadas em parcerias e solidariedade.

A Rede de Vizinhos da PMSC é uma estratégia de policiamento, em que uma rede organizada entre comunidade e polícia militar, pautada na filosofia de polícia comunitária, reúne vizinhos de uma determinada localidade para atuarem em cooperação e se associarem com o intento de fomentar parcerias e fortalecer as relações interpessoais e a cidadania ativa do bairro, bem como de melhorar a relação entre a polícia e a comunidade e de aumentar a vigilância natural a fim de prevenir e restaurar problemas de ordem pública, garantindo a incolumidade física das pessoas e do patrimônio. (SANTA CATARINA, 2016a).

A ação comunitária possui uma face fundamental do ponto de vista sociopolítico e se manifesta pela proteção social e a qualidade de vida. Contudo, elas não dependem apenas da prática política, mas do forte vínculo comunitário entre as redes sociais informais. (SCHMIDT, 2016, p. 58). O compromisso com a sociedade catarinense da PMSC e caracterizado por intermédio do plano estratégico, onde está firmado os princípios e eixos estruturantes da atuação de cada profissional, que servem de sustentação para todas as ações que serão desenvolvidas, e ao mesmo tempo perpassam, transversalmente, todas as estratégias de atuação concebidas e a forma de representação de cada policial militar. (SANTA CATARINA, 2015, p. 10).

A premissa fundamental da Polícia Militar de Santa Catarina é que existe para proteger a sociedade catarinense. E essa proteção decorre da capacidade de “[...]”

garantir que o risco real e a percepção de risco para crime, violência e desordem sejam aqueles socialmente desejados e aceitos”. Nesse caso, verbo garantir descortina o forte “[...] compromisso com esse resultado e com a busca de parcerias necessárias a construção de um estado de paz social, expressão máxima da ordem pública”. (SANTA CATARINA, 2015, p. 14).

Conforme o plano estratégico, o objetivo da PMSC é ser reconhecida pela sociedade como uma Instituição legítima, efetiva, com serviços de excelência, confiáveis na crise e promotora dos direitos humanos. São os cinco atributos que compõem a visão da instituição policial militar do Estado de Santa Catarina.

A *legitimidade* se encontra no foco em proteger a comunidade, “[...] fazendo valer os direitos individuais e coletivos da população, combatendo as ilegalidades e arbitrariedades dentro de seu quadro de profissionais em todos os níveis e demonstrando, efetivamente, que é parceira da comunidade”. A *efetividade* é o “[...] compromisso com a satisfação das pessoas”. Os *serviços de excelência* estão na busca de parcerias “[...] nas comunidades, respeitando-lhes as peculiaridades, crenças e valores, para identificar, priorizar e agir criativamente sobre os problemas locais, envolvendo todos os atores sociais nesta construção”. E, por fim, ser *promotora dos direitos humanos* é atuar, em todos os níveis, respeitando, garantindo e promovendo “[...] os direitos à vida, à liberdade à integridade física, à igualdade, à propriedade e à dignidade de todas as pessoas, sem distinção de qualquer natureza”. (SANTA CATARINA, 2015, p. 15-16).

Esses atributos revelam o cenário de como PMSC deseja ser reconhecida pela sociedade catarinense. Para isso, esta instituição militar estadual alinha seis eixos estruturantes de dimensão operacional. Entre eles estão a ostensividade, proximidade, proatividade, ação sobre as causas, pronta resposta e parcerias.

O primeiro eixo, a *ostensividade*, é a presença do policial militar para “[...] transmitir as pessoas uma sensação de segurança proporcional à realidade [...]”. O segundo é a *proximidade*, que se traduz pela descentralização de seus recursos e de uma atuação mais próxima da comunidade, atuando em conformidade com as reais necessidades locais, [...] permitindo que o povo proponha soluções para os próprios problemas e cobre resultados, aí se estabelece uma relação que permite o exercício de controle do organismo público, muito salutar para a qualidade do serviço a ser prestado”. (SANTA CATARINA, 2015, p. 19-20).

É importante que a polícia trabalhe numa perspectiva desconcentrada para atender às necessidades da comunidade de forma mais próxima e integrada. Neste contexto, dar qualidade ao serviço policial significa torná-lo mais próximo e acessível ao cidadão, respeitando as suas necessidades e aspirações, e considerando as díspares peculiaridades de cada comunidade no planeamento e oferta do serviço policial. A atividade policial, assim, é uma atividade que busca gerar, pela via da proteção, qualidade de vida ao ser humano que vive em sociedade. (SANTA CATARINA, 2015, p. 20).

Este eixo da proximidade, aliado aos atributos que constitui a visão institucional, demonstra formalmente a dimensão e o compromisso da Polícia Militar para com a comunidade, o que demonstra uma intenção de ação voltada ao movimento do constitucionalismo democrático.

O terceiro eixo estruturante é da *proatividade*. Neste os policiais em permanente contato com o cidadão, sem esperar ordens superiores, possibilitando que tome a iniciativa na prevenção de conflitos, de preferência pela mediação, com o foco em promover a melhoria na qualidade de vida das pessoas. O eixo quarto, de *ação sobre as causas*, que se traduz por “[...] identificar os problemas repetitivos de segurança, analisar suas causas, desenvolver respostas direcionadas a resolução do problema por meio da intervenção sobre essas causas e avaliar os resultados alcançados”. A atuação direcionada a demanda social decorre do foco na intervenção das causas de problemas de segurança reiterados, o que requer não apenas a reação, mas uma prevenção na origem e uma ação consequências. (SANTA CATARINA, 2015, p. 21).

Isso demanda o fornecimento de um portfólio maior de intervenções adequadas à natureza de cada problema, cada qual com suas características e especificidades visto que um problema de segurança pública não encontra sua origem em uma única causa. A análise apurada de cada demanda de segurança pública permitirá identificar suas causas, para a partir disso, mobilizar as instâncias formais (Polícias, Ministério Público, Poder Judiciário e Administração Prisional, etc.) e informais (Família, Igreja, Escolas, Mídia, Organizações Não Governamentais, Secretaria da Educação, Secretaria da Saúde, Prefeituras, etc.) que têm responsabilidade de atuação concorrente sobre cada causa específica. (SANTA CATARINA, 2015, p. 21).

Sem que cada um assuma o seu papel e a sua responsabilidade, a polícia, sozinha, continuará enfrentando a violência e a criminalidade com os mesmos resultados hoje questionados. Assim, este novo direcionamento permitirá a identificação clara e objetiva das raízes dos problemas de segurança pública e a construção de um plano de ação que congregue aqueles que têm corresponsabilidade sobre cada causa específica dentro do todo da

organização social. Esta relevância se amplifica pela constatação de que a polícia, em regra, tem atuação sobre o problema em si ou sobre suas consequências, com impacto, quase sempre, de curto prazo, enquanto a atuação sobre as causas, pelas instâncias formais e informais que por elas tenham corresponsabilidade, propicia resultados mais duradouros, com alcance de médio e longo prazo. (SANTA CATARINA, 2015, p. 21-22).

Com o programa Rede de Vizinhos da PMSC há uma facilidade no contato com os cidadãos, o que possibilita identificar os problemas que prejudicam a qualidade de vida das pessoas de uma comunidade, visto que se trata de uma rede de cooperação entre indivíduos e facilita a análise das causas dos problemas. Com a força da integração na comunidade, desenvolve-se a possibilidade de respostas efetivas direcionadas a resolução por meio de uma intervenção sobre as causas. Por fim, é possível avaliar facilmente os resultados alcançados, visto se tratar de problemas em que todos estão inseridos.

O quinto eixo estruturante é a *pronta resposta*. Como já visto, a PMSC deve trabalhar incessante na manutenção de um “[...] estado de paz social, por meio de ações policiais, sociais e situacionais de prevenção”. Contudo, em caso ocorra a quebra da ordem pública, a Polícia Militar deve ser capaz de responder aos incidentes com agilidade, energia e efetividade, no sentido de possibilitar sempre as condições normais de convivência em sociedade de paz e harmonia. (SANTA CATARINA, 2015, p. 23).

Por fim, o sexto eixo é a *parceria*, que deve ser motivada para o cumprimento do estabelecido na Constituição como responsabilidade de todos e, neste caso, entra todos as instituições formais e informais e, principalmente, o cidadão e a comunidade como um todo. (SANTA CATARINA, 2015, p. 23-24).

Certamente, a vida em sociedade não pode prescindir da interferência de instituições que garantam o cumprimento do código de convivência social. Essas instituições podem, entretanto, agir com intransigência, desconsiderando os princípios da democracia e do livre exercício da cidadania, ou podem trabalhar orientadas por uma perspectiva construtivista, em que a lei é um referencial de ordem social e o respeito à cultura local e à legitimidade das ações de controle social são imprescindíveis para a consolidação de um Estado Democrático de Direito. (SANTA CATARINA, 2015, p. 24).

O plano estratégico da PMSC estabelece o direcionamento das normas institucionais para a atuação voltada aos princípios da democracia e do livre exercício da cidadania. Sendo a Constituição de 1988 como referencial da ordem social, com prevalência do respeito à cultura local e à legitimidade das ações, como imprescindíveis na consolidação de um Estado Democrático de Direito.

O Ato da Polícia Militar nº 55/2020, publicado em 24 de janeiro de 2020, que reconhece os programas institucionais e redes preventivas como estratégias da filosofia de polícia comunitária delineada na Diretriz Nacional de Polícia Comunitária da Portaria SENASP nº 43, de 12 de abril de 2019, estabelece:

Art. 1º Fica expressamente reconhecido que todo o conjunto de grupos dos processos finalísticos da categoria "Prevenção ao Crime Violência e Desordem", subcategoria "Parceria com a Comunidade", previstos no Ato da Polícia Militar n. 937/2018, que instituiu a Cadeia de Valor da PMSC, representam o portfólio institucional alinhado à Diretriz Nacional de Polícia Comunitária, em consonância com o inciso XII e XIX, do art. 5º, da Lei Federal nº 13.675, de 11 de junho de 2018, que instituiu a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS).

Parágrafo único. O Plano Estratégico da PMSC consolida valores e princípios fundamentais à consecução da missão da corporação, estando a dimensão operacional baseada em eixos estruturantes referendados pela doutrina da polícia comunitária como a proximidade, proatividade, ação sobre as causas e parcerias. (SANTA CATARINA, 2020).

A cadeia de valor da PMSC, instituída pelo Ato da Polícia Militar n. 937/2018, é uma representação da estrutura dos processos da organização. Dentro desta cadeia, para cumprir a missão de garantir a paz social e proteger a sociedade, a Polícia Militar tem como vitrine a sua missão constitucional dividido em duas Categorias. Uma de prevenção ao crime, violência e desordem; e a outra de respostas as emergências e infrações administrativas. (SANTA CATARINA, 2018)

Na categoria de respostas as emergências e infrações administrativas está a atuação mais voltado para a repressão qualificada como a gestão dos atendimentos de ocorrência (chamados de emergência por meio do telefone 190, atendimento de ocorrências criminais, e etc.), as operações especiais (ocorrências de alto risco, altíssimo risco, extraordinárias e exóticas), polícia de choque (distúrbios civis) e processo administrativo (ex: processo para imposição de penalidade por descumprimento de legislação ambiental, conselho estadual de trânsito e do meio ambiente, e outros). (SANTA CATARINA, 2018).

Na Categoria de prevenção ao crime, violência e desordem, são as atividades de excelência da Polícia Militar, voltadas para a antecipação de eventos que prejudiquem a paz e a harmonia social dos cidadãos. Nessa categoria estão os serviços disponibilizados pela Polícia Militar de policiamento ostensivo, de polícia administrativa, segurança e mobilidade no trânsito urbano e nas rodovias estaduais, de operações policiais e segurança de eventos, redução da revitimização e da reincidência, atuação residual para garantia da lei e da ordem e os de parceria com a comunidade. (SANTA CATARINA, 2018).

No policiamento ostensivo são as modalidades de presença policial para dar segurança a toda a sociedade como o patrulhamento a pé, com motocicletas, aéreo, com cães e cavalos, naval e etc. Os de polícia administrativa são, por exemplo, a realização de vistorias preventivas de ordem pública em locais de eventos para a confecção do Laudo de Ordem Pública, vistorias em estádio, pareceres técnicos, recomendações e fiscalização de atos administrativos. (SANTA CATARINA, 2018).

Os serviços de segurança e mobilidade no trânsito urbano e nas rodovias estaduais tem por foco programas, fiscalizações e atividade para a prevenção de acidentes. As operações policiais e segurança de eventos tem o objetivo garantir a tranquilidade de torcedores e/ou participantes em praças esportivas, demais eventos ou outros espetáculos e operações contra o crime organizado. (SANTA CATARINA, 2018).

Para a redução da revitimização e da reincidência, a Polícia Militar tem os trabalhos de atendimento pós-crime residencial, condominial e comercial e a Gestão do programa “Rede Catarina de Proteção à Mulher”. Mesmo com todos esses serviços dispostos a população, a PMSC atua de forma residual na falência de outros órgãos estatais. (SANTA CATARINA, 2018).

Assim, a PMSC conta com uma série de serviços de parceria com a comunidade, com o objetivo construir soluções para os problemas locais de segurança pública, interagir com lideranças comunitárias e entidades representativas, participar dos conselhos comunitários de segurança (CONSEG), realizar o “Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência” (PROERD), palestras sobre segurança pública, visitas preventivas residenciais, condominiais e comerciais, mediação comunitária de conflitos, fomento a criação e participação do programa “Rede de Segurança Escolar”, realização do programa “Protetor Ambiental”, programa “Rede Rural de Segurança” e, entre outros, o tema desde estudo, que é o fomento a criação e participação do programa “Rede de Vizinhos”. (SANTA CATARINA, 2018).

4.1.1 O Programa Rede de Vizinhos e suas premissas

O marco conceitual do programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2016a) parte de algumas premissas como sendo: ferramenta de governança e prevenção, atuação em rede, estratégia de policiamento,

vigilância entre vizinhos, fortalecimento de vínculos, não é uma Central de Emergência, protagonismo do cidadão, protagonismo do policial militar, controle de acesso e de informação, identificação visual e ser adotadas a metodologia conforme o Procedimento Operacional Padrão (POP) da PMSC (nº 102.3.1/PMSC).

A *ferramenta de governança e gestão*, parte do fato de que, sem a participação do cidadão, não é possível compreender a segurança pública e a integração de todos, com foco da atuação preventiva, faz-se necessário para a construção de comunidade mais seguras. (SANTA CATARINA, 2016a).

A *atuação em rede* deve estar sustentada na preocupação com a segurança da vizinhança, sendo necessário que todos, ou a grande maioria, dos moradores estejam engajados na segurança da comunidade, visto que “ [...] uma REDE é constituída quando há cobertura de participação, atenção, observação e cuidado de toda a rua ou localidade”. Como *estratégia de policiamento*, significa que a rede “[...] não pode ser enxergada como a panaceia para todos os problemas de ordem pública. É uma dentre outras estratégias de policiamento a serem implementadas pelos comandantes locais”. No entanto, é importante entender a força e amplitude dessa estratégia, uma vez que existe a possibilidade engajar as inúmeras outras (estratégias) para a solução do problema que a comunidade enfrenta. (SANTA CATARINA, 2016a).

A *vigilância entre vizinhos* é o aumento do controle social informal com o objetivo de inibir a prática de delitos e desordens públicas. Neste caso, cada cidadão da comunidade, participante do programa, torna-se um observador dos problemas e vai contribuir para a segurança da vizinhança e a própria segurança. “Torna-se protagonista na construção da segurança pública e não mero expectador”. Outra premissa relevante é o *fortalecimento de vínculos* das relações interpessoais dos vizinhos e dos vínculos entre polícia e comunidade. Não se trata de simplesmente resumir as atividades de comunicação de um problema, pois o programa é muito mais que isso, é uma “[...] ferramenta de organização social para construir soluções crônicas de ordem pública de determinada localidade”. (SANTA CATARINA, 2016a).

A Rede de Vizinhos *não se trata de uma Central de Emergência*. Essas demandas devem ser direcionadas ao telefone 190 das Centrais Regionais de Emergência, considerando a necessidade de celeridade para a resolução do problema (normalmente, neste caso, de forma reativa). A Rede não substitui o 190, ela serve como canal de comunicação e interação entre os cidadãos, moradores vizinhos, e a

Polícia Militar na busca de soluções preventivas para os problemas da comunidade. Entretanto, mesmo as demandas de emergência, após ligação no 190, devem ser comunicados na Rede o mais breve possível, para que os vizinhos fiquem em alerta e exerçam a vigilância ativa da comunidade. (SANTA CATARINA, 2016a).

Importante citar que não se trata apenas de um grupo de aplicativo (*whatsApp*, telegram, etc). Eles devem ser utilizados como um facilitador na comunicação entre vizinhos, porém é necessário de interação mais ativa como participação de reuniões, palestras, campanhas educativas, eventos e festividades que são a identidade da comunidade ou localidade. “O sucesso da prevenção do crime e desordem pública não está no ato de pertencer a um grupo de *whatsApp* ou similar, mas sim no envolvimento e engajamento para solucionar os problemas de sua vizinhança”. (SANTA CATARINA, 2016a).

O *protagonismo do cidadão* é fundamental para que, em parceria com os demais segmentos sociais, ele seja o transformador da realidade local. Não é um mero espectador a receber um serviço público, ele deve se tornar um o sujeito ativo do processo. Também o *policial militar* deve assumir o papel de protagonista na Rede de Vizinhos, servindo como agregador e motivador, auxiliando ou coordenando os trabalhos e ações da atuação em Rede. Ele tem a responsabilidade de estruturar as relações entre a organização e a comunidade, de maneira a fomentar o desenvolvimento de um conceito evolucionário de bem comum. (SANTA CATARINA, 2016a). Isso possibilita construção, de forma conjunta, de uma sociedade justa, tranquila, pacificada e democrática.

Outra premissa é o *controle de acesso*, visto que a Rede de Vizinhos não se trata de um grupo aberto e é imprescindível a proteção das informações para a segurança dos cidadãos membros da Rede. Por isso o policial militar de ligação juntamente com os participantes da Rede deve fazer o controle de cadastro e acesso. A inserção no programa está vinculada ao controle de acesso e as obrigações de identificação visual, dentre outras estabelecidas pela própria Rede. (SANTA CATARINA, 2016a).

O *controle de acesso à informação* também é primordial para a segurança comunitária e a comunicação. A Rede não deve desvirtuar da sua finalidade, para uma segurança pública comunitária, que é mais do que crimes e contravenções positivados no direito. Trata-se da interação social positiva que tem condições de

regulação administrativa do espaço urbano, revitalização de áreas públicas, valorização de atos de cidadania, entre outros. (SANTA CATARINA, 2016a).

Outro aspecto essencial para o programa é a *identificação visual*. As residências, comércios, veículos e ruas, devem, conforme o caso, serem identificadas de forma ostensiva, sendo de responsabilidade de cada integrante da Rede a colocação da identificação visual, normalmente feita por placas padronizadas pela Polícia Militar. Ainda, é vedada a inserção de logomarcas de empresas, patrocinadores ou outras entidades no sistema de identificação visual da Rede de Vizinhos PMSC. (SANTA CATARINA, 2016a).

A última premissa estabelecida no marco conceitual é a *adoção da metodologia estabelecida no Procedimento Operacional Padrão da PMSC* (POP nº 102.3.1/PMSC) para a implantação da Rede de Vizinhos. Trata-se uma sequência de ações para diminuir as possibilidades de erros e potencializar a capacidade de alcançar os resultados positivos.

Como se vê, o programa Rede de Vizinhos formalizado institucionalmente em 10 de agosto de 2016, reúne vizinhos, fomenta parcerias e fortalece as relações interpessoais e a cidadania ativa das pessoas para uma ação integrada e efetiva na busca da paz e harmonia social. Após definida a necessidade de implantar o Rede de Vizinhos, os seis eixos estruturantes devem ser adotados, conforme o marco conceitual do programa (SANTA CATARINA, 2016a), seguindo como um roteiro para a comunidade e para os policiais militares:

1 – Participação do Policial Militar: ser gestor das demandas provenientes da comunidade, sendo presente ativamente nas atividades da Rede.

2 - Reunião de Sensibilização: apresentar o Rede de Vizinhos PMSC aos interessados, expondo o levantamento de situação da localidade e esclarecendo o objeto, os objetivos, a metodologia, os benefícios, as dificuldades, os riscos e a responsabilidade dos participantes da Rede.

3 - Rede de Comunicação: estabelecer de um canal de comunicação entre membros da Rede com controle, em parte, realizado pelo policial militar de ligação.

4 - Reunião de Implantação: inaugurar a Rede formalizando o programa na comunidade determinada.

5 - Método IARA¹⁶ (Identificar, Analisar, Resolver e Avaliar): *identificar* os problemas de ordem pública na circunscrição da Rede; *analisar* as causas; desenvolver um plano de ação com atividades a serem realizadas para *resolver* o que aflige a comunidade, e *avaliar* os resultados obtidos.

6 – Governança: manter reuniões de trabalho regulares e ações de integração que fomentem a coprodução e a corresponsabilidade.

Existem diversas dificuldades da comunidade que são difíceis de serem resolvidos, seja porque são desconhecidos os meios de resolução ou por que ainda não existem órgãos formais para encaminhamentos. Cabe a Polícia Militar, em parceria com os cidadãos da comunidade desenvolver formas de resolver o problema. Para isso, a metodologia IARA se configura como um importante instrumento no processo de policiamento orientado para o problema.

[...] inicialmente se deve identificar, de forma precisa, quais os problemas que levam os cidadãos a procurar a polícia. Uma vez identificados, cada problema deve ser explorado minuciosamente, com a finalidade de conhecer as características do problema e suas origens, de tal forma que seja possível estabelecer soluções mais inteligentes e que proporcionem melhores resultados, seja na eliminação do problema ou redução de sua ocorrência, consequências ou outros efeitos adversos que possa produzir. Finalmente, as respostas implementadas devem ser avaliadas, no sentido de apurar se foram ou não efetivas. (HIPÓLITO; TASCA, 2012, p. 172).

O conceito de policiamento orientado para o problema, atribuído por Herman Goldstein, é uma receita abrangente para melhorar a maneira como a polícia faz trabalho. Requer que ela entenda suas responsabilidades reconhecendo a sua importância no processo, ou seja, é necessário o saber a forma de abordar os problemas que ameaçam a segurança e a proteção das comunidades, incluindo, mas não se limitando, ao que é comumente visto como um crime grave. Esse conceito exige que a polícia melhore sua compreensão das condições subjacentes que dão origem as demandas sociais locais e responda a eles por meio de uma gama de métodos muito mais ampla do que o convencional. Por trás da aparente simplicidade de bom senso dos elementos básicos do policiamento orientado para o problema,

¹⁶ O método IARA é traduzido inglês SARA, que é um anacronismo para *scanning, analysis, response, and assessment*, desenvolvido como modelo de para o policiamento orientado para o problema (*proble-oriented policing* - POP) pelo professor na University of Wisconsin Law School Herman Goldstein. A abordagem orientada para o problema foi identificada como uma melhoria do serviço policial. Ela exige que a polícia tome iniciativas para lidar com os problemas da comunidade, em vez de se resignar a viver com eles. Isso também requer a identificação dos problemas, a pesquisa de cada problema, a exploração das alternativas e a implementação do processo. (GOLDSTEIN, 1979, p. 257).

estão os desafios reais para a polícia, as comunidades e o resto do governo entendê-los e implementá-los. (SCOTT, 2000, p. 2).

Sobre governança, as Nações Unidas ao tratar de perspectiva global sobre o governo eletrônico, expõe que não é necessariamente um governo como uma entidade, e nem mesmo se considera o ato de governar por meio de indivíduos. É mais realisticamente entendido como um processo em que instituições, organizações e cidadãos se orientam. A governança, também, diz respeito à interação entre comunidade e o setor público, ou seja, tem relação de como a sociedade se organiza para a tomada de decisões coletivas e fornecer os mecanismos transparentes para que essas decisões sejam tomadas. (UNITED NATIONS, 2002, p. 53-54).

4.1.2 Procedimento Operacional de implantação do Rede de Vizinhos

Superado o entendimento do marco conceitual e os seis eixos estruturantes, passa-se a analisar o procedimento operacional padrão de implantação do Rede de Vizinhos PMSC (POP nº 102.3.1/PMSC). A sequência de ações para todo o desenvolvimento do programa parte das “atividades para a implantação”, “do funcionamento das reuniões ordinárias” e os “procedimento dos membros da Rede”. (SANTA CATARINA, 2016b).

Cada grupo da Rede de Vizinhos da PMSC é formado por uma célula, que corresponde a um conjunto de cidadãos participantes de uma determinada área ou região, podendo ser uma comunidade inteira ou uma parte de uma comunidade, divididos por questões geográficas ou conforme a análise de contexto comunitário que favoreça os fatores de prevenção. As células podem ser formadas por cidadãos de uma determinada rua, região, localidade ou uma comunidade inteira, conforme o caso, sendo nomeando um deles como líder em cada célula.

4.1.2.1 A forma de implantação do Rede de Vizinhos

Para as atividades de formação, a PMSC determina por intermédio do POP nº 102.3.1/PMS alguns passos para orientar os policiais militares e os cidadãos para a formação de uma célula do programa Rede de Vizinhos. Este documento

institucional é estabelecido de forma a dar uma diretriz, ou seja, um caminho para as atividades de implementação.

Num primeiro momento, há uma determinação para que as Unidades Policiais Militares divulguem na mídia local a existência e os benefícios do programa de Rede de Vizinhos, a fim de sensibilizar e motivar os cidadãos das comunidades a aderirem ao programa. Ressalta-se sempre que a PMSC é parceira e aguarda o contato dos interessados. É necessário que em cada Organização Policial Militar (OPM) mantenha um policial capacitado para receber e orientar as pessoas que forem em busca de informações sobre o assunto. (SANTA CATARINA, 2016b).

Posteriormente, a OPM que for instada a implantar o programa deve providenciar um levantamento de situação do local em que se pretende instalar a Rede de Vizinhos PMSC, apresentando os dados estatísticos com informações sobre os problemas criminais e desordens, limites geográficos, densidade demográfica e histórico do bairro. Agenda-se, por fim, uma reunião de sensibilização com as lideranças da localidade (moradores e entidades), mobilizando-os a participação cidadã e comunitária. (SANTA CATARINA, 2016b). Trata-se de iniciar o caminho para uma participação cidadã ativa e democrática na resolução dos problemas que possam afetar a segurança pública. Para isso, é formalizado no documento institucional a necessidade de motivar os cidadãos a participarem do programa.

Agendado a reunião de sensibilização é apresentado a boa prática da Rede de Vizinhos PMSC, expondo o levantamento de situação da localidade e esclarecendo o objeto, os objetivos, a metodologia, os benefícios, as dificuldades, os riscos e a responsabilidade dos participantes da rede. Frisa-se que os grupos formados por aplicativos na Rede de Vizinhos não substituem o chamado a Central Regional de Emergência 190, por questão de agilidade na resposta, visto que nos grupos não terá um policial 24 horas. (SANTA CATARINA, 2016b).

Formado a célula, por intermédio de voluntários, busca-se fortalecer os vínculos e desenvolver ações para implementação da rede. Um profissional da PM é designado para participar, tendo por função ser o policial militar de ligação para o assessoramento da comunidade. Algumas regras do grupo são estabelecidas, tais como as relacionadas à comunicação e à manutenção da finalidade no programa, ressaltando que não se deve repassar informações particulares na Rede (*whatsApp* ou similar), tais como períodos de afastamento da residência, ganhos financeiros, etc. Outra questão, para que se possa ter um controle da Rede, é o cadastro das pessoas

e entidades interessadas em participar, sendo inclusive, em caráter reservado, consultado a idoneidade dos interessados por meio de ferramentas disponíveis como a exemplo do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP), Sistema de Atendimento e Despacho de Emergência (SADE), a própria comunidade e redes sociais *on line*. Cria-se um canal próprio de comunicação para a Rede, se possível, para que possibilite a troca de mensagens multiplataforma entre os cidadãos membros da Rede e entre a polícia e a comunidade. O detalhe é que menores de 18 anos não podem fazer parte da Rede de comunicação (*WhatsApp* ou similar). (SANTA CATARINA, 2016b). Esta limitação da participação tem relação com a habilitação à prática de todos os atos da vida civil, visto que um menor de 18 anos não pode ser responsabilizado como um adulto no Brasil.

De toda a forma, o POP nº 102.3.1/PMSC cria uma restrição complexa ao não permitir que uma criança ou adolescente participe de um grupo de segurança de sua comunidade. Não há dúvida que muitos menores de 18 anos permanecem nas residências enquanto seus pais trabalham, ou, ainda, presenciam problemas ao ir no comércio do bairro, no trajeto da escola e outras inúmeras situações que podem ser de conhecimento das crianças ou adolescentes. Isso também fere o princípio constitucional da proteção integral conforme a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, [2020]).

A Rede de Vizinhos da PMSC tem a finalidade de fortalecer as relações interpessoais e a cidadania ativa do bairro. Isso é a melhoria da convivência comunitária e, como se vê, a Carta Magna determina que é dever do da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem a prioridade à convivência familiar e comunitária.

Na primeira reunião, a de sensibilização, é explanado a informações detalhadas sobre o programa e estreia a célula. Cria-se o canal de comunicação, repassa-se as regras do grupo, cadastra as pessoas interessadas, e estabelece a data da próxima reunião, motivando os participantes a se mobilizarem para angariar mais interessados. Ao encerrar é estabelecido a data da próxima (de implantação da Rede), conforme a disponibilidade da maior parte dos interessados, motivando que cada

voluntário se comprometa em sensibilizar outras pessoas. (SANTA CATARINA, 2016b).

Na reunião de implantação é definido a circunscrição e explanado sobre o programa e as ações desenvolvidas para criação da Rede. Nomeia-se o gestor, a partir de cidadãos voluntários e dois auxiliares, um como líder de identificação responsável pela identificação das residências e comércios que aderiram, e outro como líder de controle de acesso, que terá a responsabilidade de organizar o cadastro de voluntários e inseri-los na Rede, após verificado pelo policial militar de ligação. A residências são identificadas por placas ou adesivos (adquiridos pela própria comunidade) que contém a logomarca padronizada pela PMSC, sendo vedado a divulgação de outras marcas ou empresas. Os membros da Rede são orientados a afixarem a placa de identificação visual em local que permita ser visualizada a partir do ambiente externo. São repassados os detalhes do programa e as ações desenvolvidas para criação da respectiva Rede, e a partir daí é estabelecido uma reunião quinzenal ou mensal para prestação de contas das ações realizadas. Caso o número de cidadãos participantes seja muito grande, faz-se necessário uma organização para a divisão por região ou localidade, possibilitando a formação de outras células com os respectivos líderes. Encerrando a reunião, explana-se sobre a necessidade de engajamento de todos para incentivar novos participantes, a fim de dar espaço a todos os cidadãos. (SANTA CATARINA, 2016b).

É papel da PMSC, por intermédio das OPMs, promover a integração dos membros estimulando realização de palestras e fomento de atividades em grupo, como limpeza de espaços públicos (importante para a salubridade pública), repasse de orientações de segurança, de prevenção, missão e atuação dos órgãos, entre as inúmeras tarefas que podem ser realizadas pela Rede de Vizinhos PMSC. Ainda, divulgar na mídia local as ações realizadas e seus programas futuros para dar conhecimento dos trabalhos realizados e estimular novos participantes. (SANTA CATARINA, 2016b).

4.1.2.2 As fases do funcionamento das reuniões ordinárias

Para as reuniões ordinárias o Procedimento Operacional Padrão divide em três fases: a de planejamento, durante a reunião e o encerramento.

No *planejamento* é mobilizado as lideranças para participação da comunidade, incentivando a participação dos moradores e das lideranças comunitárias. Verifica-se um espaço público, define local, data, horário e prevê o uso de recursos audiovisuais para facilitar a compreensão dos temas a serem trabalhados. É realizado o levantamento de dados estatísticos e dos problemas de ordem pública da localidade, como por exemplo, análise comparativa mensal (dois últimos meses) e anual (dois últimos anos), para prestação de contas. (SANTA CATARINA, 2016b). A fase de planejamento é uma espécie de plano de ação para dar o efetivo direcionamento dos assuntos a serem tratados.

Durante a reunião, há algumas preocupações básicas como recepção e coordenação das atividades envolvidas. É apresentado a situação do bairro com a análise dos dados estatísticos e dos problemas a título de prestação de contas e segue a pauta da reunião. O policial de ligação auxilia a comunidade no processo do método IARA, ou seja, de identificação dos problemas apresentados, análise geral e priorização para a resolução e media as soluções possíveis. A partir daí é eleito um grupo representativo de trabalho para planejamento de ações conjuntas e reuniões futuras, estimulando a participação de todos os atores e parceiros necessários para construção da solução do problema. Ato contínuo, é implementar as respostas ao problema identificado e avaliar as ações desenvolvidas. Durante a reunião exige habilidade e conhecimento por parte do policial militar a fim de coordenar e auxiliar a comunidade no processo de identificação, análise, resposta e avaliação dos problemas, bem como mediar as soluções possíveis.

E por fim no encerramento da reunião, estabelece-se os encaminhamentos, definindo as ações, prazos e os responsáveis. (SANTA CATARINA, 2016b).

4.1.2.3 Procedimento a seres adotados pelos membros da Rede

Durante a atividade, alguns procedimentos devem ser adotados pelos cidadãos membros. Um deles é a utilização do meio de comunicação exclusivo para mensagens relacionadas ao interesse da Rede e, diante de comunicação de ocorrência por um membro, atentar-se para monitorar a sua vizinhança e em caso de emergência, repassando as informações, primeiramente ao 190 e, posteriormente, via canal próprio da Rede.

4.2 A ESTRUTURA MUNICIPAL DO PROGRAMA: DA SUA IMPLANTAÇÃO AOS SEUS MECANISMOS.

A estrutura formal da Polícia Militar de Criciúma se configurou conforme o os contornos sociais dos municípios do sul do Estado de Santa Catarina. A primeira Companhia de Policiamento do sul foi no município de Araranguá. Ela foi criada por intermédio da Lei nº 2.974, de 19 de dezembro de 1961, com a demonização de 3ª Companhia Mista de Araranguá vinculada ao 1º Batalhão de Polícia Militar, na época era situado em Florianópolis. Em 1974 esta organização mudou-se para Itajaí, onde permanece até a atualidade. (SANTA CATARINA, 1961). O destacamento de Polícia Militar de Criciúma, passaria então a ser de responsabilidade desta Companhia Mista de Araranguá que, mesmo tendo a criação formal, a sua ativação não se concretizou na prática. (PMSC, [2020?]).

Com a Lei nº 3.575, de 22 de dezembro de 1964, o nome da 3ª Companhia Mista foi alterado para 1ª Companhia de Polícia Destacada, permanecendo ainda incorporada ao 1º Batalhão de Polícia Militar, porém ficando sediada temporariamente em Florianópolis (SANTA CATARINA, 1964) até a inauguração efetiva no município de Araranguá no dia 18 de julho de 1966. Este, foi um marco histórico da ativação de uma Companhia de Polícia Militar no Sul do Estado de Santa Catarina. (PMSC, [2020?]).

A Polícia Militar de Criciúma era subordinada a Companhia de Polícia Militar de Araranguá. O rápido desenvolvimento do município no sul de Santa Catarina, que angariou o título de capital do carvão, foi determinante para incremento policial militar na cidade com melhorias em estrutura, efetivo e a criação do 9º Batalhão de Polícia Militar. A velocidade de crescimento, também trouxe problemas, principalmente, ligados a questão da sustentabilidade urbana, com contornos sociais, econômicos e ambientais.

O município de Criciúma, atualmente, está inserido na micro-região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), sul do Estado de Santa Catarina. O local onde hoje se encontra a cidade, foi fundada em 22 de janeiro de 1880 por cidadão oriundos das Regiões de Veneza, Beluno e Treviso na Itália. Inicialmente foi batizada como Vila São José de Cresciúma. Este nome é de origem indígena e faz referência ao capim Cresciúma, que crescia às margens do Rio que dá

nome a cidade. A cidade se emancipou em 4 de novembro de 1925, e o nome foi alterado de Cresciúma para Criciúma em 1943. (BALTHAZAR, 2001, p. 19).

Na segunda metade do século XX, com o significativo desenvolvimento econômico de Criciúma, primeiramente, pelo carvão e depois pela cerâmica, houve uma expansão populacional e o consequente aumento dos índices criminais na região. Tudo isso, somado a constantes movimentos grevistas de trabalhadores, fizeram com que as autoridades e lideranças regionais solicitassem ao governo do Estado o aumento do efetivo policial militar na Cidade, iniciando-se as tratativas políticas para viabilizar a criação do 9º Batalhão de Polícia Militar na Região Carbonífera. (PMSC, [2020?]).

Quanto ao crescimento demográfico da cidade, na emancipação em 1925 a população era estimada em 8.500 habitantes. Na atualidade, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 a população é estimada em 217.311 pessoas. O rápido crescimento demográfico e econômico consolidou o município Criciúma como a principal cidade da AMREC, e sétima maior em SC, tornando-se polo no sul de Santa Catarina. (IBGE, 2020).

Com a Lei nº 9.257, de 04 de outubro de 1993, é criado o 9º Batalhão de Polícia Militar (9º BPM) com sede no Município de Criciúma (SANTA CATARINA, 1993), passando a ter gerência pelos 27 municípios que atualmente compreende a AMREC e a AMESC, no extremos sul de Santa Catarina, inclusive o município de Araranguá, o qual já foi subordinado. Com a ativação do 19º BPM de Araranguá e a Guarnição Especial de Içara, o 9º BPM passou a ter um quadro organizacional dividido em 4 (quatro) Companhias.

A 1ª Companhia (Cia) é responsável pelo policiamento comunitário, localizada na sede do 9º BPM no bairro Próspera, na área norte do município; a 2ª Cia, localizada no bairro Boa Vista, é composta pelos Pelotões de Patrulhamento Tático (PPT), Policiamento com Cães (K-9), de Policiamento Montado (Cavalaria) e de Rondas Ostensivas Com Apoio de Motocicletas (ROCAM); a 3ª Cia, também na sede do 9º BPM, tem a incumbência pelas atividades de radiopatrulhamento; e a 4ª Cia que abrange o Pelotão da Polícia Militar de Forquilha, e os Grupamentos Policiais Militares das cidades de Nova Veneza, Siderópolis e Treviso. (PMSC, [2020?]).

Conforme o Plano Estratégico de Policiamento do 9º BPM (2014, p. 4) o município de Criciúma foi dividido em 10 (dez) setores¹⁷, que se subdividem em subsetores de acordo com as demandas sociais, tudo em consonância com o número de policiais militares disponíveis, a fim de otimizar a distribuição do efetivo no terreno.

O Tenente-coronel Cristian Dimitri Andrade e o Coronel Evandro de Andrade Fraga (2020, p. 4), ambos da PMSC, produziram um estudo de caso sobre as estratégias de prevenção para a redução dos crimes de roubo na cidade de Criciúma/SC. Os autores explicam precisamente as divisões territoriais que compõem os setores de policiamento.

O 9º Batalhão de Polícia Militar, sediado na cidade de Criciúma-SC, apresenta como característica a distribuição do seu policiamento em dez setores, que consiste em divisões territoriais do espaço. Estes setores são comandados por sargentos, de preferência com o curso de polícia comunitária, os quais possuem sob sua responsabilidade cabos e soldados, selecionados e com perfil para atuar no policiamento de proximidade.

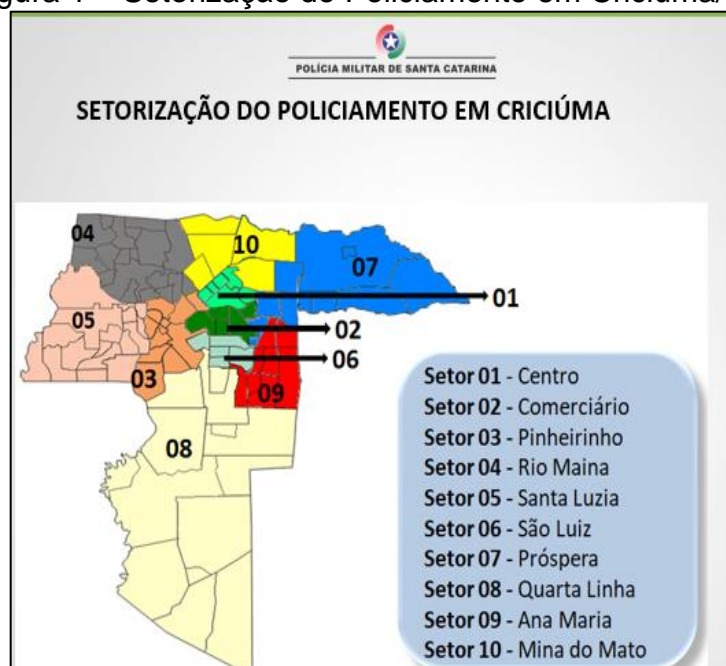
Os setores de policiamento de Criciúma são distribuídos em dez grandes bairros de referência, tendo cada um destes uma infinidade de outras comunidades em seu entorno. São eles: Quarta Linha, São Luiz, Próspera, Ana Maria, Comercário, Centro, Mina do Mato, Pinheirinho, Rio Maina e Santa Luzia.

A setorização possibilita aos Policiais Militares conhecerem as necessidades locais, dialogar com as pessoas e se fazer visível dentro da comunidade, atendendo os cidadãos nos serviços não emergenciais favorecendo a obtenção do respeito dos habitantes. Dessa forma, todos trabalham para a autoproteção coletiva e individual, antecipando os problemas que podem surgir. Essa forma setorizada possibilita ao Policial Militar entender as preocupações da comunidade, explicando os serviços da PM com precisão e verificar as informações que levem a antecipação de qualquer foco de desordem pública. (CICHELLA, DA ROSA; VIEIRA, 2020, p. 85-86)

Com a setorização em Criciúma é possível perceber a descentralização de parte da estrutura da Polícia Militar, o que facilita e proporciona a integração e interação entre os policiais e as pessoas das respectivas comunidades. Cada um dos setores tem um comandante que é o elo entre a comunidade e escalão superior da Polícia Militar. Isso facilita o encaminhamento das demandas, policiais e não policiais, a fim de viabilizar a resolução dos problemas. Cada setor tem o nome de um bairro referência, conforme se verifica na Ilustração 1.

¹⁷ Setor: área territorial delimitada, podendo ser formada por ruas, um bairro, ou vários bairros com características que refletem na segurança pública semelhantes. É a área circunscricional de responsabilidade do respectivo policial.

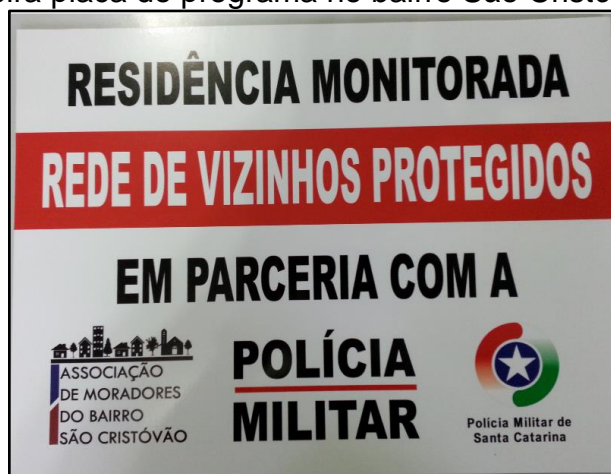
Figura 1 – Setorização do Policiamento em Criciúma/SC.



Fonte: Modificado de Mateus ([2020?], p. 9).

Mesmo antes de institucionalizado a nível estadual o Programa Rede de Vizinhos da PMSC, O 9º Batalhão de Polícia Militar já buscava parcerias com a comunidade, no intuito de verificar as demandas que influenciasses na segurança pública de cada bairro. Na época o nome do programa era “Rede de Vizinhos Protegidos”. Antes do ano de 2016, muitos comandantes de OPM local tomavam iniciativas de fortalecer os vínculos comunitários e a parceria dos cidadãos com a PM. O Rede de Vizinhos Protegidos em Criciúma teve sua gênese no Bairro São Cristóvão no ano de 2015, mas com um conceito, na época, diferente do modelo que foi institucionalizado pela PMSC.

Figura 2 – Primeira placa do programa no bairro São Cristóvão em Criciúma.



Fonte: foto do autor (2021).

O jornal “A Tribuna”, em 18 de junho de 2015, trazia como chamada de reportagem “Projeto de Rede de Vizinhos Protegidos é iniciado em Criciúma”, e descrevia no corpo do texto a forma de realização. Dizia que “A ação consiste em que, em uma rua, pelo menos dois vizinhos vigiem os arredores. Ao se deparar com uma atitude suspeita, através de apitos, os moradores se comunicam, a fim de espantar quem estiver cometendo algo ilícito” (GHEGIN, 2015, p. 21).

Com a institucionalização do “Rede de Vizinhos” a nível estadual, o programa passa a ter um objetivo que vai além do idealizado pelo 9º Batalhão de Criciúma. Uma nova placa, que atualmente está presente em muitas residências e comércios do Estado de Santa Catarina, é oficializada pela PMSC por meio do POP nº 102.3.1 em 10 de agosto de 2018.

Figura 3 – Placa de Rede de Vizinhos da PMSC oficializada pelo POP 102.3.1



Fonte: (SANTA CATARINA, 2016b)

Com a institucionalização do Programa a nível estadual, o 9º Batalhão de Polícia Militar passou por um processo de reformulação, a fim de atender o modelo

estabelecido. Com isso, direcionou o policial militar para um papel de ligação com os cidadãos para assessorá-los no enfrentamento dos problemas locais.

A cidade de Criciúma, que é a sede do 9º BPM, possuía no ano de 2018, 147 (cento e quarenta e sete) Redes de Vizinhos, contando com 9.755 (nove mil, setecentos e cinquenta e cinco) integrantes.

No ano de 2019, com o esforço mútuo entre os Comandantes dos Setores, Policiais Comunitários e de Gestores da Comunidade, as Redes de Vizinhos de Criciúma aumentaram para 163 (cento e sessenta e três) “células” (acrécimo de 10,83%), passando a congregar 11.682 (onze mil, seiscentos e oitenta e dois) moradores, um aumento de 19,7% participantes (grifo nosso), [...]. (ANDRADE; FRAGA, 2020, p. 8).

Em 2020 o programa Rede de Vizinhos no município de Criciúma contou com o total de 189 células (Redes) e uma quantidade de 13.132 participantes cadastrados. De acordo com o setor de planejamento do 9º Batalhão de Polícia Militar, quanto ao número de células e a quantidade de participantes é possível estratificar por setor de policiamento, conforme visão espacial no mapa da ilustração 1.

Tabela 1 – Rede de Vizinhos por setor de policiamento em Criciúma/SC.

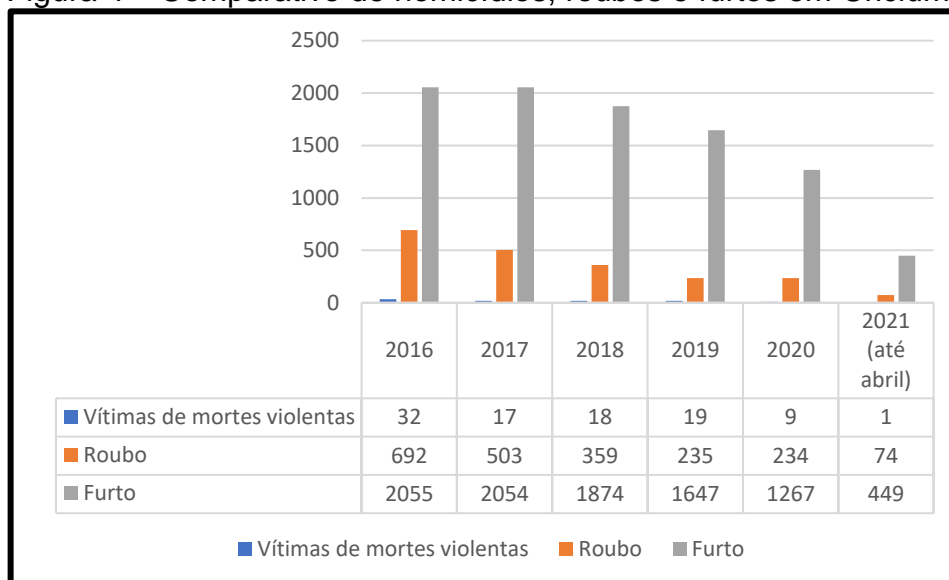
REDE DE VIZINHOS EM CRCIÚMA/SC		
Setor	Redes	Participantes
01 – Centro	21	1.257
02 – Comercário	12	830
03 – Pinheirinho	15	825
04 – Rio Maina	30	2.812
05 – Santa Luzia	31	2.423
06 – São Luiz	12	503
07 – Próspera	27	1.650
08 – Quarta-Linha	13	1.049
09 – Ana Maria	7	773
10 – Mina do Mato	21	1.010
Total	189	13.132

Fonte: Informações coletadas pelo autor no setor de planejamento do 9º BPM (2021).

Todo esse engajamento da Polícia Militar e dos cidadãos em participar ativamente da construção da Segurança Pública apresenta resultados. Comparando o ano de 2019 para o de 2020, o número de registros de furtos pela Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma diminuiu de 1.643 para 1267, totalizando

376 furtos a menos, o que significa uma redução de maior que 22%. (CUSTÓDIO, 2021).

Figura 4 – Comparativo de homicídios, roubos e furtos em Criciúma



Fonte: Números de homicídios conforme boletim de indicadores da SSP/SC. Dados de furto e roubo retirados do BI (*Business Intelligence*) da Gestão Operacional da PMSC.

Mesmo não havendo estudo científico sobre o motivo da diminuição dos índices criminais de homicídio, roubo e furto no município, é notável que após a implantação do programa Rede de Vizinhos em Criciúma/SC, a partir da figura acima (gráfico e tabela), a diminuição nos índices criminais de homicídio, roubo e furto. Outros fatores podem ter influenciado, a exemplo da própria Pandemia no ano de 2021, em razão do COVID-19.

Frisa-se que no ano de 2015, o município de Criciúma foi considerado o mais violento do Estado de Santa Catarina, totalizando 56 homicídios e 4 latrocínios. Em matéria jornalística veiculada no portal do G1 (Globo.com) no dia 08 de dezembro de 2015, afirmava que o nº de homicídios em Santa Catarina subia 9,62% em SC, sendo a cidade de Criciúma com o maior índice do Estado. Antes de terminar o ano, o município contava com 52 homicídios, sendo a média de 27,05 crimes por 100 mil habitantes. (G1, 2015).

Durante esse período, conforme demonstrado na Figura 4 que expõe a diminuição dos índices de crimes (homicídio, roubo e furto) no período de 2016 a 2020, o 9º BPM investiu no policiamento de proximidade, fortalecendo a parceria da Polícia Militar e comunidade. Com base nessa parceria que se firma o presente estudo. No próximo tópico é apresentado os resultados da pesquisa de campo realizada com os

integrantes do Rede de Vizinhos em Criciúma, a fim de examinar a participação cidadã no programa e a sua afinidade com o movimento do constitucionalismo democrático brasileiro pós 1988.

4.3 ANÁLISES DA PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NO PROGRAMA DE REDE DE VIZINHOS EM CRICIÚMA/SC.

Vencido a etapa da pesquisa descritiva, inicia-se a partir deste tópico a fase exploratória, a fim de resolver o problema proposto a respeito da análise sobre a participação cidadã na segurança pública e a relação com o constitucionalismo democrático no programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar, realizado pelos policiais militares do 9º BPM no município de Criciúma.

Para isso, foi realizado uma pesquisa de campo, com a finalidade de confrontar a prática à teoria já alicerçado nos capítulos anteriores. Com isso, busca-se evidências que possam corroborar ou refutar a hipótese de que o programa Rede de Vizinhos da PMSC implantado em Criciúma é um dos programas de prevenção, que possibilita a participação cidadã na premissa do constitucionalismo democrático e sedimentam estratégias de policiamento pautadas na atuação em rede, ou seja, na construção de soluções de segurança em parceria com a comunidade.

4.3.1 Considerações iniciais sobre a realização da pesquisa de campo

Esta pesquisa foi aplicada, por intermédio de questionário disponibilizada na plataforma *on line* do *google forms*. Foi encaminhado *link* por meio do *WhatsApp* a todos os grupos formais de Rede de Vizinhos cadastrados no 9º Batalhão de Polícia Militar. Com isso, foi investigado a participação cidadã no referido programa da PMSC implantado no município de Criciúma e analisado se esta estratégia de policiamento está em consonância com participação cidadã no marco do constitucionalismo democrático.

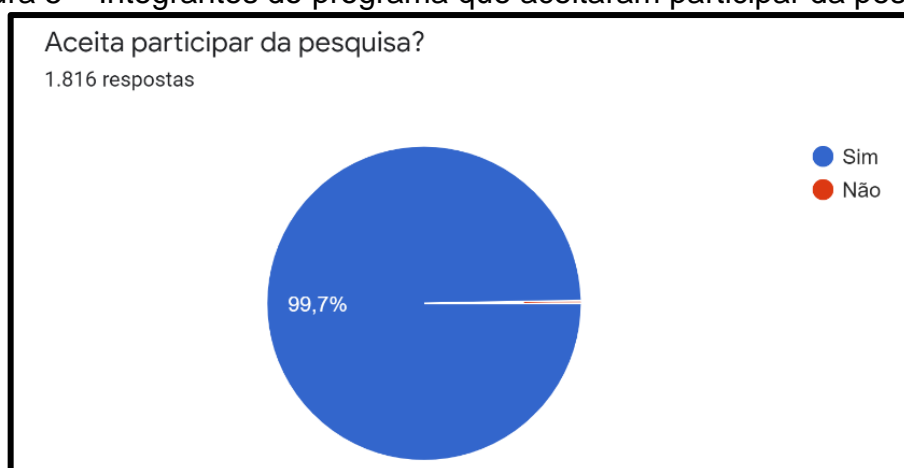
A população, ou universo, desta pesquisa de campo, que “É o conjunto de elementos que possuem determinadas características” (GIL, 1999, p. 99), trata-se do conjunto de pessoas que participam do programa Rede de Vizinhos no município de Criciúma/SC num total de 13.132, conforme a Tabela 1. Quanto à amostra, usando

das explicações de Marconi e Lakatos (2021, p. 55), foi utilizada a não probabilística denominada intencional, uma vez que o questionário esteve disponibilizado a todo o universo dos participantes do programa, sem critérios representativos, a fim de captar a opinião do maior número de elementos da população. A taxa de retorno do questionário disponibilizados à população objeto foi de 13,83%, gerando um alcance real de 1.816 de pessoas.

Para isso, em um primeiro momento o pesquisador, devidamente autorizado, ingressou em todos os grupos de Rede de Vizinhos do município de Criciúma, o que possibilitou encaminhar o *link* a todos os integrantes que formam a população objeto. As perguntas foram elaboradas com possibilidade de respostas fechadas de múltipla escolha, dicotômica e algumas respostas únicas. Todas com o objetivo de identificar o perfil do entrevistado e outros dados indispensáveis, para analisar a percepção dos integrantes do programa e chegar no entendimento quanto ao objeto da pesquisa.

Foram disponibilizadas 35 (trinta e cinco) perguntas na plataforma *Google Forms*, sendo todas facultativas, exceto a primeira que se referia ao aceite em participar das pesquisas, o que dava a oportunidade do entrevistado responder a pergunta conforme sua conveniência. Das 1.816 respostas no questionário, 5 (cinco) não aceitaram participar da pesquisa, o que contabilizou um total de 1811 pessoas que assinalaram “sim” em participar, gerando uma aceitação de 99,7%.

Figura 5 – Integrantes do programa que aceitaram participar da pesquisa



Fonte: elaboração do autor

A partir da aceitação em participar da pesquisa, o respondente se deparou com perguntas referentes ao perfil dos participantes e da própria descrição do programa. Além disso, foram alvo deste estudo as características gerais do

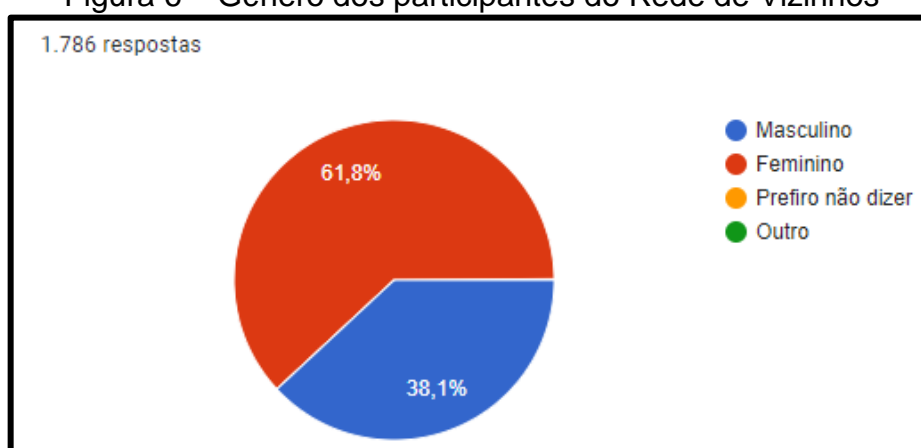
funcionamento do programa e o sentimento de segurança, o grau de confiança na eficiência na Rede e, por fim, como se dá a comunicação entre os membros da célula, com perguntas sobre o sentimento de responsabilidade pela segurança pública em seu bairro e se é ouvido pela Polícia Militar quando da apresentação de alguma sugestão .

4.3.2 O perfil dos participantes do programa Rede de Vizinhos

Para a realização da pesquisa não foi autorizado a participação de menores de 18 anos, em razão da necessidade do Termo de Assentimento e consentimento dos pais ou seus responsáveis legais, conforme preconiza a Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. Além disso, de acordo com o POP da PMSC ainda há a proibição de menores de 18 anos em participarem nos grupos de *whatsapp* do Rede de Vizinhos, conforme visto no item 4.1.2.1. Com isso, a média de idade das pessoas que preencheram é de 45,79 anos.

Com relação ao gênero dos integrantes, foram 1786 respostas obtendo o percentual conforme figura abaixo.

Figura 6 – Gênero dos participantes do Rede de Vizinhos



Fonte: elaboração do autor

A maioria dos participantes do programa são do sexo feminino num total de 1.104, que corresponde aos 61,8% e 680 masculinos que são os 38,1% dos que preencheram o questionário.

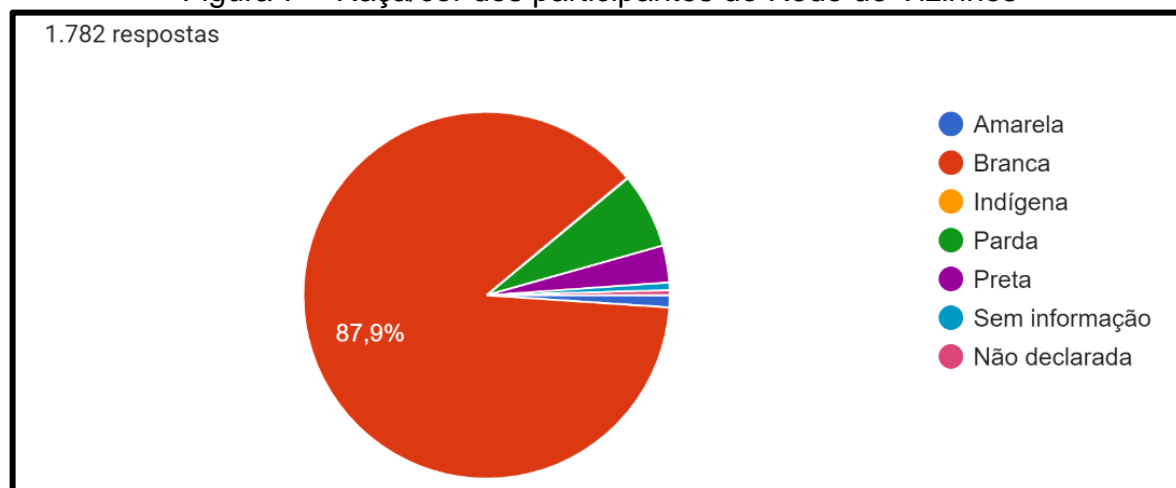
A discussão “Mulheres – Diálogos sobre Segurança Pública” para garantir uma intervenção qualificada e exclusiva das mulheres na I Conferência Nacional de

Segurança Pública, em agosto de 2009, promovida pelo Ministério da Justiça em Brasília, já expunha que elas são as que protagonizam iniciativas ou movimentos na busca de soluções para a violência. Elas estão em diversas áreas, como nas associações de familiares vítimas da violência, na defesa dos direitos da população carcerária, nas demandas de promoção da justiça e na apuração dos crimes cometidos por agentes do estado, manifestando-se como mães, esposas, filhas, irmãs, companheiras e vítimas das violências perpetradas no espaço público ou espaço de convívio íntimo e familiar. (BRASIL, 2009, p. 11).

As mulheres possuem uma papel fundamental na vida social, e sua presença forte nas políticas públicas de segurança é relevante, uma vez que direciona a “[...] uma estratégia democrática de construir uma nova visão sobre a segurança pública, que considere a complexidade do problema e a multiplicidade de estratégias que precisam ser desenvolvidas de forma articulada para enfrentá-lo”. (BRASIL, 2009, p. 13).

Quanto a raça/cor, foram 1.782 pessoas que responderam este quesito. É possível perceber, que a maioria dos integrantes do Rede de Vizinhos que participaram da pesquisa são da cor branca, com 87,9%.

Figura 7 – Raça/cor dos participantes do Rede de Vizinhos



Fonte: elaboração autor

Para fazer uma análise comparativa, raça/cor, de forma proporcional com a população Criciúma, o ideal seria que houvesse um censo atualizado. Contudo, resta comparar a população de Criciúma de acordo com o último senso de 2010.

Tabela 2 – Comparativo raça/cor dos participantes da pesquisa na Rede de Vizinhos com a população de Criciúma conforme censo de 2010.

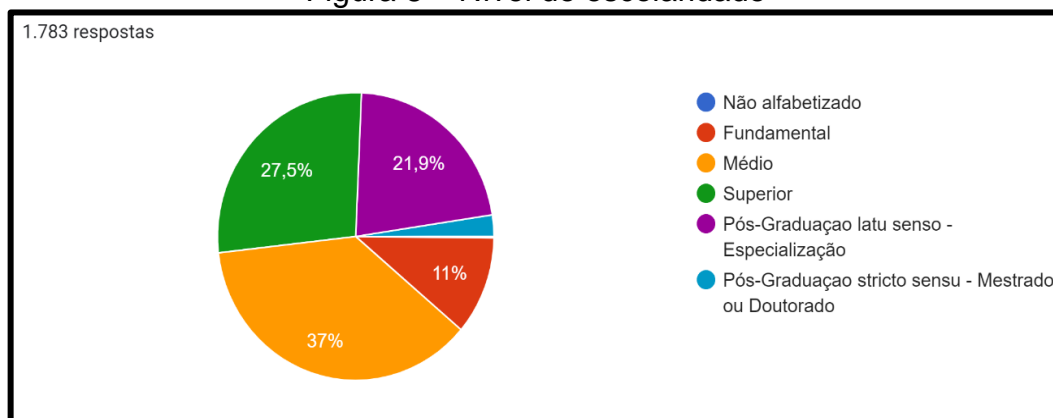
Raça/Cor	População Rede de Vizinhos		População de Criciúma – censo 2010 (192.308)	
	Qtd de pessoas	%	Qtd de pessoas	%
Branca	1.566	87,88%	166.201	86,4%
Parda	118	6,62%	13.861	7,21%
Preta	58	3,25%	11.642	6,05%
Amarela	19	1,07%	393	0,20%
não declarada	8	0,45%	-	-
Indígena	1	0,06%	211	0,11%
Sem informações	12	0,67%	-	-

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE (2010)

A quantidade percentual das pessoas da raça/cor preta, parda e Indígena que responderam o questionário é inferior aos da cor branca. Em que pese a proximidade da proporção entre a população do Rede de Vizinhos com a de Criciúma, percebe-se que os de raça/cor preta tem uma porcentagem menor de participantes. Fazendo um comparativo proporcional há 46,28% menos cidadãos da raça/cor preta participando do programa, comparando proporcionalmente com a população da cidade.

Quanto ao nível de escolaridade foram 1.783 respostas. Dessas 659 possuem o ensino médio, 490 o superior, 391 especialização *latu sensu*, 197 fundamental, 43 possuem *stricto sensu* (mestrado e/ou doutorado) e 3 (três) não alfabetizados. Conforme o IBGE (2020), Santa Catarina tinha (censo de 2010) 9,69% pessoas com nível superior completo.

Figura 8 – Nível de escolaridade



Fonte: elaboração do autor

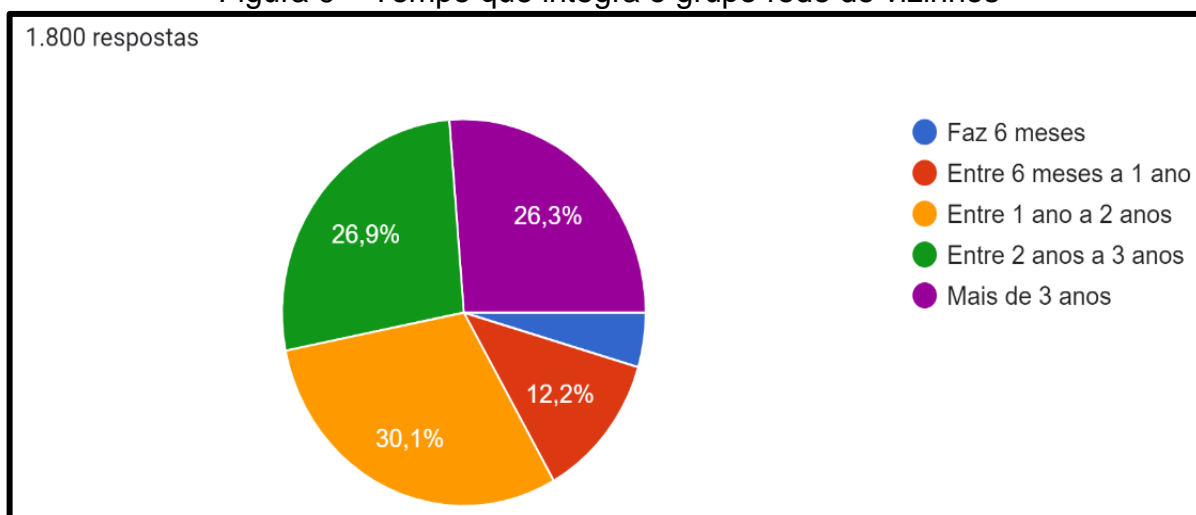
Ao somar os de escolaridade superior e com especialização se torna 49,4% dos participantes, e, ainda se acrescentar os 2,4% com pós-graduação *stricto sensu* (mestrado ou doutorado), tem-se 51,8% dos componentes com nível escolar de graduação ou superior. vê-se que a maioria das pessoas possui nível de escolaridade de ensino médio, superior ou especialização. No entanto, há uma quantidade muito pequena de membros com apenas o ensino fundamental e não alfabetizado. Considerando, que o questionário foi encaminhado aos grupos pelo *whatsapp*, há duas considerações, uma as pessoas com menores grau de instrução tiveram dificuldades em preencher o *link* do *google docs* e, a outra, é a falta de integração do programa com as pessoas com apenas o nível fundamental.

Perguntado o tempo que cada um integra o Rede de Vizinhos, foi obtida 1800 respostas, divididas da seguinte forma:

- 6 meses: 82 pessoas;
- 6 meses a 1 ano: 220 pessoas;
- 1 a 2 anos: 541 pessoas;
- 2 a 3 anos: 484 pessoas;
- Mais de 3 anos: 473 pessoas.

Olhando o gráfico, concebe-se que 53,2% pertencem há mais de dois anos ao Rede de Vizinhos. Faz-se necessário frisar que, durante o período da Pandemia, pode ter diminuído o ingresso de novas pessoas e a formação de células, uma vez que as reuniões presenciais foram suspensas.

Figura 9 – Tempo que integra o grupo rede de vizinhos



Fonte: elaboração do autor

Perguntado sobre a quantidade de reuniões *on line* e/ou presencial que cada respondente participou, houveram 1516 assinaladas da seguinte forma:

- 915 participaram de 1 (uma) reunião;
- 268 participaram de 2 (duas) reuniões;
- 150 participaram de 3 (três) reuniões;
- 36 participaram de 4 (quatro) reuniões;
- 25 participaram de 5 (cinco) reuniões;
- 122 participaram de mais de 5 (cinco) reuniões.

A grande maioria, em 60,4%, preencheu que participou de apenas uma reunião. Importante consignar que desde março de 2020 os encontros presenciais estão suspensos em razão da Pandemia do COVID-19. De todas as formas, considerando que 1 (uma) reunião é necessário para a formação da célula da Rede, analisando que mais de 53,2% pertencem há mais de 2 anos, percebe-se que, depois da formação, há pouca participação dos integrantes do programa em reuniões presenciais ou *on line*.

4.3.3 O programa Rede de Vizinhos: considerações sobre a estruturação

Cada célula do Rede de Vizinhos é denominada por um nome que identifica o grupo do *WhatsApp*, local é possível tratar dos assuntos de interesses coletivos. Os aplicativos de mensagens instantâneas unem as pessoas mesmo distantes, e refletem uma transformação estrutural no relacionamento da vizinhança. Um policial militar intitulado de ligação integra os grupos e tem a responsabilidade de acompanhar as dificuldades das pessoas e tomar as providências para a resolução das demandas sociais que, caso não resolvidas, tendem a gerar uma retroalimentação, acarretando mais problemas de segurança pública.

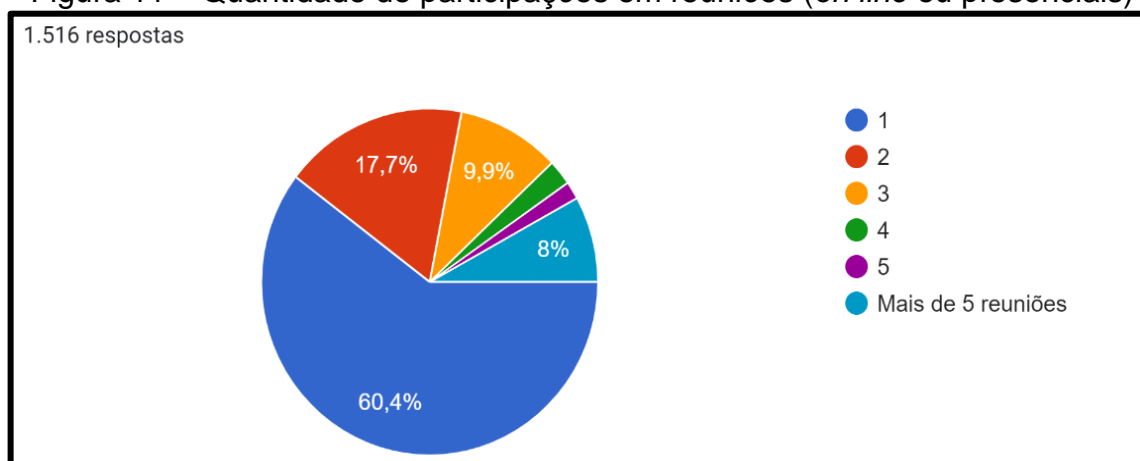
Figura 10 – *Print* de uma tela do *WhatsApp* com os grupos de Rede de Vizinhos



Fonte: *print* realizado pelo autor

Como já visto, no item 3.2, ao explicar sobre direito sociais, Thomas Humphrey Marshall (1967, p. 70-71) ensina que “A participação das comunidades locais e associações funcionais constitui a fonte original dos direitos sociais”. Essa importância ao tema é verificada no programa, pois possibilita união entre os membros de uma localidade, inclusive prevendo a necessidade reuniões ordinárias. Contudo, entre as pessoas que responderam o questionário, a maioria participou apenas 1(uma) reunião, um total de 60,4%, conforme se verifica na figura abaixo.

Figura 11 – Quantidade de participações em reuniões (*on line* ou presenciais)

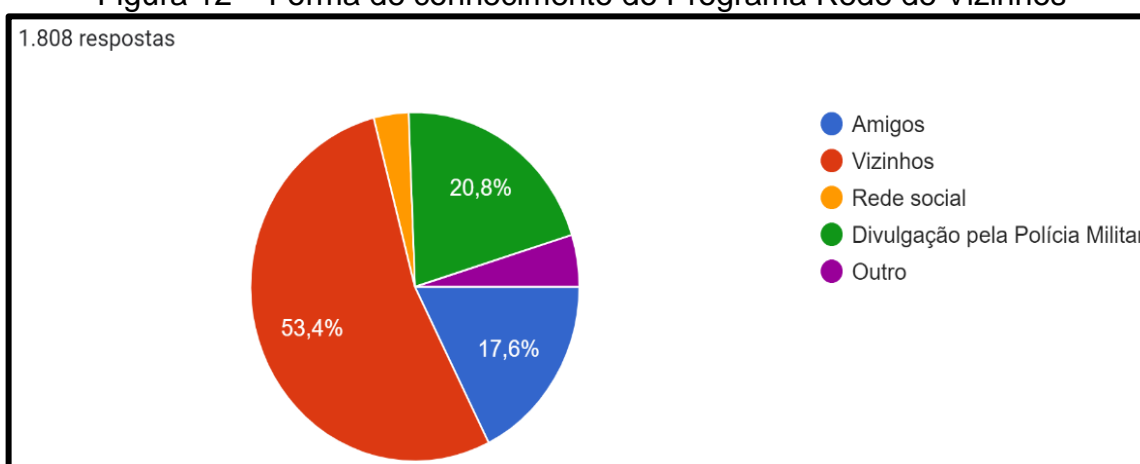


Fonte: elaboração do autor

Independentemente do número de reuniões, a maioria dos participantes que tomaram conhecimento do programa foram por intermédio de vizinhos. Foram 1808 que assinalaram da seguinte forma:

- Vizinhos: 965 pessoas;
- Divulgação da PM: 376 pessoas;
- Amigos: 318 pessoas;
- Rede Social: 62 pessoas;
- Outros meios: 87 pessoas.

Figura 12 – Forma de conhecimento do Programa Rede de Vizinhos



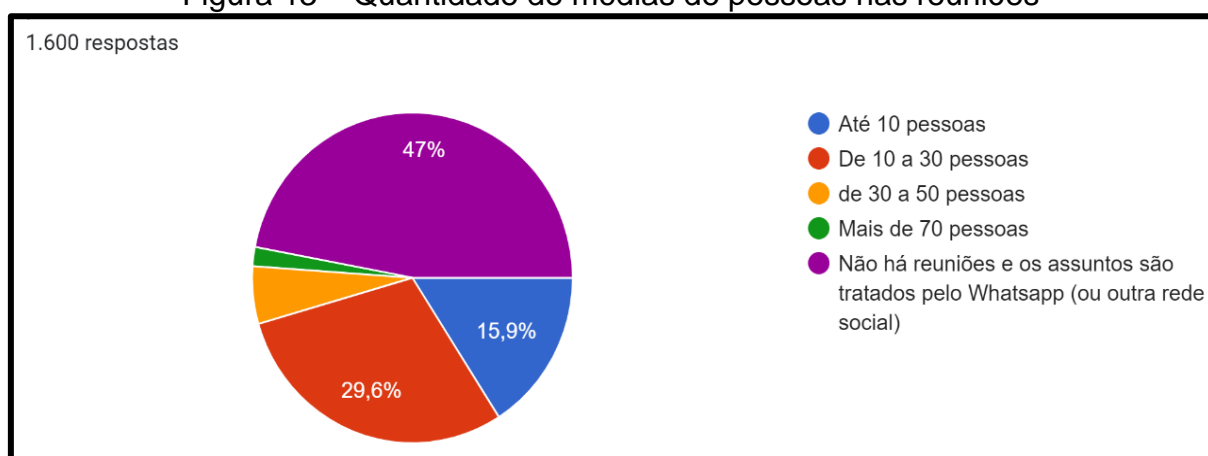
Fonte: elaboração do autor

Conforme o procedimento operacional padrão da PMSC, a partir da implantação são necessárias reuniões periódicas. Isso possibilita fazer com que o povo se torne parte principal do processo de seu desenvolvimento e promoção social, que, conforme explicação de Comparato (1993), trata-se da ideia de participação.

Diante disso, foi perguntado a quantidade de pessoas, em média, participam das reuniões no Rede de Vizinhos (*on line* ou presencial). Dessas, foram 1600 respostas divididas da seguinte forma:

- 255 informaram até 10 pessoas;
- 473 informaram de 10 a 30 pessoas;
- 90 informaram de 30 a 50 pessoas;
- 30 informaram ser mais de 70 pessoas;
- 752 pessoas informaram que não há reuniões periódicas, pois os assuntos são tratados pelo *Whatsapp* (ou outra rede social).

Figura 13 – Quantidade de médias de pessoas nas reuniões



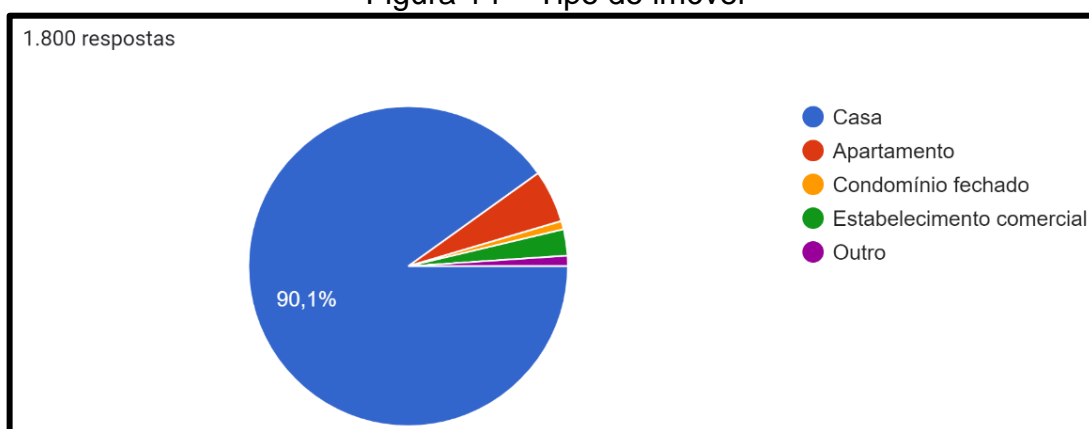
Fonte: elaboração do autor

Quase metade das respostas (47%), identificaram que não há reuniões periódicas, sendo a maioria dos assuntos tratados pelo Whatsapp. No entanto, considerando a Figura 11, a forma como os integrantes tomaram conhecimento do programa foi por intermédio dos vizinhos, total de 53,4%, sendo ainda que 17,6% foi souberam por intermédio de amigos.

Ao todo, foram 61% que tomaram conhecimento do programa por intermédio de vizinhos ou amigos. Isso demonstra o interesse por parte dos cidadãos em estar ativamente conectados em razão do objetivo comunitário, neste caso a segurança pública de sua localidade.

Quanto ao tipo de imóvel, a maioria das pessoas que participam do programa está relacionado a suas próprias residências. Foram 1800 respostas, das quais 1662 informaram casa, 96 pessoas apartamento e 48 pessoas estabelecimento comercial. Foram 15 em condomínio fechados e 19 outros.

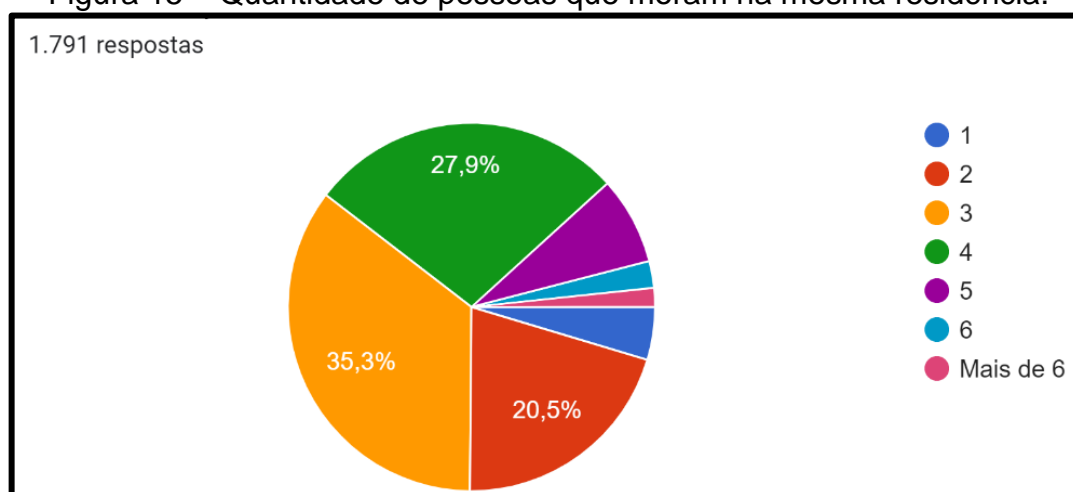
Figura 14 – Tipo do imóvel



Fonte: elaboração do autor

Perguntado aos participantes sobre a quantidade de pessoas que moram na mesma residência ou utilizam o mesmo estabelecimento e restou 1791 respostas. Divididas em 35,3% com 3(três) integrantes, 27,9% com 4 (quatro) dividindo o mesmo espaço, 20,5% com 2 (duas) pessoas e 11,7% com 5 (cinco) ou mais integrantes. O total são 95,4% com 2 (duas) ou mais pessoas utilizando a mesma residência ou estabelecimento.

Figura 15 – Quantidade de pessoas que moram na mesma residência.



Fonte: elaboração do autor

Ao analisar este gráfico, é possível compreender que as respostas ora analisadas neste estudo, embora seja estritamente a opinião pessoal e individual de quem assinalou o questionário, podem representar a percepção de uma quantidade maior de pessoas. Visto que, se partir de uma afinidade familiar e mesmo interpretativa, é provável que o programa Rede de Vizinhos tenha uma amplitude muito além da quantidade de pessoas que preencheram o questionário.

4.3.4 Quando ao sentimento de segurança ao andar no município

Conforme descrito no item 2.2, a segurança é uma necessidade fundamental do homem, que quando não satisfeita poder gerar a ruptura do equilíbrio do organismo ou da estabilidade social. Com a intenção de entender o sentimento das pessoas a respeito da segurança pública no município de Criciúma, foi realizada a pergunta aos participantes do Programa Rede de Vizinhos, a fim de obter uma percepção da situação, por intermédio de uma escala de avaliação de desempenho. Foram 1806 respostas distribuídas conforme a Tabela 3.

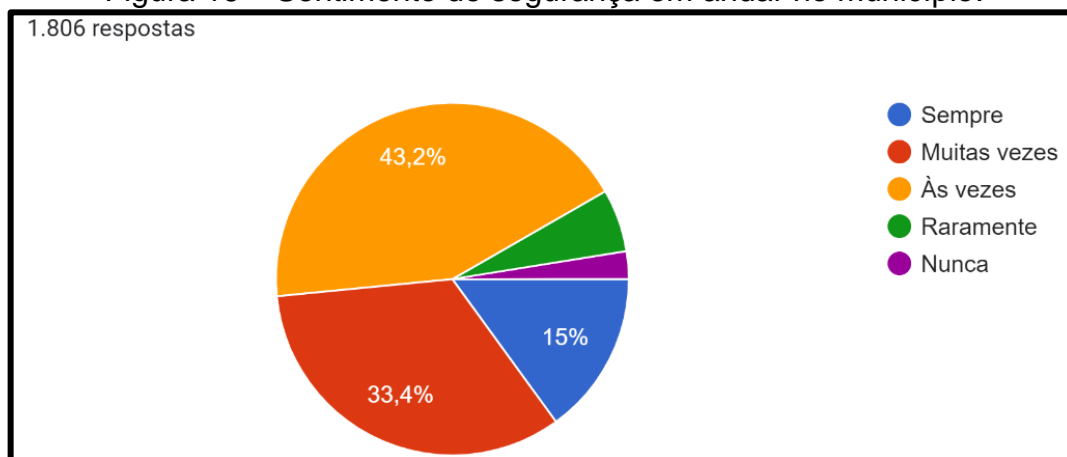
Tabela 3 – Sentimento de segurança em andar no município

Sempre	271
Muitas Vezes	604
Às vezes	781
Raramente	104
Nunca	46

Fonte: elaboração do autor

Fazendo uma relação da Tabela 3 com a Figura 15, consta-se que o sentimento de segurança das pessoas que assinalaram que “sempre” e “muitas vezes” se sentem seguros ao andar no município é de 48,4%. Foram 5,8% que responderam “raramente” e 1,7% afirmaram “nunca” se sentir seguro em Criciúma.

Figura 16 – Sentimento de segurança em andar no município.



Fonte: elaboração do autor

É importante observar que a presente pesquisa foi realizada entre os meses de março e abril de 2021, buscando relatar a percepção da segurança no momento do preenchimento do questionário. Contudo, importante ressaltar que a partir de 2015, conforme verificado na Figura 4, o município de Criciúma vem se destacando pela diminuição dos índices criminais relativos a homicídio, roubo e furto.

Outro quesito, está relacionado a percepção de segurança ao andar na vizinhança.

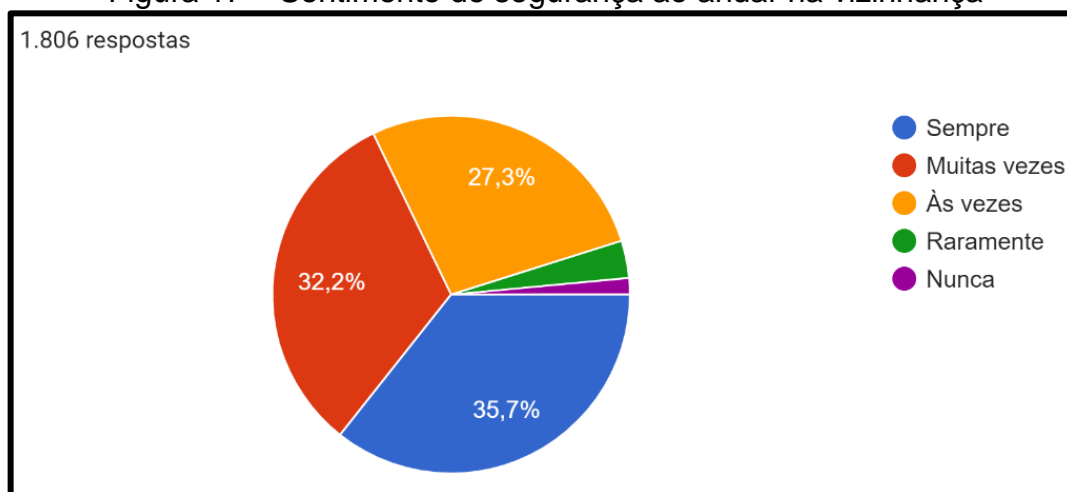
Tabela 4 – Sentimento de segurança ao andar na vizinhança

Sempre	644
Muitas Vezes	591
Às vezes	493
Raramente	61
Nunca	27

Fonte: elaboração do autor

De acordo com as respostas, as pessoas se sentem mais seguras ao andar na vizinhança, próximas as suas residências, considerando a mesma pergunta em relação ao município. É importante considerar que o questionário foi aplicado para pessoas que já participam do Rede de Vizinhos, o que possivelmente pode ter influenciado, pelo fato de já haver uma relação mais próxima entre os vizinhos. Foram 67,9% que assinalaram “sempre” ou “muitas vezes”, por outro lado, foram 3,4% que assinalaram “raramente” e 1,5 % afirmaram “nunca” estar seguro na vizinhança.

Figura 17 – Sentimento de segurança ao andar na vizinhança



Fonte: elaboração do autor

Obtendo esta análise e percepção da segurança, passa-se no próximo tópico analisar as respostas dos quesitos sobre a influência e efetividade do programa na consolidação da cidadania para a participação cidadã em segurança pública no marco do constitucionalismo democrático.

4.3.5 O programa Rede de Vizinhos e a sua influência na vida das pessoas

Com o objetivo de analisar a efetividade o Rede de Vizinhos em Criciúma, buscou-se perceber o sentimento coletivo a respeito da segurança pública, após a implantação do programa. Nesse contexto, o termo segurança elaborado nos quesitos induz, concretamente, para o significado de sensação de paz, tranquilidade, condição ou estado do que está livre de danos ou riscos, voltados ao fator criminalidade. Nesse sentido, é possível perceber a efetividade do programa quanto a finalidade de prevenir e restaurar os problemas de ordem pública, garantindo a incolumidade física das pessoas e do patrimônio.

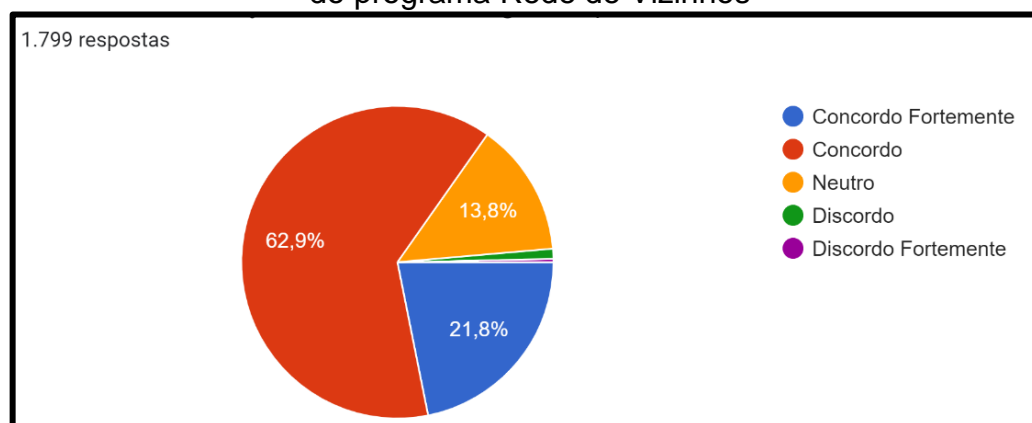
Tabela 5 – Percepção de segurança na vizinhança com o Rede de Vizinhos.

Concordo Fortemente	393
Concordo	1132
Neutro	249
Discordo	19
Discordo Fortemente	6

Fonte: elaboração do autor

Foram 1.799 respostas, que indicam uma melhoria na sensação de segurança. Nota-se que a maioria respondeu “concordo” ou “concordo fortemente”, de maneira em que a soma consisti em 84,7%, com uma parcela neutra de 13,8%, ou seja, que demonstra indiferença quanto ao aumento de segurança pós projeto da Rede de Vizinhos. Apenas 1,1% discordou e 0,3% discordou fortemente.

Figura 18 – Percepção de melhoria da segurança na vizinhança com a implantação do programa Rede de Vizinhos



Fonte: elaboração do autor

É possível analisar o nível de concordância e discordância quanto a efetividade de programa. O que fica demonstrado é um alto nível de aceitação quanto a melhoria da segurança da vizinhança, e isso está diretamente ligado a questão da relação de confiança entre o órgão gestor do programa, a Polícia Militar, e a própria comunidade.

A confiança liga os cidadãos comuns às instituições que se destinam a representá-los (BIANCO, 1994, p. 162). Esta confiança é fundamental para a intensificação tanto da legitimidade quanto da efetividade dos governos democráticos (MISHLER; ROSE, 2001). Nesta perspectiva e com o esforço de entender o grau de confiança dos integrantes do Rede de Vizinhos para com a Polícia Militar, foi realizado o questionamento aos participantes, a fim de analisar a influência do programa no vínculo da PM com a comunidade.

Tabela 6 – Grau de confiança na Polícia Militar depois do Rede de Vizinhos

Concordo Fortemente	485
Concordo	987
Neutro	275
Discordo	47
Discordo Fortemente	6

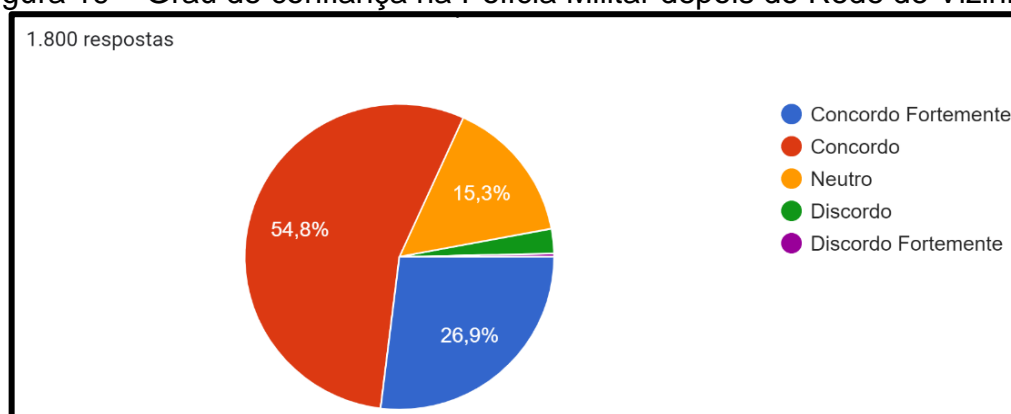
Fonte: elaboração do autor

Estabelecer uma polícia confiável requer, fundamentalmente, formas reflexivas de construí-la. As razões para confiar precisam ser identificadas, reiteradas

e desenvolvidas pela polícia em seus contatos e relacionamentos com os cidadãos (GOLDSMITH, 2005, p. 464).

Por este ângulo que se visualiza o programa Rede de Vizinhos como instrumento legítimo capaz de fundamentar razões que fortaleça a confiança entre a Comunidade e a Polícia Militar, cumprindo um dos objetivos do marco conceitual de melhorar a relação entre ambos.

Figura 19 – Grau de confiança na Polícia Militar depois do Rede de Vizinhos



Fonte: elaboração do autor

Nota-se que a pergunta tem a intenção de analisar a efetividade da realização do trabalho nesta atuação preventiva, ou seja, não tem o condão de medir a eficiência da PM quanto o grau de confiança, que os participantes possuem nesta referida instituição militar estadual como um todo. De toda forma, as respostas demonstraram que 81,7% dos participantes confiam mais na Polícia Militar depois da implantação do programa.

Conforme o marco conceitual do Rede de Vizinhos e o POP 102.3.1, que implantou o programa no Estado de Santa Catarina, um dos objetivos do programa é reunir vizinhos de uma determinada localidade para estabelecer uma melhoria na relação entre a polícia e a comunidade. Além disso, tem a finalidade de fomentar uma ação cooperativa e associativa, no intuito da obtenção de parcerias e o fortalecimento das relações interpessoais e a cidadania ativa do bairro.

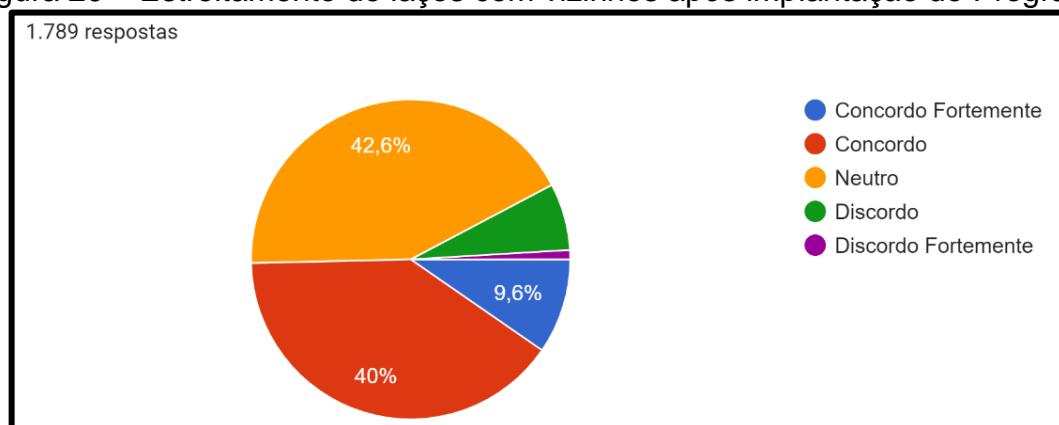
Por conseguinte, no intuito de analisar possíveis melhorias no relacionamento entre vizinhos após a implantação do programa, foi realizado a perguntar aos participantes para averiguar se houve estreitamento de vínculos entre o respondente e seus vizinhos.

Tabela 7 – Estreitamento de laços com vizinhos após implantação do Programa	
Concordo Fortemente	172
Concordo	716
Neutro	763
Discordo	121
Discordo Fortemente	17

Fonte: elaboração do autor

Conforme visto no item 3.3, do constitucionalismo cidadão, todos têm compromisso com a paz e a consequente harmonia social. É imprescindível que cada cidadão tome a posição de sujeito político exercendo o seu papel ativo na busca de melhorias da qualidade de vida. Para isso, a união com o devido estreitamento de laços entre vizinhos é preponderante para as conquistas de demandas sociais.

Figura 20 – Estreitamento de laços com vizinhos após implantação do Programa



Fonte: elaboração do autor

Como já explano no item 2.3.2, o carro de patrulha, o telefone e o rádio de intercomunicação, foram desenvolvimentos tecnológicos que diminuíram o vínculo do policial militar com as pessoas, passando por uma estratégia de policiamento pautado na reação. O Rede de Vizinhos, por outro lado, beneficia-se da tecnologia para estreitamentos de parceria entre a Polícia Militar e a comunidade, e, conforme a Figura 20, há estreitamento de laços entre vizinhos de 49,6%, demonstrando a eficiência do programa em fortalecer os vínculos pessoais.

Quanto a atenção a segurança pública por parte dos cidadãos, trata-se de um dever constitucional como responsabilidade de todos. Pois, é impossível que o Estado tenha condições de resolver as demandas sociais que afligem uma comunidade sem

a participação dos cidadãos que a ela pertencem. Estar atento a segurança é prever fatores de riscos e, em parceria, buscar alternativas para trabalhar na prevenção.

Neste sentido, a fim de analisar a efetividade do programa Rede de Vizinhos, quanto a influência no cidadão para estar mais atento a segurança de seu bairro, foi realizado o questionamento, conforme

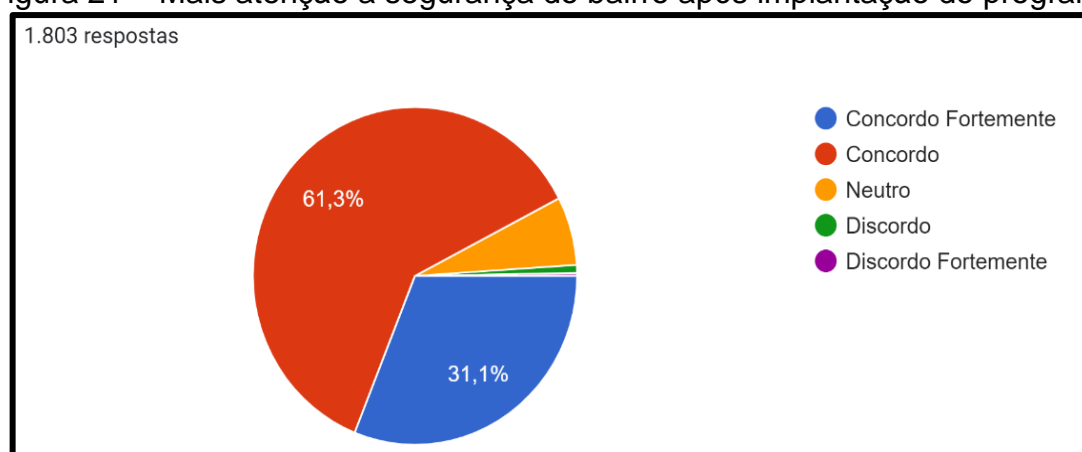
Tabela 8, obtendo 1.803 respostas.

Tabela 8 – Atenção a segurança após a implantação do Rede de Vizinhos	
Concordo Fortemente	560
Concordo	1106
Neutro	118
Discordo	14
Discordo Fortemente	5

Fonte: elaboração do autor

Conforme Zigmunt Baumam (2003, p. 102), visto no item 3.2, a segurança é uma tarefa que toca a cada indivíduo, pois a defesa do lugar, deve ser um assunto comunitário, ou seja, uma questão do bairro. Neste sentido, o Programa está demonstrado um papel fundamental para a política de uma cidadania ativa.

Figura 21 – Mais atenção a segurança do bairro após implantação do programa



Fonte: elaboração do autor

Foram 92,4% dos participantes que responderam “concordo” ou “concordo fortemente”. Isso evidencia a materialização de um dos objetivos do programa de aumentar a vigilância natural com o intuito de prevenir e restaurar problemas de ordem pública. Assim, há maior proteção da incolumidade física das pessoas e do

patrimônio, influenciando diretamente na qualidade de vida dos cidadãos da comunidade.

Muitas ações podem ser realizadas pelo programa. Entre as ações concretas que foram realizadas a partir da implantação do Rede de Vizinhos pode ser verificado conforme

Tabela 9. Foram 1.787 respostas, em que cada participantes pode assinalar mais de um quesito, visto a possibilidade de terem mais de uma ação concreta em cada localidade.

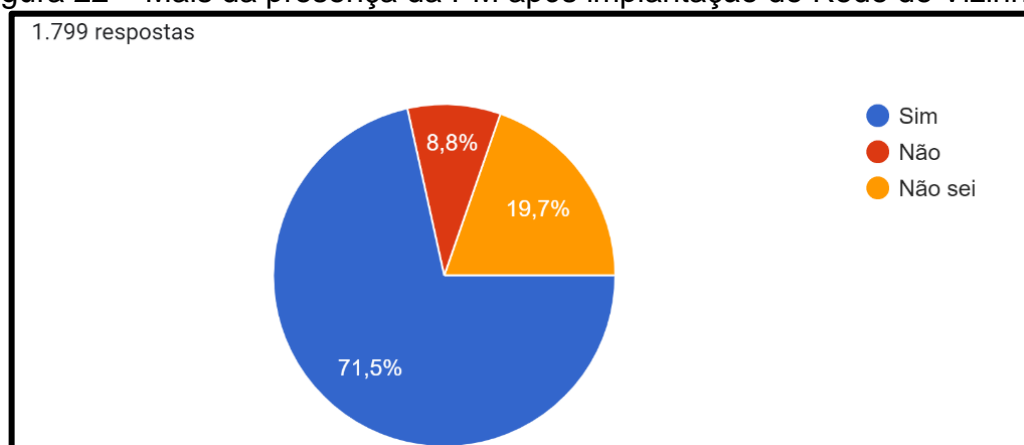
Tabela 9 – Ações realizadas pelo Rede de Vizinhos		
Ações concretas	Qtd	%
Instalação de placas do Rede de Vizinhos.	1557	39,51
Instalação de câmeras.	239	6,06
Instalação de dispositivos de prevenção (grades, cercas, etc) na minha residência.	205	5,20
Melhoria da Iluminação pública.	356	9,03
Organização da vizinhança para melhoria de infraestrutura comum do bairro.	306	7,76
Melhoria dos espaços públicos (revitalização de praças, ruas, calçadas e etc.).	216	5,48
Visitas preventivas policiais.	898	22,79
Outros.	119	3,02
Nada.	45	1,14

Fonte: elaboração do autor

Ter vizinhos e conviver comunitariamente, ilustra uma forma de construir culturalmente o espaço físico local e a segurança, bem como as atividades fundamentais, como lazer e educação. (FARIAS; PINHEIRO, 2013, p. 34). É possível verificar que a integração dos cidadãos da comunidade em parceria com a Polícia Militar produz efeitos concretos na melhoria da vizinhança, estimulando o participante do programa a melhorar os dispositivos de prevenção em sua residência e inclusive melhorias de espaços públicos e provados, a exemplo de infraestrutura e iluminação pública.

Além disso, há uma presença policial militar mais ativa quando a comunidade está engajada na segurança de sua localidade, como se pode notar na Figura 21, pois foi questionado aos respondentes se a PM aumentou o patrulhamento depois do Rede de Vizinhos, e com 1799 respostas, houve a afirmação de 71,5% das pessoas, que afirmaram maior presença Policial Militar.

Figura 22 – Mais da presença da PM após implantação do Rede de Vizinhos.

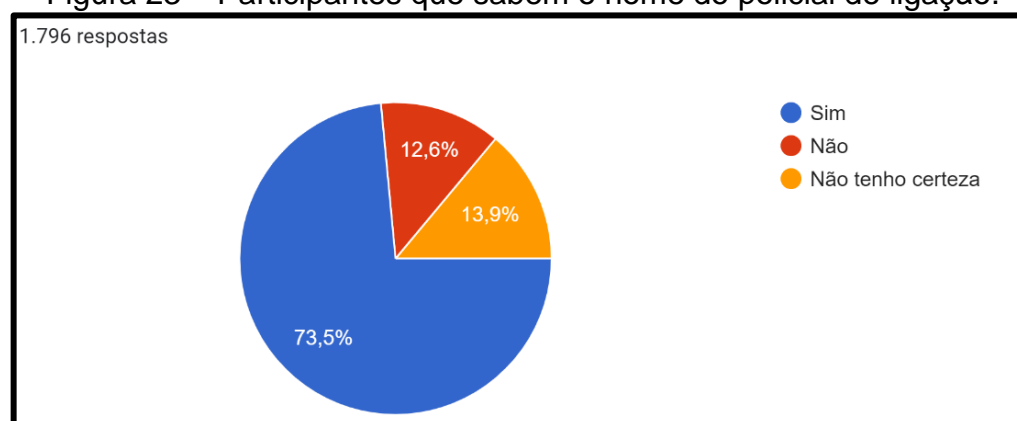


Fonte: elaboração do autor

Quando o Policial Militar permanece mais próximo da comunidade ele tende a sentir mais facilmente as dificuldades locais, passando de mero agente encarregado de preservar a ordem pública a um integrante dela. Isso faz com que ele perceba as necessidades e coadune as mesmas problemas existentes na localidade, ganhando a confiança e a simpatia dos cidadãos, conseqüentemente prestando um serviço de maior qualidade.

Com a finalidade de entender esta proximidade do Policial Militar com a comunidade, foi perguntado se o participante do Rede de Vizinhos sabe o nome do Policial Militar de Ligação. Foram 1.796 respostas, sendo a grande maioria respondendo que tem conhecimento do nome dele, conforme Figura 23.

Figura 23 – Participantes que sabem o nome do policial de ligação.



Fonte: elaboração do autor

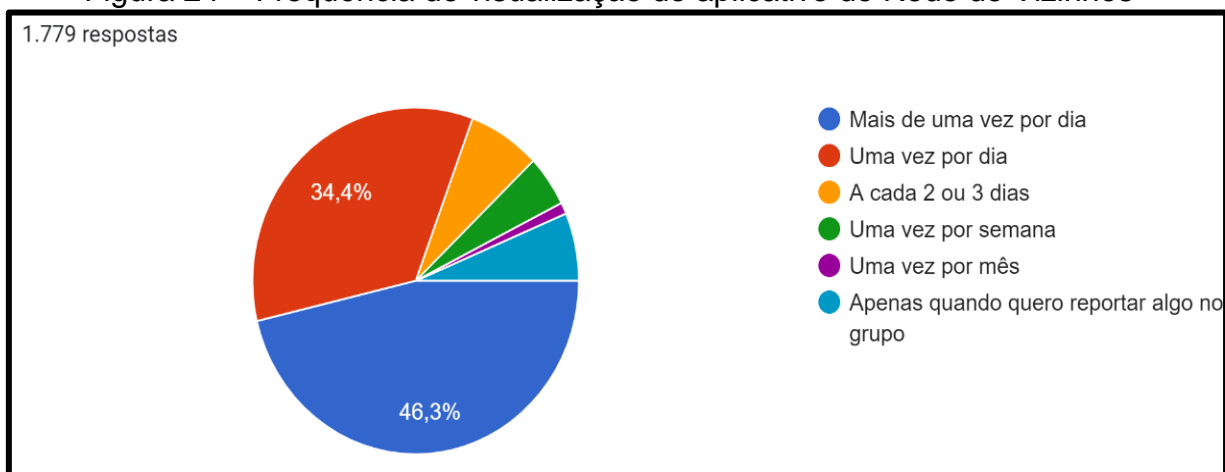
Foram 1.320 pessoas que responderam sim, 250 delas informaram que não tem certeza e 226 não sabem o nome do policial de ligação. Esta pergunta descreve

a parceria e proximidade do cidadão com o Policial Militar responsável Rede de Vizinhos, que se demonstrou com 73,5% das pessoas informando sim.

Como todas as células das Rede de Vizinhos de Criciúma usa o *WhatsApp*, foi realizado o questionamento sobre a frequência de visualização do aplicativo. Atingiu o total de 1.779 respostas, evidenciando 80,7% de pessoas, que veem “uma vez por dia” ou “mais de uma vez por dia” o grupo. Isso evidencia uma participação virtual ativa dos cidadãos que compõe o programa.

A comunicação *on line* permite uma participação ativa e incisiva na gestão da segurança pública, uma vez que é canal de comunicação onde o Policial Militar vai verificar os problemas da comunidade relatados e auxiliar no encaminhamento das demandas. Nota-se que não se trata de um novo canal de emergência, mas de um instrumento que possibilita a discussão de opiniões sobre as dificuldades locais.

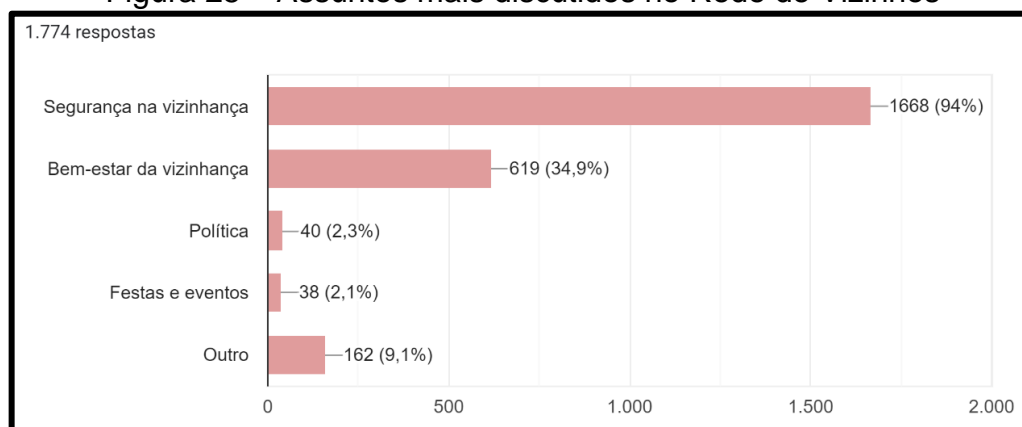
Figura 24 – Frequência de visualização do aplicativo do Rede de Vizinhos



Fonte: elaboração do autor

Há vários temas discutidos nos grupos, que estão diretamente relacionados à segurança pública ou, até mesmo, demandas sociais no geral que quanto não satisfeitas, influenciam sobre maneira na vida da comunidade local, gerando uma retroalimentação dos problemas que tendem a interferir na segurança pública.

Figura 25 – Assuntos mais discutidos no Rede de Vizinhos

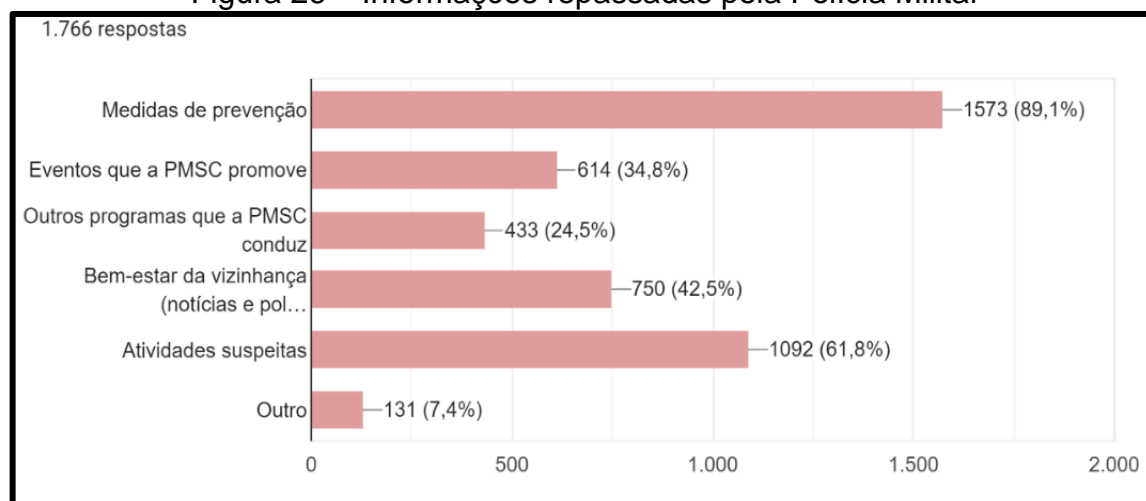


Fonte: elaboração do autor

Foram 1.774 respostas que relacionam os assuntos mais importantes, restando caracterizado a segurança e bem-estar na vizinhança com 94% e 34,9% respectivamente. Frisa-se que é proibido informações particulares sejam repassadas na REDE, conforme estabelece o POP 102.3.1 da PMSC, já citado no item 4.1.2.3.

Entre as orientações repassadas pela Polícia Militar, as medidas de prevenção são as mais informadas aos membros da célula no grupo *on line*, o que demonstra a proatividade por parte PM para antecipar os problemas que possam gerar crime ou desordens.

Figura 26 – Informações repassadas pela Polícia Militar



Fonte: elaboração do autor

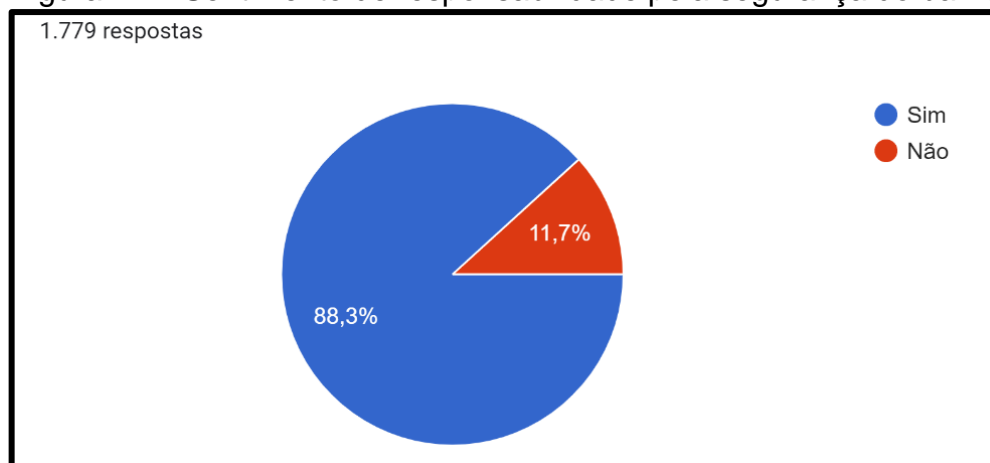
A missão da Polícia Militar é a preservação da ordem pública, conforme visto no item 2.3.1, que se trata de um conjunto de medidas ou elaboração antecipada de fatores que possam causar prejuízo a segurança, tranquilidade e salubridade pública. Percebe-se, na Figura 26, o interesse da PMSC em salvaguardar a ordem pública,

visto que as medidas de prevenção estão em 89,1% das informações prestadas pelo referido órgão militar estadual.

Para analisar a atividade na participação do cidadão no grupo, foi perguntado sobre os assuntos mais enviados pelos participantes. Num total de 1.732 respostas, foram 87,9% repassaram informações de pessoas ou veículos suspeitos; 49% sobre medidas de prevenção; 24,6% relativos a bem-estar da vizinhança, como notícias e políticas públicas; 20,9% eventos na vizinhança; 5,5% oferta de serviços na vizinhança; e, outros, principalmente, relativos a animal solto, perdido, achado e etc.

Sobre o sentimento de responsabilidade pela segurança no bairro, foi obtido 1.779 respostas, sendo 1.570 pessoas respondendo sim e 209 assinalando não.

Figura 27 – Sentimento de responsabilidade pela segurança do bairro



Fonte: elaboração do autor

Percebe-se que 88,3% das pessoas concordam quando a responsabilidade pela segurança no bairro, porém, ainda, há uma porcentagem pequena, que acredita não ter responsabilidade alguma. Esta pergunta dicotômica avalia o pensamento dos cidadãos participantes da pesquisa, quanto ao conhecimento da responsabilidade positivada no art. 144 da CRFB/88.

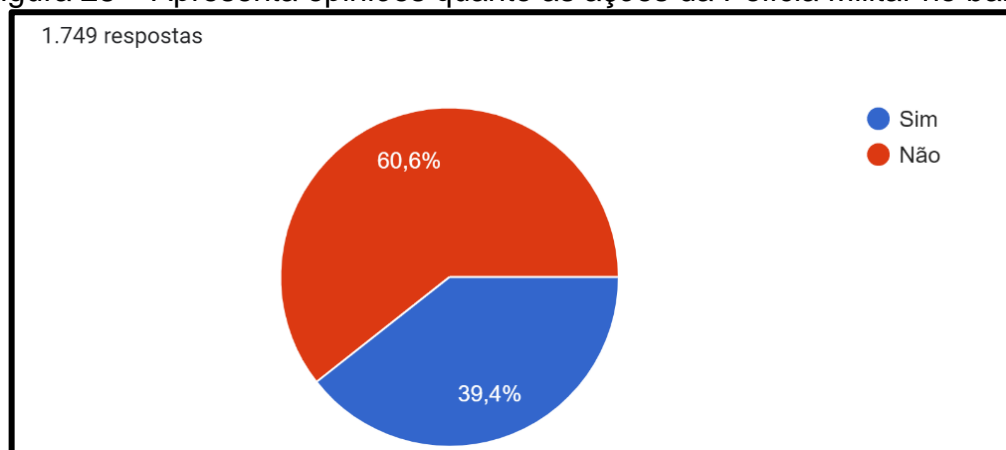
As pessoas sabendo de seu mister quanto a participação nas políticas de segurança pública é um caminho adiantado para a efetivação da participação cidadã no movimento do constitucionalismo democrático pós 1988. É fundamental uma atitude ativa dos cidadãos nas temáticas locais abordadas pela comunidade e vizinhança, bem como nas discussões para a formulação de políticas eficientes. Os autores Silva, Jaccoud e Beghin (2009, p. 374), conforme estudado no item 3.2, ressaltam a importância da participação como fundamento dos mecanismos

institucionais que visam garantir a efetiva proteção social contra riscos e vulnerabilidades. Além disso, uma cidadania mais ativa, corrobora para maior expressão e visibilidade das demandas sociais, promove transparência das ações Polícia Militar, tende a democratizar o sistema decisório e permeia as ações na defesa e alargamento de direitos dos cidadãos.

O marco conceitual do Rede de Vizinhos (SANTA CATARINA, 2016a), visto no item 4.1.1, estabelece que o cidadão é protagonista e exerce um papel fundamental para transformar a realidade local, visto que ele não se trata de um mero expectador, mas de um sujeito ativo do processo. Cada cidadão da comunidade, participante do programa, torna-se um observador das demandas sociais e contribui para a segurança da vizinhança e a sua própria. Já o Policial Militar aparece como um agente de transformação na comunidade, com a responsabilidade de assessoria para as resoluções dos problemas locais.

É indispensável este sentimento de responsabilidade pela segurança da sua localidade ou bairro, inclusive agindo ativamente com opiniões na busca de um bem-estar coletivo. Com a finalidade de entender a participação cidadã ativa dos integrantes do programa Rede de Vizinhos, foi realizada a pergunta sobre as opiniões a respeito das ações da Polícia Militar para a segurança do bairro. Obtido 1.749 respostas, sendo que 1.060 pessoas assinalaram não dar opiniões e 689 informaram sim, conforme Figura 28.

Figura 28 – Apresenta opiniões quanto as ações da Polícia Militar no bairro



Fonte: elaboração do autor

Foram 92,4% (Figura 20) dos respondentes que se tornaram mais atentos a segurança após implantação do programa Rede de Vizinhos e 88,3% (Figura 26)

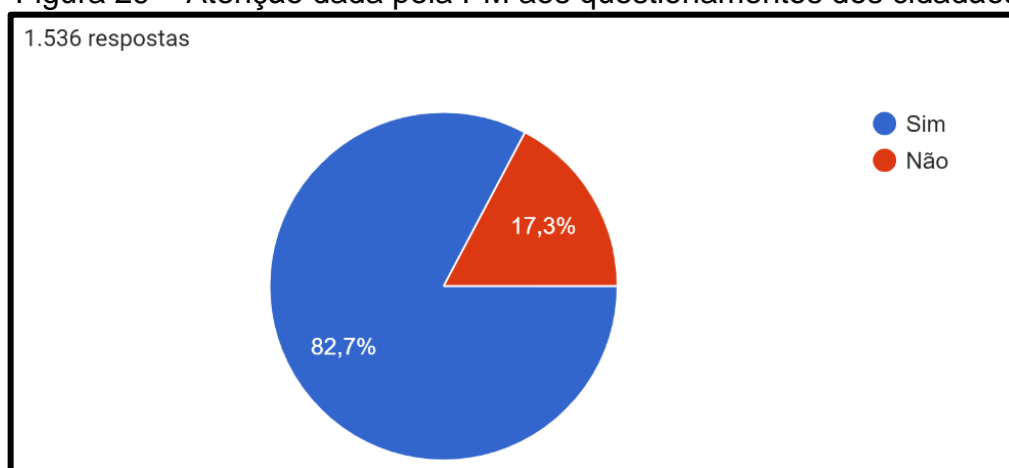
afirmaram ser responsáveis pela segurança no bairro, porém, apenas 39,4% (Figura 27), efetivamente, dá opiniões sobre as ações da Polícia Militar.

Já observado nos capítulos anteriores, a participação cidadã é fundamental para o desenvolvimento da democracia em concordância com a Constituição Federal de 1988 e a concretização dos ditames preceituados na Carta Magna. Como asseverou Tavares (2012, p. 37) sobre futuro do constitucionalismo, quanto a substancialidade em se identificar com a verdade, a solidariedade, o consenso, a continuidade, a participação, a integração e a universalização.

Para isso, é necessário que os órgãos públicos direcionem os esforços ao atendimento das demandas sociais e sejam capazes de produzir, em parceria com os cidadãos, essa substancialidade do constitucionalismo democrático latente após 1988. Este demonstra ser o propósito do programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina, que tem por escopo, conforme o Marco Conceitual, transformar o cidadão, de um mero receptor de serviço público, em um sujeito ativo do processo de construção da segurança pública local.

Para entender, na prática este conceito institucional da PMSC, que se apresenta como um programa de participação social fortemente influenciado e direcionado conforme os ditames constitucionais, foi realizada uma pergunta aos participantes do Rede de Vizinhos questionando a atenção dispensada pela PMSC aos questionamentos dos cidadãos sobre os problemas e soluções para o bairro. As respostas foram no total de 1.536, sendo contabilizadas 1.271 que responderam sim e 265 não.

Figura 29 – Atenção dada pela PM aos questionamentos dos cidadãos



Fonte: elaboração do autor

Percebe-se que das repostas 82,7% afirmaram serem ouvidos pela Polícia Militar a respeito as demandas sociais dos bairros. Isso evidência o programa Rede de Vizinhos da PMSC realizado em Criciúma como uma estratégia de policiamento, que realça uma atuação democrática das ações da Polícia Militar. Isso, aliado ao grau de confiança das pessoas na Polícia Militar de 81,7% (

Figura 1Figura 19), favorece o desempenho comunitário na busca dos objetivos comuns em prol da segurança pública.

As Polícias Militares devem pautar suas ações para a concretização da participação cidadã ativa no Estado Democrático de Direito, com a finalidade de conquistar um país, cada vez mais, humano e justo, em que as pessoas possam dar a sua parcela de responsabilidade para uma segurança pública capaz de produzir excelências na qualidade de vida de todos. Em razão disso, a necessidade da compreensão, principalmente por partes dos policiais militares, do importante papel da Polícia Militar como protagonista indispensável no constitucionalismo democrático e, conforme Balestreri (1998, p. 4) em “[...] servir e proteger a cidadania, assegurando a todos o respeito a seus direitos e liberdades”.

As instituições, como um todo, não podem mais ficar num caráter formalista, onde a democracia e a participação não é só resultado, mas é processo na construção ativa das pessoas na busca de uma sociedade mais justa, harmônica e segura. Neste contexto inclui a Polícia Militar como um braço do Estado para garantia do constitucionalismo democrático e a participação cidadã ativa preceituada na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa dinâmica de transformações no mundo é necessário alternativas coerentes, em consonância com o Estado Constitucional Democrático de Direito, para os rotineiros conflitos sociais enfrentados no serviço policial militar, a fim de minimizar as situações que alteram a Ordem Pública e causam insegurança à sociedade. Uma das opções, o Programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina, realizado em Criciúma/SC, desvenda e proporciona uma discussão sobre a temática em pauta, visto que congrega uma estrutura teórica sobre o constitucionalismo democrático e a participação cidadã, possibilitando benesses para instituição policial militar, os profissionais de segurança pública e, principalmente, aos cidadãos.

A pesquisa de campo, com a utilização do questionário como instrumento de pesquisa, foi essencial para analisar a participação cidadã do programa no município de Criciúma e verificar a efetividade, dentro do marco do constitucionalismo, do Rede de Vizinhos da PMSC coordenado pelo 9º BPM. A população objeto foi de 13.132 pessoas, os quais receberam o link com 35 perguntas, cuja respostas possibilita a compreensão e o funcionamento do programa na cidade, o grau de confiança dos participantes na Polícia Militar, o sentimento de segurança e de responsabilidade após a implantação, as melhorias do vínculo entre os cidadãos da comunidade e desta com a PM, bem como a opinião dos integrantes ao ser ouvido pela PM, quanto participação na construção e reconstrução da segurança pública na sua localidade.

Quanto ao perfil dos participantes a maioria é do gênero feminina com idade média de 45,79 anos. É notável que as mulheres, com sua versatilidade multifatorial, em razão de seu papel, além de trabalhadora, de mãe, esposa, filha, irmã, companheira e outros, tendem a possuir uma percepção mais ampla da segurança pública do que, simplesmente, a repressão à criminalidade. Visto que a efetividade, sensibilidade e compreensão do contexto facilita a opinião por políticas focadas na prevenção.

No entanto, em que pese a população cricumense ser predominantemente branca, o programa atinge proporcionalmente um número maior de pessoas brancas em relação as cor/raça preta. Além disso, as respostas do questionário demonstraram uma adesão significativa de pessoas com nível escolar de graduação ou superior num total de 51,8%, em detrimento das pessoas com nível médio, fundamental e analfabeto. Com isso, é necessário que a Polícia Militar lance estratégias para

possibilitar e motivar o acesso à integrantes que representem um percentual maior da cidadãos com menor nível de escolaridade e os da cor/raça preta, fortalecendo o combate ao racismo estrutural. Desta forma, o programa Rede de Vizinhos estreita, sobremaneira, o laço com o constitucionalismo democrático.

A estrutura do Rede de Vizinhos é formada por reuniões de sensibilização, de implantação e as ordinárias, entretanto após formada as células não há uma consistência nas reuniões ordinárias, dificultado, ainda mais, pela Pandemia do COVID-19. O fato positivo é a utilização da rede social de mensagem (*whatsapp*) para a integração entre os membros, onde são resolvidos as demandas da sociedade, que possibilitou um participação cidadã ativa *on line* na segurança pública, ao interagir com os vizinhos e com a Polícia Militar instantaneamente.

Quanto ao sentimento de segurança no município de Criciúma foi possível perceber que 48,4% se sentem sempre na maioria das vezes seguros, e 43,2% demonstram ter esse sentimento ocasionalmente, enquanto que a mesma percepção na vizinhança foi de 67,9% e 27,3%. Conclui-se, que há uma sensação de tranquilidade ao estar mais próximo dos elos de vizinhança, o que evidencia a importância da integração das pessoas nas comunidades, favorecendo a qualidade de vida no que tange a segurança pública.

Essa proximidade é substancializada pelo Rede de Vizinhos, visto que há estreitamento de laços entre indivíduos em 49,6%, demonstrando a eficiência do programa em fortalecer os vínculos pessoais. Outrossim, 92,4% dos cidadãos manifestaram estarem mais atentos, após implantação do programa, a segurança do bairro. Inclusive, que a percepção desta melhorou para 84,7% das pessoas.

As atividades comunitárias estão além da instalação de placas, pois essa integração, tendo um policial militar como elo, possibilita entre outras ações, visitas preventivas de policiais militares para orientação e assessoramento em segurança, melhoria da iluminação pública, dos espaços públicos (revitalização de praças, ruas, calçadas e etc.) e organização da vizinhança para melhoria de infraestrutura comum do bairro. Ainda, favorece integrantes a construir outros avanços preventivos estáticos, como instalação de câmeras, coletivas ou individuais, e dispositivos de prevenção (grades, cercas, etc). Tudo isso demonstra a força que a participação cidadã ativa tem na melhoria na segurança pública, além de outros benefícios que favorecem a convalescência na qualidade de vida.

Em 71,5% das pessoas afirmaram ter maior presença da PM no bairro e 73,5% disseram conhecer o profissional de ligação. Isso, aliado aos benefícios de integração entre os próprios cidadãos e da comunidade com a Polícia Militar, fortalece a credibilidade nesta instituição pública estadual. Isso se comprovou pelo aumento de 81,7% no grau de confiança na Polícia Militar após a implantação do Rede de Vizinhos.

Quanto a responsabilidade pela segurança do bairro por parte dos cidadãos, foram 88,3% das pessoas que afirmaram ter essa compreensão de seu papel, no entanto apenas 39,4% dá opiniões sobre as ações da Polícia Militar, evidenciando uma inatividade por parte dos participantes nas sugestões para melhorias na segurança pública. De toda, forma ouve 82,7% dos entrevistados que afirmaram serem ouvidos pela Polícia Militar a respeito as demandas sociais dos bairros, o que demonstra a efetividade do programa de Rede de Vizinhos na substancialidade de políticas pública que influenciam de alguma forma na segurança pública.

Partindo das informações coletadas, é possível induzir a uma evidencia de que o programa Rede de Vizinhos se trata de uma parceria a partir da organização da vizinhança em grupos denominados células, em coprodução da segurança pública. Isso é ficou demonstrado pelo fortalecimento dos relacionamentos e vínculos comunitários que o programa possibilita, bem como a confiança e parceria firmada entre a Polícia Militar e os cidadãos integrantes do Rede de Vizinhos.

Este estudo analisou o benefício do Rede de Vizinhos à sociedade, a PMSC e aos cidadãos em geral. Além disso, órgãos públicos municipais, estaduais e federais podem coordenar políticas públicas direcionadas, conforme as demandas sociais surgidas por intermédio do programa, e a Polícia Militar que ingressa, junto com a comunidade, no protagonismo para substancializar segurança pública e cumpria a sua missão constitucional de preservação da ordem pública e polícia ostensiva.

Em suma, o programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina realizado em Criciúma/SC é um dos programas de prevenção da PMSC que impacta a participação cidadã na premissa do constitucionalismo democrático e sedimenta estratégias de policiamento pautadas na atuação em rede. Ou seja, na construção de soluções de segurança pública em parceria com a comunidade.

A etapas do objetivo geral de analisar as implicações da participação cidadã nas ações da PM para as políticas de segurança pública, no marco do constitucionalismo democrático, considerando o programa Rede de Vizinhos da

Polícia Militar de Santa Catarina no município de Criciúma, foram cumpridas. Com a apresentação do contexto de formação da Polícia Militar, possibilitou o entendimento da atual posição da instituição, conforme a configuração do Estado e da sociedade em cada época. O descaso com o povo no processo e a ganância das autoridades constituídas, refletiu no estabelecimento de forças públicas que tendia a manter o controle da população para garantir os poderes constituídos. No processo evolutivo do constitucionalismo brasileiro, com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Polícia Militar se firma como uma instituição de segurança pública para a defesa dos direitos fundamentais a luz do constitucionalismo democrático. Contudo, os resquícios formativos ainda impregnam as PMs, assim como outras instituições públicas, dos Estados até a atualidade, demandando um esforço para a sociedade e as novas gerações. E são os programas preventivos com parcerias e solidariedade, a exemplo do Rede de Vizinhos, que vão fazer frentes as demandas sociais herdadas pela construção história.

O constitucionalismo democrático busca a garantia dos direitos fundamentais e a estruturação do Estado de com a ativa participação do povo, para que aquele seja eficiente, sendo a Polícia Militar o órgão público com a missão salvaguardar a prescrição constitucional. Com esta concepção, verifica-se a importância deste estudo para analisar e desenvolver, crítica e interdisciplinarmente, a concepção e a relação dos direitos humanos com este órgão Militar estadual, como processo e instrumentalização de reconhecimento do valor da vida humana e de transformação social.

Este estudo se limitou a buscar o embasamento teórico para, após a pesquisa de campo, analisar a participação cidadã no programa Rede de Vizinhos da Polícia Militar de Santa Catarina realizado em Criciúma. Para isso, utilizou-se de uma amostra não probabilística, uma vez que foi possibilitado a toda população objeto responder o questionário, conforme sua conveniência.

A partir desse trabalho dissertativo, inúmeros caminhos são abertos para pesquisa acadêmica ou profissional no campo da segurança pública, como por exemplo:

- replicar a pesquisa com mudanças metodológicas, principalmente, por meio de amostras probabilísticas, a fim de coletar dados por região levando em conta outros quesitos como, por exemplo, a condição econômica dos participantes;
- pesquisas em outras OPMs e municípios;

- análise do Rede de Vizinhos sob o ponto de vista dos policiais e, inclusive um comparativo de impressões coletadas por Policiais Militar de os Integrantes do programa;
- análise de outros programas como o Rede de Segurança Escolar, Rede de Catarina, Proerd, visitas preventivas;
- pesquisa de opinião do aplicativo PMSC Cidadão;
- estudo para medir o grau de confiança na Polícia Militar, por município ou OPM;
- estudo comparativo entre integrantes do Rede de Vizinhos e não participantes, com mesmos critérios de amostra, sobre a percepção do trabalho policial militar na perspectiva do constitucionalismo democrático.

Por fim, com o programa Rede de Vizinhos há um aumento das relações entre as pessoas para um objetivo comunitário e solidário, o que ocasiona a melhoria do sentimento em relação a segurança do bairro. Isso, por sua vez, fortalece vínculos entre cidadãos, o quais se tornam mais atentos as demandas sociais da sua localidade gerando a substancialidade além da percepção, ocasionando um aumento na confiança entre comunidade e Polícia Militar. É a construção constante das relações humanas, o que possibilita efetivar a participação cidadã no marco do constitucionalismo democrático.

REFERÊNCIAS

9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR. **Plano Estratégico de Policiamento - PEP - 2014-2015**. Polícia Militar de Santa Catarina. Criciúma. 2014.

AB'SABER, N. et al. **História Geral da Civilização Brasileira**: Tomo I, época colonial, do descobrimento à expansão territorial. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, v. 1, 2007.

ALVES, I. G. Da caridade ao welfare state: um breve ensaio sobre os aspectos históricos dos sistemas de proteção social ocidentais. **Scielo**, São Paulo, v. 67, nº 1, p. 52-55, Jan./Mar. 2015. ISSN 2317-6660. Acesso em: 23 out. 2020.

ANDRADE, C. D.; FRAGA, E. D. A. Estratégias de prevenção para a redução dos crimes de roubo: estudo de caso na cidade de Criciúma-SC, Florianópolis, 2020.

ARENDT, H. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ASSEMBLEIA NACIONAL FRANCESA - 1789. **Declaração de direitos do homem e do cidadão**. São Paulo: Biblioteca Virtual de Direitos Humanos - USP, 1978. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>>. Acesso em: 27 ago. 2020. In: Textos Básicos sobre Derechos Humanos. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. Apud FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. **Liberdades Públicas** São Paulo, Ed. Saraiva, 1978.

AZEVEDO, M. D. **História Patria**: o Brazil de 1831 a 1840. Rio de Janeiro: B. L. Ganier - Livreiro editor, 1884.

BALESTRERI, R. B. **Direitos Humanos**: Coisa de Polícia. Passo Fundo/RS: Paster, 1998.

BALTHAZAR, L. F. **Criciúma - memória e vida urbana**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - UFSC. Florianópolis, p. 186. 2001.

BARROSO, L. R. O Constitucionalismo Democrático ou Neoconstitucionalismo como ideologia vitoriosa do século XX. **Revista Publicum**, Rio de Janeiro, v. 4, n. Edição comemorativa (2018), p. 14-36, julho 2018. ISSN 2447-7982. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/35777>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

BARROSO, L. R. **Curso de direito constitucional contemporâneo**: os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

BARTINE, C.; SPITZCOVSKY, C. **Direito Administrativo**. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BAYLEY, D. H. **Padrões de Policiamento**: Uma análise Internaiconal Comarativa. Tradução de Renê Alexandre Belmonte. 2ª. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social**: fundamentos e história. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

BERTOGLIO, O. J. **Introducción a la teoria general de sistemas**. 8. ed. Balderas, MEX: LIMUSA, 1993.

BIANCO, W. **Trust**: Representatives and Constituents. Michigan : University of Michigan Press , 1994.

BLUTEAU, D. R. **Vocabulario Portuguez e Latino, tomo I**. Lisboa: Coimbra (Collegio das Artes da Companhia de Jesu), 1712.

BOBBIO, N. **A era dos Direitos**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 7ª reimpressão.

BONAVIDES, P. O direito à paz. **Folha de São Paulo Opinião**, São Paulo, dezembro 2006. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0312200609.htm>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

BONAVIDES, P. **Curso de Direito Constitucional**. 26ª atualizada. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 24 de fevereiro de 1891). **Planalto**, [1926]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 21 maio 2020.

BRASIL. Coleção das Leis do Brazil de 1808, Rio de Janeiro, p. 23-26, [1926]a. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/18319>>. Acesso em: 03 maio 2020.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (de 16 de julho de 1934). **Planalto**, [1935]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937. **Planalto**, [1942]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 192, de 17 de janeiro de 1936 - Reorganiza, pelos Estados e pela União, as Polícias Militares sendo consideradas reservas do Exército. **Planalto**, [1946]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1930-1949/L192.htm>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Planalto**, [1969]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 02 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal. **Planalto**, [2019]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689compilado.htm>. Acesso em: 14 jun. 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Brasília, DF:** Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 02 jun. 2019.

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824). **Planalto**, 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 06 abr. 2020. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil (Lei de 18 de agosto de 1831): Crêa as Guardas Nacionais e extingue os corpos de milícias, guardas municipais e ordenanças. **Camara dos deputados**, 1831. Acesso em: 03 maio 2020. Página 49 Vol. 1 pt I (Publicação Original).

BRASIL. Lei de 06 de junho de 1831 - Dá providências para a prompta administração da Justiça e punição dos criminosos. **Câmara dos Deputados**, 1831. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37207-6-junho-1831-563560-publicacaooriginal-87651-pl.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 - Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. **Camara dos Deputados**, 1834. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-16-12-agosto-1834-532609-publicacaooriginal-14881-pl.html>>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 261 de 3 de dezembro de 1841 - Reformando o Código de Processo Penal. **Planalto**, 1841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM261.htm>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Lei Nº 602 - DE 19 de setembro de 1850 - Dá nova organização à Guarda Nacional do Império. **Senado Federal**, 1850. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/542130/publicacao/15632884>>. Acesso em: 03 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 939, de 26 de setembro de 1857 - Fixando a Despesa e orçando a Receita para o exercício de 1858 - 1859. **Senado Federal**, 1857. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/542530/publicacao/15775618>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 2.081, de 16 de Janeiro de 1858 - Regula a organização e disciplina do Corpo policial da Corte. **Câmara dos deputados**, 1858. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2081-16-janeiro-1858-556736-publicacaooriginal-76857-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 3.598, de 27 de janeiro de 1866 - Reorganiza a força policial da Corte, dividindo-a em dois Corpos, um militar e outro civil. **Câmara dos Deputados**, 1866. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3598-27-janeiro-1866-554213-publicacaooriginal-72693-pe.html>>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Coleção da leis do Império do Brasil de 1831: segunda parte. **Decreto de 14 de junho de 1831**, Rio de Janeiro, 1875. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/colecao-anual-de-leis/copy_of_colecao3.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 10.222, de 5 de abril de 1889 - Dá novo Regulamento para o Corpo Militar de Polícia da Corte. **Câmara dos deputados**, 1889. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10222-5-abril-1889-542465-publicacaooriginal-51505-pe.html>>. Acesso em: 19 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 23, de 30 de outubro de 1891 - Reorganiza os serviços da Administração Federal. **Câmara dos Deputados**, 1891. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-23-30-outubro-1891-507888-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 947, de 29 de dezembro de 1902 - Reforma o serviço policial no Distrito Federal. **Camara dos Deputados**, 1902. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1900-1909/lei-947-29-dezembro-1902-584264-publicacaooriginal-107022-pl.html>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 4762 – de 5 de fevereiro de 1903 - Dá regulamento à Guarda Civil do Distrito Federal. **Senado Federal**, 1903. Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/norma/406086/publicacao/15626277>>. Acesso em: 29 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 11.497, de 23 de Fevereiro de 1915 - Faz a remodelação do Exercito Nacional. **Câmara dos Deputados**, 1915. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-11497-23-fevereiro-1915-513642-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Lei nº 3.216, de 3 de janeiro de 1917 - Fixa as forças de terra para o exercicio de 1917. **Senado Federal**, 1917. Disponível em: <<http://legis.senado.leg.br/norma/544986/publicacao/15714379>>. Acesso em: 25 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 13.040, de 29 de maio de 1918 - Organiza o Exercito Nacional de 2ª linha. **Senado Federal**, 1918. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/424414/publicacao/15810700>>. Acesso em: 18 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 14.477, de 17 de novembro de 1920 - Reorganiza o quadro do pessoal effectivo da Brigada Policial, que passará a denominar-se «Polícia Militar do Districto Federal». **Câmara dos Deputados**, 1920. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14477-17-novembro-1920-502659-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2020.

BRASIL. Decreto nº 18.323, de 24 de Julho de 1928 - Approva o regulamento para a circulação internacional de automoveis, no territorio brasileiro e para a sinalização, segurança do transito e policia das estradas de rodagem. **Câmara dos Deputados**, 1928. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18323-24-julho-1928-516789-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 467, de 31 de Julho de 1937 - Transforma em Departamento Autônomo a atual Comissão de Estradas de Rodagem Federais, fixa os vencimentos do respectivo pessoal e dá outras providencias. **Câmara dos Deputados**, 1937. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-467-31-julho-1937-555595-publicacaooriginal-74903-pl.html>>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de Março de 1944 - Transforma a Polícia Civil do Distrito Federal em Departamento Federal de Segurança Pública e dá outras providências. **Camara dos Deputados**, 1944. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6378-28-marco-1944-389489-norma-pe.html>>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 4.483 de 16 de novembro de 1964 - reorganiza o Departamento Federal de segurança pública e dá outras providências. **Planalto**, 1964. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=4483&ano=1964&ato=bc8ATUE9UNVRVT3a8>>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 314, de 13 de Março de 1967 - Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências. **Planalto**, 1967. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 667, de 2 de julho de 1969 - reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Território e do Distrito Federal, e dá outras providências. . **Planalto**, 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0667.htm>. Acesso em: 06 jun. 2020.

BRASIL. Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 - Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). **Planalto**, 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. Decreto nº 1, de 15 de novembro de 1889 - Proclama provisoriamente e decreta como forma de governo da Nação Brasileira a República Federativa. **Planalto**, 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d0001.htm>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 8.028, de 12 de abril de 1990 - Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Planalto**, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8028.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Institui o Código de Trânsito Brasileiro . **Planalto**, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9503.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.503%2C%20DE%2023%20DE%20SETEMBRO%20DE%201997&text=Institui%20o%20C%C3%B3digo%20de%20Tr%C3%A2nsito%20Brasileiro.&text=Art.%201%C2%BA%20O%20tr%C3%A2nsito%20de,rega%2Dse%20por%20es>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Advocacia-Geral da União. Parecer nº GM - 025. **Revista Jurídica da Presidência**, Brasília, v. 3, n. 27, 2001. ISSN 2236-3645. Disponível em: <<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/issue/view/95/showToc>>. Acesso em: 03 set. 2020.

BRASIL. **Mulheres - Diálogos sobre Segurança Pública**: Uma contribuição à 1ª Conferência Nacional de Segurança. Brasília: STM, 2009.

BRASIL. Lei nº 12.462, de 4 de agosto de 2011 - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, [...]. **Planalto**, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12462.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.022, de 8 de agosto de 2014 - Dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais. **Planalto**, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13022.htm>. Acesso em: 15 jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018 - Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública. **Planalto**, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13675.htm>. Acesso em: 05 jul. 2020.

BRETAS, M. L. A Polícia carioca no Império. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 22, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2075>>. Acesso em: 19 maio 2020. P. 219-234.

BULOS, U. L. **Curso de Direito Constitucional**. 9ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e teoria da Constituição**. 6. ed. Coimbra (Portugal): Almedina, 1993.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e a Teoria da Constituição**. 7ª. ed. Coimbra: Edições Almedina, 2003.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. Tradução de Newton Roberval Eichenberg. São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, F. L. D. **História do direito geral e do Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

CASTRO, J. B. D. **A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Brasileira, v. 359, 1977.

CICHELLA, A. C.; DA ROSA, L. A.; VIEIRA, R. D. S. O direito fundamental a Segurança Pública e o papel da Polícia Militar no Estado Democrático de Direito. In: VIEIRA, D. S.; FAGUNDES, M.; GOLDSCHIMDT, R. **Estado Política e Direito: direitos fundamentais, democracia e políticas públicas**. Curitiba: Íthala, v. 8, 2020. p. 78-88.

COMPARATO, F. K. Uma nova cidadania. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política [on line]**, São Paulo, n. 28-29, p. 85-106, abril 1993. ISSN 0102-6445. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451993000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2020.

COMPARATO, F. K. In: MARIANO, B. D. **Por um modelo de Polícia no Brasil: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública**. Prefácio. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 9-12.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, A. T. M. **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro e Nova York. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

COSTA, P. **Poucos, muitos, todos**: Lições de história da democracia. Tradução de Luiz Emani Frito. Curitiba: UFPR, 2012.

CUNHA JÚNIOR, D. D. **Curso de Direito Constitucional**. 12. ed. Salvador: Juspodivm, 2012.

CUSTÓDIO, R. Segurança: Redes de Vizinhos reduzem os números de furtos em Criciúma. **Engeplus**, 09 jan. 2021. Disponível em: <<http://www.engeplus.com.br/noticia/seguranca/2021/redes-de-vizinhos-reduzem-os-numeros-de-furtos-em-criciuma>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

DALBOSCO, J. L. (Org.). Polícia comunitária e sociedade. In: SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Curso nacional de promotor de polícia comunitária (Portaria SENASP nº 002/2007)**. 5. ed. Brasília: SENASP, 2008.

DALLARI, D. D. A. Preâmbulos das Constituições do Brasil. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, Brasília, v. 96, p. 243-270, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67503>>. Acesso em: 02 maio 2021.

DALLARI, D. D. A. **Constituição e Constituinte**. São Paulo: Saraiva, 2010.

DALLARI, D. D. A. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 30ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

DE OLIVEIRA, V. A. R.; TONELLI, D. F.; PEREIRA, R. O problema da (in)segurança pública: refletindo acerca do papel do Estado e de possibilidades de soluções localizadas e participativas. **Revista brasileira de segurança pública**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 8-22, Mar 2013. ISSN 1981-1659.

DE SOUSA, O. T. **História dos fundadores do Império do Brasil - Volume III - Diogo Antônio Feijó**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1957.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO BOM POVO DA VIRGÍNIA. In: Textos Básicos sobre Derechos Humanos. Madrid. Universidad Complutense, 1973, traduzido do espanhol por Marcus Cláudio Acqua Viva. Apud FERREIRA Filho, Manoel G. et. alli. **Liberdades Públicas** São Paulo, Ed. Saraiva, 1978. São Paulo: Biblioteca virtual do direitos humanos - USP, 1978. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antiores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-bom-povo-de-virginia-1776.html>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

FAGUNDES, L. M. **Juridicidades Insurgentes: elementos para o pluralismo jurídico de libertação latino-americano**. Tese (Doutorado em Direito) - UFSC. Florianópolis, p. 791. 2015.

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.

FARIAS, T. M.; PINHEIRO, J. Q. Vivendo a vizinhança: interfaces pessoa-ambiente na produção de vizinhanças "Vivas". **Psicol. estud.**, Maringá, v. 18, n. 1, p. 27-36, Mar 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722013000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 abr. 2021.

FERRAJOLI, L. Constitucionalismo garantista e neoconstitucionalismo (Warranty Constitutionalism and neoconstitutionalism). Tradução de André Karam Trindade. **Anais do IX Simpósio Nacional de Direito Constitucional**, Curitiba, p. 95-113, 20 a 22 maio 2010. Disponível em: <<http://www.abdconst.com.br/anais-do-ix-simposio>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

FERRAJOLI, L. **Principia Iuris: Teoría del Derecho y de la Democracia**. Tradução de Perfecto Andrés Ibáñez; Carlos Bayón, *et al.* Madrid: Trotta, 2011.

FERRAJOLI, L. **Derechos Fundamentales, Democracia Fundamental y Garantismo**. Bogotá: Universidad de Libre, 2016.

FERREIRA FILHO, M. G. **Aspectos dos Direito Constitucional Contemporâneo**. 3ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

FERREYRA, R. G. Notas sobre a paz: propósito de um constitucionalismo cidadão. **Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v. 3, 2, n. Journal of institutional studies, p. 1046-1073, Jul/Dez 2017. ISSN 2447-5467. Disponível em: <<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/issue/view/5>>. Acesso em: 07 nov. 2020.

FILOCRE, L. D. **Direito de segurança pública: limites jurídicos para políticas de segurança pública**. São Paulo: Loyola, 2010.

FILOCRE, L. D. **Direito policial moderno: Polícia de segurança pública no direito administrativo brasileiro**. São Paulo: Almedina, 2017.

FIORAVANTE, M. **Costituzionalismo: Percorsi della storia e tendenze attuali**. Bari (Italy): Editori Laterza, 2009. ISBN 978-88-420-8845-5.

FIUZA, R. IV - Comissão da organização eleitoral partidárias e garantias das instituições: IV-b subcomissão de defesa do Estado, da Sociedade e de sua segurança. Brasília: Centro Grafico do Senado Federal, 1987. Disponível em:

<file:///C:/Users/Alberto/Desktop/Seguran%C3%A7a%20P%C3%ABlica%20conside
ra%C3%A7%C3%B5es%20iniciais/vol-132.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

FONSECA, I. F. D. Participação como método de governo: experiências transcalares no Rio Grande do Sul, Brasil e na Toscana, Itália. **IPEA**, Brasília, 2019. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/190212_participacao_como_metodo_de_governo.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FONTOURA, N. D. O.; RIVERO, S. P.; RODRIGUES, I. R. Segurança pública na constituição federal de 1988: continuidades e perspectivas. **Políticas sociais: acompanhamento e análise nº 17**, Brasília, 3, n. 2, 23 jun. 2010. 135-196.

Disponível em:

<https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5795&Itemid=9>. Acesso em: 28 ago. 2020.

FOUREAUX, R. **Segurança Pública**. Salvador: Juspodivm, 2019.

G1. Nº de homicídios sobe 9,62% em SC; Criciúma tem o maior índice do estado.

G1 SC, 08 dez. 2015. Disponível em: <<http://glo.bo/1XTQMWI>>. Acesso em: 10 maio 2021.

GHEGIN, G. Rede de Vizinhos Protegidos é iniciado em Criciúma. **Jornal A Tribuna**, Criciúma, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDSMITH, A. Police reform and the problem of trust. **Theoretical Criminology**, London, Thousand Oaks and New Delhi, 9(4), 2005. 443-470. Disponível em:

<<http://www.slcdocs.com/ODHR/Website/Right%20to%20Safety/Literature/PoliceReformAndTheProblemOfTrust.pdf>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

GOLDSTEIN, H. Improving policing: A problem-oriented approach. **Crime & Delinquency**, New York, v. 25, n. 2, p. 236-258, 01 abr. 1979. ISSN 1552-387X.

Disponível em:

<<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001112877902500207>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HIPÓLITO, M. M.; TASCA, J. E. **Superando o mito do espantalho**: uma polícia orientada para a resolução dos problemas de segurança pública. Florianópolis: Insular, 2012.

HOBBS, T. **Leviatã ou matéria, forma e poder de uma república eclesiástica e civil**. Tradução de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

IBGE. Estimativas da população residente com data de referência 1 de julho de 2019. **ISTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICAS**, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/criciuma.html>>. Acesso em: 05 dez. 2020.

LAFER, C. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 11(30), p. 55-65, 1997. ISSN 0103-4014. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8995>>. Acesso em: 18 out. 2020.

LAZZARINI, Á. Da segurança pública na Constituição de 1988. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 26, n. 104, p. 233-236, out./dez. 1989. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/181942>>. Acesso em: 10 set. 2020.

LAZZARINI, Á. A ordem constitucional de 1988 e a ordem pública. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 29, n. 115, p. 275-294, jul./set. 1992. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176052/000472191.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

LAZZARINI, A. **Estudos de direito administrativo**. 2º. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.

LIMA, R. S. D.; SINHORETTO, J. Qualidade da democracia e polícias no Brasil. In: LIMA, R. S. D. **Entre palavras e números: violência, democracia e segurança pública no Brasil**. São Paulo: Alameda Editoria, 2011.

LIMONGI FRANÇA, A. C. **Indicadores empresariais de qualidade de vida no trabalho: esforço empresarial e satisfação dos empregados no ambiente de manufaturas com certificação ISO 9000**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo. São Paulo. 1996.

LOEWENSTEIN, K. **Teoría de la constitución**. Tradução de Alfredo Gallego Anabitarte para o espanhol. 2ª. ed. Barcelona: Ariel, 1979.

LUCIANO, G. D. S. **O Índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil hoje**. Brasília: MEC - UNESCO, 2006. ISBN 978-85-60731-16-9.

MARCINEIRO, N. **Polícia comunitária: construindo segurança nas comunidades**. Florianópolis: Insular, 2009.

MARCINEIRO, N.; PACHECO, G. C. **Polícia comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis: Insular, 2005.

MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 9ª. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MARIANO, B. D. **Por um novo modelo de polícia no Brasil**: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Tradução de Meton Porto Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATEUS, R. **Setorização do Policiamento em Criciúma**. Polícia Militar de Santa Catarina. Criciúma. [2020?]. II. Major Rafael Mateus - Oficial de Planejamento e operações do 9º Batalhão de Polícia Militar.

MATOS, L. S. Segurança. in: **Dicionário de filosofia moral e política**, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2001. Disponível em: <<http://www.dicionariofmp-ifilnova.pt/todos-artigos/#S>>. Acesso em: 08 abr. 2020.

MATTEUCCI, N. **Lo Stato Moderno**: lessico e percossi. Bologna: Società editrice il Mulino, 1997.

MATURANA, H. R.; VERDEN-ZÖLLER, G. **Amar e brincar**: fundamentos esquecidos do humano. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MELO, J. T. D. A. **Direito Constitucional do Brasil**. São Paulo: Del Rey, 2008.

MELQUIOR, J. G. **O liberalismo**: antigo e moderno. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. 3ª. ed. São Paulo: É realizações, 2016.

MINAYO, M. C. D. S.; SOUZA, E. R. D.; CONSTANTINO, P. (coords.). Parte I – Contextualização: Formação social da Polícia Militar. In: _____ **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. Cap. I, p. 41-65. ISBN 978-85-7541-339-5. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/y28rt/pdf/minayo-9788575413395.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2020.

MISHLER, W.; ROSE, R. What are the origins of political trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies. **Comparative Political Studies**, Arizona/US, 34, 2001. 30-62. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0010414001034001002>>. Acesso em: 22 abr. 2021.

MORAIS JUNIOR, J. N. Estado Constitucional de Direito: breves considerações sobre o Estado de Direito. **Revista de Direito Público**, Londrina, v. 2. n.3, p. 119-136, SET/DEZ, 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/direitopub/article/download/11546/10249>>. Acesso em: 13 dez. 2019.

MOREIRA NETO, D. D. F. Revisão doutrinária dos conceitos de ordem pública e segurança pública: uma análise sistêmica. **Revista de informação legislativa**,

Brasília, v. 25, n. 97, p. 133-154, jan./mar. 1988. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/181828/000435281.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

MOREIRA NETO, D. D. F. A segurança pública na Constituição. **Revista de informação legislativa**, Brasília, v. 28, n. 109, p. 137-148, jan./mar. 1991. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/175847>>. Acesso em: 09 set. 2020.

NOGUEIRA, V. M. R. Bem-Estar, Bem-Estar Social ou Qualidade de Vida: A Reconstrução De Um Conceito. **Semina: Ciências Humanas e Sociais**, Londrina, v. 23, p. 107-122, set. 2002.

NOLETO, M. J. A construção da cultura de paz: dez anos de história. In: DISKIN, L.; NOLETO, M. J. **Cultura de paz: da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo**. Brasília: UNESCOOffice Brasilia/Associação Palas Athena/Pronasci, 2010. ISBN 978-85-7652-133-4. Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000189919>>. Acesso em: 09 nov. 2020.

ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Unicef**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 2021 jul. 07.

PACHECO, D. F. **Direito Processual Penal**. 6. ed. Niteroi: Ímpetus, 2009.

PINSKY, J. Introdução. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. **História da cidadania**. 6ª. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PIRES, J. C. **Segurança Pública: uma inovação na gestão**. Jundiaí [SP]: Paco, 2017.

PMSC. **Sinópsse histórica do 9º BPM**. Polícia Militar de Santa Catarina. Criciúma. [2020?].

PRADO JUNIOR, C. **Formação de um Brasil contemporâneo: colônia**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

REISS JÚNIOR, A. J. Organização da polícia no século XX. In: TONRY, M.; MORRIS, N. **Policiamento moderno**. São Paulo: Edusp, 2003. p. 65-114.

RIBEIRO, J. **História do Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1908.

RICO, J. M. **Delito, insegurança do cidadão e polícia: novas perspectivas**. Tradução de Mina Seinfeld de Carakushansky. Rio de Janeiro: Polícia Militar, 1992.

ROBBINS, S. **Comportamento organizacional**. Tradução de Reynaldo Marcondes. 11. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

ROLIM, M. **A síndrome da rainha vermelha**: policiamento e segurança pública no século XXI. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTA CATARINA. Constituição do Estado de Santa Catarina de 1989. **ALESC**, [2020]. Disponível em:
<http://leis.alesc.sc.gov.br/html/constituicao_estadual_1989.html>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTA CATARINA. Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983 - Dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina. **ALESC**, [2020]. Disponível em:
<http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1983/6218_1983_lei.html#:~:text=LEI%20N%C2%BA%206.218%2C%20de%2010%20de%20fevereiro%20de%201983&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Estatuto%20dos,Catarina%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias.&text=1%C2%BA%20O%20prese>. Acesso em: 17 nov. 2020.

SANTA CATARINA. **Lei Nº 12, de 5 de maio de 1835 - cria a Força Policial**. Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Florianópolis. 1835. Lei histórica localizada no Centro de Memória Palácio Barriga Verde.

SANTA CATARINA. Lei nº 2.974, de 19 de dezembro de 1961 - Fixa o efetivo da Polícia Militar para o exercício financeiro de 1962. **Assembléia Legislativa de Santa Catarina - ALESC**, 1961. Disponível em:
<http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1961/2974_1961_Lei.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SANTA CATARINA. Lei nº 3.575, de 22 de dezembro de 1964 - Fixa o efetivo da Polícia Militar para o exercício financeiro do ano de 1965 e dá outras providências. **Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC**, 1964. Disponível em:
<http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1964/3575_1964_Lei.html>. Acesso em: 05 dez. 2020.

SANTA CATARINA. Lei nº 9.257, de 04 de outubro de 1993 - Dispõe sobre a Criação de Organizações Policiais Militares e efetivo da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e determina outras providências. **Alesc**, 1993. Disponível em:
<http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1993/9257_1993_Lei.html>. Acesso em: 06 dez. 2020.

SANTA CATARINA. **Plano estratégico da Polícia Militar de Santa Catarina**. 3ª. ed. Florianópolis: PMSC, 2015.

SANTA CATARINA. **Marco conceitual**: Rede de Vizinhos PMSC. Florianópolis: PMSC, 2016a. Disponível em:

<<https://www.ssp.sc.gov.br/disc/index.php/servicos/banco-de-boas-ideias>>. Acesso em: 19 nov. 2020.

SANTA CATARINA. POP nº 102.3.1 - Procedimento Operacional Padrão: implantação do Rede de Vizinhos PMSC. **Polícia Militar de Santa Catarina**, Florianópolis, 2016b.

SANTA CATARINA. Ato da Polícia Militar nº 937/2018 - Institui a Cadeia de Valor da Polícia Militar de Santa. **Polícia Militar de Santa Catarina**, Florianópolis, 2018.

SANTA CATARINA. Ato da Polícia Militar nº 55/2020 - Reconhece os programas institucionais e redes preventivas da Polícia Militar de Santa Catarina como estratégias da filosofia de polícia comunitária delineada pela Diretriz Nacional de Polícia Comunitária. **PMSC**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/processo/528c996f-a560-4297-aaf7-bdab4582b1fc>>. Acesso em: 18 nov. 2020. Protocolado no Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos (SGPe) por: PMSC 00000171/2020.

SANTOS, A. J. D. **Direito de segurança pública e legítima defesa social**. São Paulo: LTR, 2006.

SANTOS, B. D. S. Os processos de globalização. In: SANTOS, B. D. S. **A globalização e as ciências sociais**. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 25-102.

SAPORI, L. F. **Segurança Pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SARLET, I. W. Prefácio. In: BATISTA, C. K. L.; BREVIGLIERI, E. M. B.; COGO, R. **Constitucionalismo, Democracia e os desafios para a concretização de direitos**: estudos em homenagem aos 70 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos e 30 anos da Constituição Federal de 1988. São Carlos: Pedro & João Editores, 2018. p. 19-25.

SCHMIDT, J. P. Condicionantes e diretrizes de políticas públicas: um enfoque comunitarista da transformação social. **Revista Brasileira de Políticas Públicas (on line)**, Brasília, v. 6, p. 51-72, Dez 2016. ISSN 2236-1677. Disponível em: <<https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/4400>>. Acesso em: 14 nov. 2019.

SCHMITT, C. **Teoría de La Constitución**. Tradução de Francisco Ayala (Versão em Espanhol). Madrid: Atianza Universidad, 1996.

SCOTT, M. S. **Problem-Oriented Policing**: Reflections on the First 20 Years. Washington D.C.: U.S. Department of Justice, 2000.

SEGURANÇA. in: Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. **Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**, 2020. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/seguranca/>>. Acesso em: 06 abr. 2020.

SHETH, D. L. Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SANTOS, B. D. S. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Tradução de Victor Ferreira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, F. B. D.; JACCOUD, L.; BEGHIN, N. Políticas sociais no Brasil: participação social, conselhos e parcerias. in _____ et al. **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**, Brasília: IPEA, 2009. Cap. 8, 373-407.

SILVA, J. A. D. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SILVA, W. B. Sob o império da necessidade: guarda nacional e policiamento no Recife oitocentista (1830-1850). **Revista CLIO – Revista de Pesquisa Histórica**, Recife, v. 28.2, 2010. ISSN 0102-9487.

SOUZA NETO, C. P. D. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **RDE. Revista de Direito do Estado**, Rio de Janeiro, 2007. ISSN 1809550X. Disponível em: <https://jornalgggn.com.br/sites/default/files/documentos/Seguranca_Publica_na_Constituicao_Federal_de_1988.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

STRECK, L. L.; MORAIS, J. L. B. D. **Ciência política & teoria do Estado**. 5. ed. rev. e atual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006.

TABORDA, M. G. A afirmação do princípio da proteção à dignidade humana como componente da ordem pública. **Direitos Fundamentais & Justiça**, Porto Alegre, v. 2, n. 5, p. 186-203, Out./Dez. 2008. Disponível em: <<http://dfj.emnuvens.com.br/dfj/article/view/507/179>>. Acesso em: 14 set. 2020. 1982-1921.

TAVARES, A. R. **Curso de Direito Constitucional**. 10ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

TEZA, M. J. **Temas de Polícia Militar: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública**. Florianópolis: Darwin, 2011.

UNITED NATIONS. Benchmarking E-government: A Global Perspective. **UNPAN**, United Nations – Division for Public Economics and Public Administration, Nova York, fev. 2002. Disponível em: <<https://publicadministration.un.org/publications/content/e-library.html>>. Acesso em: 23 nov. 2020. United Nations – Division for Public Economics and Public Administration.

VARNHAGEN, F. A. D. **História geral do Brasil**: antes da sua separação e independência de Portugal. 2. ed. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, v. 2, 1877. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242428>>. Acesso em: 23 set. 2020.

VENÂNCIO, V. R. **A ordem pública ambiental na sociedade de risco: a atuação da polícia ostensiva de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em Direito) - UFSC. Florianópolis, p. 167. 2013.

VIEIRA, T. A.; VENDRAMINI, P. **Polícia de proximidade**: governança pública na prática. Florianópolis: Papa-livro, 2018.

WOLKMER, A. C. **Pluralismo jurídico**: fundamentos de uma nova cultura do direito. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ZACKSESKI, C. **A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais do Brasil e do México (1980-2005)**. Centro de pesquisa e pós-graduação sobre américas (CEPPAC) - Doutorado - Universidade de Brasília (UNB). Brasília, p. 400. 2006.

ZALUAR, A. Os medos na política de segurança pública. **SciELO**, São Paulo, 33 (96), 12 Aug 2019. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v33n96/0103-4014-ea-33-96-5.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

ANEXO I - QUESTIONÁRIO

1. Aceita participar da pesquisa? * (obrigatório)
☐ Sim
☐ Não
2. Nome:
3. Qual sua idade?
4. Gênero
☐ Masculino
☐ Feminino
☐ Prefiro não dizer
☐ Outro
5. Raça/cor
☐ Amarela
☐ Branca
☐ Indígena
☐ Parda
☐ Preta
☐ Sem informação
☐ Não declarada
6. Nível de escolaridade
☐ Não alfabetizado
☐ Fundamental
☐ Médio
☐ Superior
☐ Pós-Graduação lato sensu - Especialização
☐ Pós-Graduação stricto sensu - Mestrado ou Doutorado
7. Endereço (Rua):
8. Bairro:
9. Município:
10. Nome do grupo do Rede de Vizinhos:
11. Quanto tempo você faz parte do Rede de Vizinhos aproximadamente?
☐ Faz 6 meses
☐ Entre 6 meses a 1 ano
☐ Entre 1 ano a 2 anos
☐ Entre 2 anos a 3 anos Mais de 3 anos

12. Quantas reuniões você participou no Rede de Vizinhos? (on line ou presencial).
- ☐ 1
 - ☐ 2
 - ☐ 3
 - ☐ 4
 - ☐ 5
 - ☐ Mais de 5 reuniões
13. Como você ficou sabendo do Rede de Vizinhos?
- ☐ Amigos
 - ☐ Vizinhos
 - ☐ Rede social
 - ☐ Divulgação pela Polícia Militar
 - ☐ Outro
14. Quantas pessoas são membros do grupo de WhatsApp do Rede de Vizinhos?
15. Quantas pessoas, em média, participam das reuniões no Rede de Vizinhos. (on line ou presencial)
- ☐ Até 10 pessoas
 - ☐ De 10 a 30 pessoas
 - ☐ de 30 a 50 pessoas
 - ☐ Mais de 70 pessoas
 - ☐ Não há reuniões e os assuntos são tratados pelo Whatsapp (ou outra rede social)
16. Tipo do imóvel
- ☐ Casa Apartamento
 - ☐ Condomínio fechado
 - ☐ Estabelecimento comercial
 - ☐ Outro
17. Quantas pessoas moram na mesa residência?
- ☐ 1
 - ☐ 2
 - ☐ 3
 - ☐ 4
 - ☐ 5
 - ☐ 6
 - ☐ Mais de 6
18. Você se sente seguro ao andar Município?
- ☐ Sempre
 - ☐ Muitas vezes
 - ☐ Às vezes
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca

19. Você se sente seguro ao andar na vizinhança?
- ☐ Sempre
 - ☐ Muitas vezes
 - ☐ Às vezes
 - ☐ Raramente
 - ☐ Nunca
20. Minha vizinhança se tornou mais segura depois do Rede de Vizinhos?
- ☐ Concordo Fortemente
 - ☐ Concordo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Discordo
 - ☐ Discordo Fortemente
21. Confio mais na Polícia Militar depois do Rede de Vizinhos?
- ☐ Concordo Fortemente
 - ☐ Concordo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Discordo
 - ☐ Discordo Fortemente
22. Estreitei os laços com meus vizinhos depois do Rede de Vizinhos?
- ☐ Concordo Fortemente
 - ☐ Concordo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Discordo
 - ☐ Discordo Fortemente
23. Me tornei mais atento a segurança do meu bairro depois do Rede de Vizinhos?
- ☐ Concordo Fortemente
 - ☐ Concordo
 - ☐ Neutro
 - ☐ Discordo
 - ☐ Discordo Fortemente
24. Quais ações concretas foram tomadas a partir do Rede de Vizinhos?
- ☐ Instalação de placas do Rede de Vizinhos
 - ☐ Instalação de câmeras
 - ☐ Instalação de dispositivos de prevenção (grades, cercas, etc) na minha residência
 - ☐ Melhoria da Iluminação pública
 - ☐ Organização da vizinhança para melhoria de infraestrutura comum do bairro
 - ☐ Melhoria dos espaços públicos (revitalização de praças, ruas, calçadas e etc.)
 - ☐ Visitas preventivas policiais
 - ☐ Outros
 - ☐ Nada
25. A PM aumentou o patrulhamento na sua vizinhança desde que começou o Rede de Vizinhos?
- ☐ Sim
 - ☐ Não
 - ☐ Não sei

26. Você sabe o nome do policial de ligação responsável pelo Rede de Vizinhos que você participa?

- ☐ Sim
- ☐ Não
- ☐ Não tenho certeza

27. Quantas mensagens a polícia envia no grupo do Whatsapp por MÊS aproximadamente?

28. Quantas mensagens você manda no grupo por MÊS aproximadamente?

29. Com que frequência você vê o grupo de WhatsApp do Rede de Vizinhos?

- ☐ Mais de uma vez por dia
- ☐ Uma vez por dia
- ☐ A cada 2 ou 3 dias
- ☐ Uma vez por semana
- ☐ Uma vez por mês
- ☐ Apenas quando quero reportar algo no grupo

30. Quais temas são discutidos no Rede de Vizinhos?

- ☐ Segurança na vizinhança
- ☐ Bem-estar da vizinhança
- ☐ Política
- ☐ Festas e eventos
- ☐ Outro

31. No grupo do Rede de Vizinhos, a Polícia Militar repassa aos cidadãos informações sobre:

- ☐ Medidas de prevenção
- ☐ Eventos que a PMSC promove
- ☐ Outros programas que a PMSC conduz
- ☐ Bem-estar da vizinhança (notícias e políticas públicas)
- ☐ Atividades suspeitas
- ☐ Outro

32. Pessoas do grupo enviam mensagens sobre:

- ☐ Medidas de prevenção
- ☐ Eventos na vizinhança
- ☐ Pessoas ou veículos suspeitos
- ☐ Oferta de serviços na vizinhança
- ☐ Bem-estar da vizinhança (notícias e políticas públicas)
- ☐ Outro:

33. Você se sente responsável pela segurança no seu bairro?

- ☐ Sim
- ☐ Não

34. Você dá opiniões sobre as ações da Polícia Militar para a melhoria da segurança no bairro?

() Sim

() Não

35. A Polícia Militar ouviu seus questionamentos sobre os problemas e soluções para o bairro?

() Sim

() Não